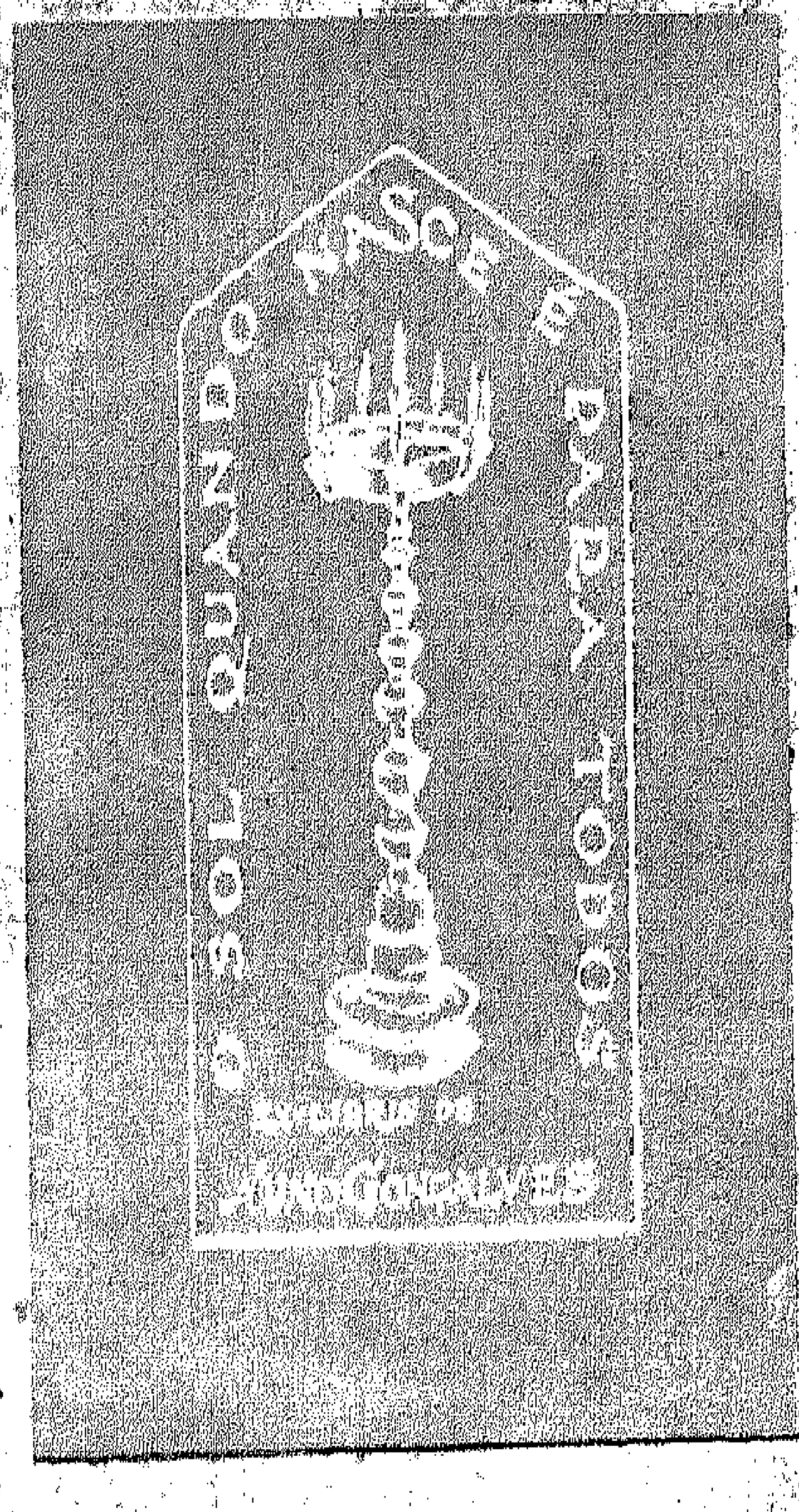
695

Mr. James Edward Duffy

Many Thanks. I enjoyed it immensely & found 2 notes for my African

Curiosidades da Historia Portuguesa



LADISLAU BATALHA

CURIOSIDADES DA HISTORIA PORTUGUESA

Livraria Editora
GUIMARÃES & C.ª
68, Rua do Mundo, 70
LISBOA

Composto e Impresso na IMPRENSA LUCAS & C.ª
59, Rua do Diario de Noticias, 61 — LISBOA

Como Introito

Durante os quasi novecentos anos d'existencia de Portugal independente, o Século XVI marca na historia moderna do mundo o periodo mais importante de referencia para a apreciação da trajectória evolutiva dos progressos morais e materiais das Sociedades Modernas.

Não é nosso intuito escrever a historia d'esse periodo. Penas muito mais bem aparadas do que a nossa de ha muito têem vindo a fazê-lo com grande proficiencia.

Modernamente, porém, a Historia já não preenche os fins que a sciencia lhe impõe, se se limitar apenas à simples e insôssa narrativa de lutas intestinas, guerras dinásticas e partidárias, desastres ou vitórias.

Quer-se mais, muito mais. Precisa-se estudar e conhecer a psicologia dos povos nas diferentes regiões que ocupam e os Estados politicos que representam.

E' indispensavel fazer reviver os tempos idos, foto-

grafá-los, se possivel fôr, para com maior probabilidade se compreenderem as determinadas e as determinantes de cada facto e apreciar-lhe com maior certeza as consequencias na marcha subsequente dos acontecimentos.

Com relação à nacionalidade portuguesa, o Século XVI parece feito de contrastes.

Na investigação das causas e origem de tão extranho fenómeno — a Glória feita vehiculo da Miséria, — serve-nos ainda de guia e comprovação o confronto com grande cópia de adágios e anexins de Ditos que tiveram de vir então para o uso popular e generalisar-se-iam, ora como remoque à época que se atravessava, ora como saúdação ao novo critério que despontava.

E' nosso objectivo, pois, mostrar como o povo português viveu e se regeu durante aquele periodo espantoso em que Portugal, tendo subido ao apogeu da grandeza com os descobrimentos que deram novos mundos ao mundo velho, logo tão facil e tão rapidamente se deixou abater e humilhar nos áridos campos de Alcacer-Kibir, d'onde foi conduzido à perda da Independencia.

Enquanto os seus mais notaveis valores se guindavam ao ápice da glória ou desciam até à humilhação da derrota, o que fazia o povo? Quais eram os seus costumes? As suas instituições? Em que se ocupava?

Eis o livro!

Curiosidades da Historia Portuguesa

I

As navegações

O poder avassalador do fanatismo na velha sociedade portuguesa deve ter contribuido para avolumar o desdém, o quasi despreso pelo exercicio do trabalho profissional, embora muitos outros factores historicos concorressem.

Conforme a lenda mosaica, defendida pelos Israelitas e aceite pelos Cristãos, o trabalho é considerado um castigo infligido por Jehovah á humanidade na pessoa de Eva, por ter ousado provar o fruto prohibido que pendia da árvore da sciencia do bem e do mal.

— A Terra será maldita por causa da tua obra, teria dito Deus; com o suor do teu rosto ganharás o pão quotidiano.

Como punição da curiosidade, o mesmo Pai do Céo pronunciou o anátema terrivel:

— «*In dolore paries*, parirás com dôr», — o que levou um critico dos fins do século passado a perguntar pitorescamente que mal teriam feito a Deus as fêmeas de outros animais que tambem sofrem de

dôres no trabalho do parto, exactamente como a divinal Eva.

E' facil conjecturar quanto a lenda mosaica terá influido no ânimo português em épocas de fanatismo religioso.

Não terá sido, contudo, esta interpretação da doutrina, o facto que mais pesaria. A defeza dos interesses materiais constituidos por uma sociedade que vivera em regimen quasi medieval, deve ter contribuido mais do que outro qualquer motivo para a resistencia e penetração dos novos e prometedores germens de desenvolvimento do trabalho.

A indústria caseira foi o que durante as idades vulgarmente chamadas obscuras mais predominou em toda a Europa.

A dificuldade de comunicações, a deficiencia de meios de transporte, a falta de segurança e ainda a intervenção de muitos outros factores não permitiram o desenvolvimento do comércio internacional.

Daqui resultou a necessidade de cada povo se abastecer a si próprio das cousas mais urgentes, por maneira que, tal qual sucedia nos outros Estados europeus, cultivávamos os nossos legumes e o nosso linho, cá o fiávamos e tecíamos, cá moíamos a nossa farinha, cá curtíamos os nossos cabedais, cá nos calçávamos, cá forjávamos os nossos espadins e cá nos entretinhamos com as nossas procissões festivas, com os nossos serões de inverno, com os nossos sermonários, cantos e descantes, jogos de cânas, péla e toiradas.

E nisto se ocupava todo o povo português durante as longas idades medievais. Pelo chamado Caminho francês [1] vinham-nos por ocasião de romaria apenas

[1] *Introdução à Hist. Ger. dos Adag. Port.*, pag. 149 a 168 (pelo autor).

alguns artigos de luxo para os fidalgos de maior privilégio.

Os séculos XV e XVI, porém, com o apogéu da gloria e da grandeza, marcaram-nos tambem o inicio da decadencia e o alvorecer da miséria.

A febre das navegações, ainda mais intensamente excitada pela sofreguidão das riquezas antevistas, muito concorreu para a transformação de toda a nossa existencia social, alterando-nos profundamente os costumes até então deveras patriarcais.

Não fôra o entusiasmo pelas navegações tão grande como algumas Crónicas insistem em descrever.

O velho das praias do Restêlo, na maravilhosa ficção do nosso Epico, exclamara indignado ao ver partir a fróta de Vasco da Gama:

— O' glória de mandar, ó vã cobiça!

E esta ficção tornara-se um simbolo.

Aqueles que imprimiam calôr e vida ás arriscadas emprezas de navegação e conquista, faziam parte das classes privilègiadas que a desmedida ambição de riqueza e honrarias levava para as perigosas aventuras do mar incerto.

Os tripulantes, recrutados á força em rusgas aos mariolas, fugiam de bordo no maior número possivel. E, porque a perversão dos costumes despontava temerosa, logo uma lei autorisou perdões para os fugitivos por preço nunca inferior a 40$000 réis cada perdão. [1]

Tambem o fanatismo pela implantação da Fé e outros motivos religiosos foram artificialmente impostos para obrigar á obediencia.

Por 1568 uma lei especial, citada por Duarte Nu-

[1] *Extravagantes* de Duarte Nunes de Leão — Clausula 24 do Tit IV — Parte I — Lei I.

nes de Leão, impõe a todos — capitães, homens de armas, soldados, gente de mar, como quaisquer outros que tivessem de ir para fóra (India, Brazil, etc.) — a obrigação de confessar-se e receber o Santissimo Sacramento, do que ficaria tudo em registo num livro adequado,[1] etc.

O mar tornara-se uma vertigem, graças à seiva fenicia e ligúria que nos girava nas veias.

Já nas idades neolíticas se reconheceu, na estação marítima da Furninha, por exemplo, entre nós a existencia provavel de uma veneração cultual não só pelos peixes e moluscos, mas tambem pelo mar.

As tradições ligúricas às quaes numa outra obra já nos referimos com maior desenvolvimento [2], completaram os motivos de atracção maritima que as nossas estensas costas, orientadas ao Sudoeste, muito bem justificavam.

Não foi uma virtude que nos levou para o mar, mas uma como praga, um como ferrete marcado sobre nós pela tradição dos séculos.

O mar, feitas as primeiras navegações e conquistas, tornara-se uma mina para fazer grande quem em terra pouco valia.

Por isso Antonio Delicado registou este adágio que já hoje perdeu de significado e cahiu em desuso:

— «Quem não tem que fazer
«arme navio ou tome mulhér.»

A má vontade e o desejo do povo de furtar-se a aventuras de resultado deveras duvidoso ficaram dis-

[1] *Ibid.* Parte VI — Tit. I — Lei XIII — 16 de Março de 1568.

[2] *O Negativismo* do autor, 89 a 104, discute a tése ligúrica.

farçadamente em fóco nest'outro adágio irónico, se não insidioso:

— «Vi um homem que vio outro homem que vio o mar.»

As nações que nada descobriram nem conquistaram, continuam a ser as mais adeantadas e as mais prósperas.

E lá nos arrojámos ao incógnito, num desvairamento que nos perdeu.

Este paiz que exportava cereais, viu os seus campos tornarem-se charnecas. As nossas indústrias caseiras passaram a ser cousa desprezivel.

Em Africa é que se armavam os cavaleiros. Na India é que se faziam fortunas. A escravaria dava indicios de vir a ser uma mina inesgotavel.

O ideal era viver... «à barba longa».

E o ditado continúa até hoje em pleno vigôr, embora já inconsciente do seu significado inicial.

Os nossos grandes homens do mar — João de Castro, os Vasco da Gama, os Afonso de Albuquerque e tantos outros viso-reis da India e doutras partes — todos barbados, dispunham da grande cornucópia dos beneficios e favores.

Quem com eles estava bem, obtinha tenças, benesses, governadorias, terras, titulos e tudo mais que a ambição podesse sugerir. O caso era encostarmo-nos aos viso-reis e lisongear-lhes a vaidade.

E neste afan de engrandecimento foi-se-nos o amor do lar e o aborrecimento do trabalho. Tudo se trocou pelas aventuras do além-mar, embora à custa do definhamento e depauperamento do paiz.

A população já muito escassa, pois nem a dois milhões de seres chegava, incluindo homens, mulheres e creanças, muito mais teve de rarear, pois não havia gente que bastasse para guarnecer as frotas

do mar e as fortalezas de terra dispersas pelo mundo, além da chusma de aventureiros em debandada para fóra do paiz à procura de riquezas que mais preferiam procurar fóra com risco da própria vida, do que cá dentro em casa a preço de trabalho condigno.

As guarnições e tropas eram por si só origem de esgotamento.

Os navios de Vasco da Gama para a descoberta levavam oitenta homens cada um, entrando oficiais, mareantes... creados e parentes!

Na segunda expedição logo fôram dez naus e cinco caravelas conduzindo oitocentos homens além do Capitão-mór, outros capitães, e tambem... parentes e amigos! [1]

A empregomania não é, pois, tão moderna entre nós como se pensa, nem o odioso favoritismo a parentes e amigos tem as honras de invenção da nossa época...

De tempos remotos deve datar o adágio por tal modo adaptavel aos nossos costumes que até nós chegou, parecendo constituir um artigo de fé e desdém popular:

— «Quem não tem padrinho, morre moiro.»

No século XVII encontramos est'outro que, sendo como ideologia a parafrase do anterior, revela que a pécha do favoritismo arvorado em sistema em períodos anteriores, perdurou pelos séculos fóra:

— «Quem tem anjo pesca, e quem não tem anjo se afoga.» [2]

Quanto as navegações e as conquistas nos custavam, avalia-se pelas notas coevas que restam.

---

[1] Gaspar Correia — *Lendas da India* — I — 259.
[2] *Memorias de José da Cunha Brochado* (ed. Coimbra — 1909), XX.

Cada marinheiro ganhava aproximadamente quatro mil réis mensais àlém da quintalada que era o direito de embarcar de sua própria conta uma certa quantidade de especiaria.

Os mestres (capitães) recebiam uns quarenta mil réis mensais.

Constituiam o pessoal de cada nau, todos bem pagos e com quintalada — um mestre, um piloto, um contramestre, um guardião, um sota-piloto, um *estrinqueiro* (cordoeiro), um carpinteiro, vários calafates, um tanoeiro, um meirinho, um dispenseiro, um condestavel, um barbeiro-cirurgião, menestréis do mar, pagens, marinheiros, bombardeiros e grumetes. [1]

Multiplique-se este número de tripulantes de cada navio por centenas de navios que chegámos a trazer em todos os mares à aventura da descoberta, conquista e escravaria; compare-se este assombroso produto com a população masculina de então, e avaliar-se-ha a extensão d'esta fatalidade étnica que nos levou a garantir os novos mercados do mundo á custa da nossa própria ruina.

Não menos interessante é o relato dos armamentos do mar. As frótas de combate e conquista levavam a bordo como armas ofensivas — tiros de corda e de fogo, bombardas reparadas em suas carretas, arcabuzes com coronhas e munições, espéras, meias espéras, berços, falcões, lanças e piques, béstas, dardos, varas de arremesso, bombas de fogo, romãs e outros artificios, tudo acompanhado de material de guerrra que consistia em pólvora nova e enxuta, enxofre, salitre, carvão e alguns ólios cujo emprego os artilheiros conheciam.

---

[1] *Apud*, Luiz de Figueiredo Falcão — *Livro de toda a Fazenda Real.*

Como armas defensivas consideravam-se os machados, couraças, arnezes, malhas, capacetes, rodelas e pavezes, e outras.

Isto diz-nos alguma cousa sobre o trabalho de então. A indústria geral fôra substituida pela indústria do mar e da conquista.

As armas e armamentos eram obra simples de ferro forjado, batido, puxado ou fundido.

Vieram a ser grandes oficios os de carpinteiro naval, calafate, cordoeiro, tanoeiro e similhantes.

Quem dirigia os trabalhos eram os Mestres (de navios).

Já naqueles tempos, exactamente como hoje, os cargos nem sempre eram dados a quem melhor habilitação tinha, mas sim aos que mais se recomendavam por padrinhagem ou pelos privilégios da genealogia.

Por isso os Mestres eram quasi sempre fidalgos, causa determinante da perda de muitos navios.

Gil Vicente, com o seu espirito incisivo e contundente, revelou o mau costume, zurzindo-o como cumpria.

Mas nem por isso deixou de perpetuar-se até nós com o nome moderno e odioso de — favoritismo.

Eis os interessantes versos do poeta glorioso:

Marinheiro:

«Quem vos houve a pilotagem
Para a India d'esta nau?

. . . .

«Esta é uma errada
Que mil erros traz consigo,
«*Oficio de tanto perigo*
Dar-se a quem não sabe nada.

Este ladrão do dinheiro
Faz estes maus terremotos.
Que eu sei mais que dez pilotos
E sempre sou marinheiro.

Assim a indústria sofreu uma transformação que não aproveitou propriamente aos interesses nacionais.

Os maus costumes da peita, suborno e delapidação desenvolveram-se vertiginosamente.

O favoritismo criminoso na escolha dos menos habeis veiu comprometer a navegação já de si mesmo arriscadissima. Por isso muitos dos aventureiros, ao fim de terem além-mar forrado muito dinheiro e riquezas, perdiam-nas miseravelmente na viagem de retorno.

Porque as perdas de navios eram frequentes e numerosas, a ponto de desenvolverem um terror que ainda até ao meado do século passado se perpetuou.

Creara-se uma literatura de naufrágios. Passaram estes por sua vez a constituir nova fonte de exploração da sentimentalidade pública.

Ha bom meio século ainda em Lisboa assistimos ao já desaparecido costume das «vélas».

Ora verdadeiro, ora simulado, saíam alguns marinheiros rôtos e descalços a percorrer as ruas da cidade, cada qual da sua banda a segurar um velacho enrolado e coberto de fitas e laços patrióticos — azues e brancos naquele tempo.

Eram seis, oito ou dez homens que, dois a dois, conduziam horisontalmente o comovedor velacho que figurava ser um dos salvados do naufrágio.

Iam entoando lúgubremente em côro o «Bemdito e louvado», e de quando em quando um deles contava a historia de um horrivel naufrágio com as mais comovedoras peripécias, os trabalhos que tinham pas-

sado, os dias de fome, a fúria das ondas, a clássica jangada, o navio salvador que sempre surgia milagrosamente no horisonte á hora fatídica em que iam morrer...

Com isto engrossava o cortejo de homens e mulheres do povo, e o côro do «Bemdito» avolumava-se.

Ás janelas assomavam mulheres comovidas e chorosas que por esmola atiravam para a rua vintens e patacos embrulhados em pedaços de papel para que não se perdessem.

Iam os marinheiros recolhendo a grossa maquia, e o «Bemdito é louvado seja» lá continuava fúnebre e comovedor...

Tambem na Penha de França se mostrava aos domingos o célebre lagarto... empalhado, ao qual andava ligada uma lenda que já vai esquecida. Na mesma sala volteavam os crentes e supersticiosos, de nariz no ar, admirando as chamadas «promessas» de naufragos que a piedade cristã salvára, representadas por pernas e braços de cera, e por quadros imperfeitos mas supersticiosamente sinceros, alusivos à intervenção milagrosa de Nossas Senhoras de invocações várias a aparecer no Céo por entre nuvens côr de cinza...

Das arrojadas emprezas marítimas nada mais nos resta do que um já reduzido empório ultramarino — risonhas recordações de façanhas heroicas a gerar alexandrinos patrióticos, — e a tradição de todo esse passado, expresso em adágios da maior parte dos quais até o sentido inicial já se perdeu.

O atraso da arte de navegação tornava as viagens incertas, o que criou o adágio então vulgar: — «Jornada no mar não se pode taxar.»

E como bom conselho aos mais prudentes, dizia o povo:

— «Quem se não quer aventurar, não passe o mar.»

Os nossos antepassados legaram-nos a memória de um anexim que bem mostra o fervor da fé a manifestar-se apenas em ocasiões de perigo:

— «Quando o Cossairo promete missas e cêra, por mal anda o galião.»

Era de uso na boca do povo est'outro adágio demonstrativo da má opinião que se formava das aventuras marítimas:

— «Não pude passar o mar
Sem da fortuna me queixar.»

Ainda hoje se diz — «ficar a ver navios no Alto de Santa Catarina» —, recordação dos bons tempos em que os Catarinos, nome dado aos moradores daquela freguezia em contraposição aos Alfamistas, subiam de todos os lados pelas encostas e ribanceiras, hoje cobertas de casario, para se reunirem em dias de entrada ou saída de frótas e fazerem as suas murmurações e comentários ao que viam.

Mas as frótas foram-se sumindo no pó do esquecimento com a decadencia que nos salteava a olhos vistos.

Nos fins do século XVII exclamava desoladamente o padre Antonio Vieira:

«Alegramo-nos com tres náus da India, e não nos lembramos ou computamos este número com o que vém todos os anos á Inglaterra e Holanda.»

No ano seguinte (1673) já cruzavam nos mares da India mais vinte e tres naus de guerra francesas de 50 a 70 peças cada uma, o que obrigou o grande orador a exclamar pungentemente:

«E nós cuidamos que com ter duas gôndolas em que passar a Salvaterra, somos reis dàquém e dàlém-mar.»

E lá continuávamos a ver navios em Santa Cata-

rina. Quando já só nos restavam as gôndolas de Salvaterra, ainda para ali se dirigiam os jarretas de Nicolau Tolentino a discutir o destino dos Impérios e a riscar na areia as futuras fronteiras do mundo!

«Nem tanto ao mar, nem tanto à terra» — é anexim tão velho como as navegações. Perdeu o sentido primitivo, para se aplicar figuradamente em alusão à conveniencia de não exceder certos limites de procedimento ou de opinião.

Já no tempo de Antonio Delicado, após o período das grandes aventuras, o povo caía em si e aconselhava prudentemente: — «Vê o mar e sê em terra» — como admoestação salutar aos que insistiam em sair à aventura.

O reconhecimento da crápula, uso e abuso dos bons costumes, evidenciava-se nest'outro parecer que ficou registado no adagiário antigo:

— «Tres coisas fazem ao homem medrar: Ciencia e o Mar e a Casa Real.»

Certo que — «o saber não ocupa lugar» — já então era corrente com pequena variante:

— «Na terra dos cegos quem tem um olho é rei.»

Da Casa Real é sabido que com baixesa e humilhação tudo podia obter-se: nomeações, terras e tenças!

E a riqueza, recebiamo-la pelos mares, que não pelo trabalho profissional.

Confirma-se bem este último conceito por aquele já citado anexim que aconselhava:

— «Quem não tiver que fazer, arme navio ou tome mulher».

Reminiscencia dos bons tempos, ainda até ha meio século se ouvia dizer: — «homem de por ahi além» — para significar corajoso, valente, arrojado, muito rico ou muito erudito.

Da velha linguagem do mar restam-nos frases de sentido já derivado:

— «Aguenta que vai o Diabo ao leme!» — clama-se muitas vezes em frase pitoresca, para infundir coragem e persistencia no afrontar de perigos.

— «Ficar à orça! — é linguagem de sabôr marítimo com que se indica prejuízo próprio onde outros lucram.

Para significar que um revez da vida é capaz de arruinar para sempre, continúa a dizer-se com a maior naturalidade: — «Isso leva a boia ao fundo.»

— «Não ver boia» — para dizer que não se encontra solução favoravel, é tão vulgar como o uso da palavra — «sossobrar» — ou da frase — «tábua de salvação» — evidentemente alusiva aos velhos processos de jangada feita de tábuas e barris, tanto em uso nos nossos antigos naufrágios.

Na simbólica dos anexins subsistem imensas reminiscencias do mar tenebroso.

— «O mar se parte, se em regatos se reparte» — é tão antigo, que Antonio Delicado o registou.

Tambem nas «Infermidades da Lingua Portuguesa» se condena, entre os que não devem dizer-se, est'outro que afinal ainda hoje se ouve: — «gôta a gôta, o mar se esgota».

— «Uma onda se me hia, outra se me vinha» — chegou a ser muito frequente para significar os chamados vai-vens da sorte, as oportunidades felizes e infelizes da vida.

Em épocas de navegação arriscada por falta ou insuficiencia de instrumentos de cálculo exato e desconhecimento das correntes, ventos e mais fenómenos meteorológicos, a experiencia dos mares firmava-se em ditos rimados que constituíam uma espécie de código mnemónico para as derrotas na navegação.

Na costa da Galiza ainda dizem os práticos:

Vento travesia
Pol-o norte pia

E tambem:

Cerrazon ó Este
Ou norte ou nordeste

Rúbias ó nacente
Auga de repente[1]

Estes processos empíricos e conjecturais, já a sciencia modernamente os substituiu, mas por inércia alguns ainda persistem na boca do povo.

Embora casuais no seu resultado prático, continuam a ter o valôr de uma biblia marítima.

Lembraremos outros ditados ou anexins dos nossos, alguns bem similhantes aos usados na Galiza, e que se vão transmitindo de boca em boca, de pais a filhos, entre os homens do mar, especialmente nos que se entregam ao serviço de cabotagem:

Quando a Roca tem capelo,
Colhe a véla e vae te ao Rastelo.

Os pescadores de Ancora afirmam cheios de convicção:

Santa Traga[2] tem capêlo
Venta logo ou chove cedo

[1] Antonio de la Iglesía — *El Idioma Gallego* — III-202 p.
[2] Trela (Galiza).

II

O comercio

A documentação histórica dos séculos XV e XVI é avultadíssima, à espera que uma nova Renascença moderna nos traga investigadores capazes de restituir todo o passado á sua verdadeira luz.

O trabalho, de qualquer natureza que fôsse, chegou então a ser odiado pelos portuguêses, embevecidos perante as aventuras do mar tenebroso.

Já desde o século anterior vinha o comércio em Lisboa sendo exercido em grande escala por estrangeiros. Eram genovêses, catalães, biscainhos, lombardos e outros, os que se entregavam aos serviços de permuta e distribuição de artigos.

Numa carta particular de Nicolau Clenardo, escrita em 1535 ao seu amigo Latomo, e que se salvou para a publicidade, lêem-se estas dolorosas revelações:

«O que faz o nervo principal de uma nação é aqui (Evora) de uma insignificancia extrema. Se disserem que os portuguêses não estão entregues de corpo e alma á indolencia, eu sustentarei que não ha povo algum que possa ser acusado deste defeito».

Logo adeante ha mais estas pungentes afirmativas:

«Se uma imensa quantidade de estrangeiros e de belgas não exercessem as artes mecânicas, creio sin-

ceramente que não teriamos barbeiros nem sapateiros.»

Não deve haver exagero. A nossa falta de actividade, o descuro quando não desdém do trabalho, era reconhecido e confessado pelos coevos. Já Duarte Nunes de Leão escrevia:

«Portugal, sendo do natural mais abastado, *do artificial em todo he mui falto.*» [1]

Dos fabricantes de calçado, como modernamente se lhes chama, ainda na boca do povo subsiste a velha toada:

Sapateiro, *mangoneiro,*
Come tripas de carneiro.

E Delicado registou o desprezo para com a profissão no século XVI no seguinte anexim:

— «Tornai-vos ao vosso mistér, que sapateiro heis de ser.»

Não era maior a consideração pelos barbeiros, já então faladores como ainda hoje:

— «Nem barbeiro mudo, nem cantôr surdo.»

O desdém evidenciava-se no seguinte adágio tambem coevo:

— «Tanto se me dá barbeiro que odreiro, tudo é tosquiar cabelo.»

O anexirismo bem confirma este aborrecimento pelo trabalho, fosse ele qual fosse.

— «Tero-lero-lero, tenho quanto quero» — cantarolava o povo quando via entrar as náus da India e de Africa, carregadas de riquezas, sem maior trabalho que o da navegação.

O ideal de viver sem trabalhar profissionalmente leva ainda hoje à boca das mulheres faceis que se

[1] Leão — Descripçam etc. (ed. 1785), cap. XXXI.

governam à custa alheia, mercê da mancebia e prostituição, est'outro estribilho moderno, vasado nos moldes de «ritornelo»:

Plim — plim — plão
Tenho um cavaquinho
Que me ganha o pão!

Os escrúpulos, postos de parte pelos Mestres das Caravélas e pelos Reis que mandavam carregar os navios de especiaria, custasse o que custasse, tambem tiveram de vir a ser abandonados pela população que o mau exemplo sugestionava.

O pouco edificante método generalisou-se e perpetuou-se até nós. O essencial agora é cada qual — «chegar a brasa à sua sardinha».

Tambem se dizia: — «unha na palma, ladrão como trinta».

E o caso é que o proceder dos Capitães do mar conseguiu popularisar o descrédito:

— «Em mulher de Alfama, homem do mar e relógio das Chagas não há que fiar.»

Os novos-ricos não foram invenção moderna. Véem de todos os tempos e resultam da falta de escrúpulos no exercicio de qualquer profissão.

Já nas velhas idades o anexim repetia: — «Ontem vaqueiro, hoje cavaleiro».

No «Anatómico Jocoso», fonte inesgotavel de costumes antigos, lê-se este velho anexim assás curioso:

— «Nem o nascer na Rua Suja tira o ser estimado na Corte Real».

Porque o caso, então como actualmente, era possuir, viesse de onde viesse — «tanto vale cada um na praça, quanto vale no que tem na caixa.»

E ainda hoje se repete, embora simplificado: — «tanto tens, tanto vales».

«Abaixam-se as cadeiras e levantam-se as tripeças» — era a alegoria portuguesa que os espanhois, não menos aventureiros do que nós, exprimiam por este outro curioso anexim:

— «Abaxan-se los estrados y alçan-se los establos».

O povo, alijando escrúpulos, repetia no século XVI um outro que Antonio Delicado registou: — «Sobre dinheiro não ha companheiro».

E tambem — «Faze por ter, vir-te-hão ver».

A moral moderna é a mesma que a dos nossos tempos aurios — «Ande eu quente, ria-se a gente».

Porque o essencial é ter. Ninguem perguntava, como ninguem agora pergunta de onde se obteve.

No século XVIII vemos registado um adágio de censura: —

— Miguel, Miguel,
Não tens abelhas
E vendes mel!

Embora sem resultado benéfico, o desdém pelos que alcançam riquezas tem aspecto tradicional. Nos bailaricos de roda na Extremadura cantam-se quadras alusivas aos que enriquecem:

«Quem é pobre sempre é pobre,
Quem é pobre nada tem,
Quem é rico sempre é nobre,
E às vezes não é ninguem.» [1]

Para nós era o Brazil apelidado por autonomásia — «a árvore das patacas». De quando em quando ainda se diz: — «não ver pataca».

[1] *Apendix aos* Cantos Populares — IV — n.º 306.

Onde corre muito dinheiro com facilidade, chamamos — «a mina do caroço» — do que talvez provenha o dizer-se de quem é rico, que tem... muito caroço.

Os actuais usos e abusos do comércio são em verdade apenas equiparados, mas em nada superiores, quando se cotejam com os processos do alto comércio do século XVI.

Tal qual como modernamente, dadas apenas as divergencias do tempo, já no século XIII, por motivos de valorisação de moeda ou ágio, como agora se lhe chama, teve D. Afonso III de estabelecer tabelas de preço aos géneros de primeira necessidade para os povos do Minho e Douro, revogando-as tambem por impraticaveis.

Comparando várias fontes coevas, chegamos a apurar que por 1587 o rei Filipe (de Portugal) lucrou mais de cento por cento com 10.378 quintais de especiaria chegados a Lisboa a bordo das naus da carreira da India — «São Thomé» e «Concepção».

Deduzidas as quebras da viagem, do paiol e da baldeação, sairam ao Estado por 8.506 réis cada quintal, que, posto na balança, se vendeu á razão de 19.000 réis!

Em Sofala, da primeira vez que lá chegámos, logo o rei da terra mandou chamar os mercadores que na permuta com os Portugueses pagavam os nossos produtos com lucro de doze a quinze por cada um (1.200 a 1.500 por cento!) e era tudo pago em «ouro enfiado em contasinhas». [1]

Na viagem de Pero Afonso pozémos em terra as nossas mercadorias para serem vistas na presença do rei de Sofala, que já era feito comnosco em negocios.

[1] Gaspar Correia — *Lendas da India* — I — 222-272 p.

Os mercadores apartaram o que lhes convinha, roupas, etc., foram pesando ouro em balancinhas e colocavam-no sobre a fazenda. Logo o rei disse que o valôr da fazenda era todo o ouro que estava sobre ela, e que os compradores ainda por cima lhe pagariam os seus direitos. [1]

Os negócios da India ainda eram muito mais lucrativos.

João da Nova, por exemplo, com acordo de D. Manuel, fez contrato com estrangeiros em Lisboa para o petrechamento de uma frota de comércio ou mercante. A única condição de caráter patriótico era ser a marinhagem portuguesa.

Em verdade os mercadores levavam de lucro apenas o valor do frete das mercadorias adquiridas. Mas João da Nova, o navegador desta vez feito comerciante, tornou a empreza deveras rendosa, porque obteve as especiarias... de graça!

Aprisionou duas naus de Calecut carregadas e entrou com elas em Cananor. Para que tudo ficasse... legal, reuniu o Conselho do Capitão-mór com os outros Mestres, e foi resolvido, muito honestamente, é claro, — «que as naus tomadas logo fossem baldeadas nas naus dos mercadores». [2]

Os quatro navios do contrato assim foram abarrotando os porões por meio de rapina e não de compra. Sabendo João da Nova que vinham oito Zambucos a negócio de vender pimenta, logo lhes deram tiros, por forma que os pelouros os foram incendiando.

Arremessaram-se os negros ao mar para fugir, mas os portuguêses que os esperavam, conforme diz a

[1] Ibid — 275.
[2] Ibid — 245.

crónica, mataram neles — «forão ós zambucos que num ardião, e *recolherão deles os fardos e drogas e sacos de pimenta que achárão*, que foy boa soma». [1]

Mas nem assim mesmo medrávamos. Na voz do povo tornára-se corrente o ditado — «Fazenda da India não luz».

O descalabro era tão grande que nem os mais bem intencionados podiam escapar á vertigem — «A India he sepultura de Homens honrados». [2]

Até ao advento de D. João I, pai do iniciador dos descobrimentos, as leis destinavam-se todas ao fomento, como agora é moda dizer-se, e tinham o caráter de protecção aos nacionais.

Em tempo de D. Afonso IV ficara proíbida a exportação do oiro e da prata.

D. Duarte tornara possivel a continuação de mercadores estrangeiros em Portugal, contanto que pagassem impostos por não virem fazer concorrencia desleal aos nacionais.

O que modernamente se chama — Seguros Sociais — embora de aplicação restrita aos casos de falencia ou desastre dos comerciantes, foi invenção de D. Diniz, como posteriormente D. Fernando, o apaixonado de Leonor Teles, inventou e criou os Seguros Maritimos, que teem agora um desenvolvimento mundial.

Tambem D. Pedro promulgara leis proíbitivas de todos os contratos prejudiciais á agricultura.

Essa obra gloriosa do progresso material, porém, terminou miseravelmente com o advento das desco-

[1] Ibid — 251.
[2] F. R. I. L. E. L. — *Adagios, Proverbios, Rifãos e Anexins*, (ed. 1780) 135.

bertas e conquistas. Nos séculos vulgarmente chamados áurios da nossa Historia, foi quando decaímos completamente. Tornámo-nos apenas uma espécie de recoveiros, intermediários dos centros de produção (as conquistas) e de consumo (a restante Europa).

Das terras de além andávamos carregando materiais de reexportação e artigos de luxo para consumo.

As naus vinham-nos de toda a parte e todas a abarrotar de pimenta, cravo, gengibre, canela, grande quantidade de assucar do Brazil e corjas de porcelana, [1] além de muito aljofar, almiscàr, ambar, marfim de Angola, ébano de Moçambique, pau de Águila, pau da China, pau de Benjoim, Calambá, incenso, pérolas, pedras de bazar e toda a outra pedraria preciosa.

Embora tenha de ficar sempre incompleta a enumeração dos produtos com que as Naus nos chegavam carregadas, não devemos encerrar este resumido elenco sem mencionar mais os tafetás, as peças de finissimo oiro lavrado em Ormuz, os damascos, os veludos, as sedas orientais, as riquissimas alcatifas, as preciosas colchas «de todo o pesponto e montaria com muitos godorins de seda», os cobertores de seda «broslados de oiro», além de uma infinidade de caixões cheios de Cassa, Cachas, Bengalas, Balagates, Palagatinhos, Escumilhas, Caniquis, Tafeciras de seda, etc. [2]

Na glosa a um rifão, escrita por Diogo Velho no século XVI, lêem-se estas quadras que resumem

[1] A *Corja* era unidade Indica que valia vinte, o mesmo que *Score* em Inglês.

[2] Nicolau d'Oliveira — *Grandezas de Lisboa* — I — c. 29.

as ostentações da nação herdeira do empório de Veneza:

«Ouro, aljofar, pedraria,
gomas e especiarya
toda a outra drogarya
se rrecolhe em Portugal.

«Onças, liões, alifantes,
monstros e aves falantes, (papagaios)
porcelanas, diamantes
he já tudo muy jeral. [1]

Tudo quanto aqui nos sobejava das nossas ostentosas exigencias era reexportado a troco dos produtos estrangeiros.

Ao Tejo vinham as naus de Flandres trazer-nos as Olandas, os panos de Inglaterra, os vidros de Veneza, as télas de ouro de Milão, as sedas de Nápoles e da Sicilia, as raixas de Florença e mais uma infinidade de artigos com que procurávamos mitigar a nossa sêde de luxo e ostentação. Às vezes nem a pimenta chegava a entrar-nos na Casa da India; era logo baldeada para os navios estrangeiros.

Assim andavam além-mar os nossos engodando e saqueando para virem em Lisboa, que sucedera a Veneza no empório comercial, comprar e trocar com os produtos da indústria estrangeira, já que não creáramos a nossa.

E com o crescer de toda esta prosperidade crescia-nos a miséria e a decadencia. Em tempos de D. Manuel inventámos a dívida interna — «os padrões de juro» — e permitiu-se a usura cambial.

[1] *Cancioneiro Geral* — V — 177.

A pouco mais de meio século, a ordenação de 4 de Novembro de 1564 [1] mostra-nos como o espirito de ganancia viera substituir a galhardia tradicional, triste sintoma da mais deploravel decadencia, que só tem similar nos modernos Shillock da alta finança e do alto comércio.

O exemplo do assalto nos mares sugestionára para o assalto em terra. Os negociantes de então, como alguns ainda hoje, abusavam das pessoas necessitadas, vendendo-lhes as mercadorias fiadas com grande usura.

Estes compradores infelizes, perseguidos pelas instancias dos negociantes, revendiam as mercadorias ao primeiro que lhes oferecesse, por menos preço do que tinham comprado, a fim de poderem com algum dinheiro fazer calar o crèdôr, surdo a rogos e implacavel perante o infortúnio.

Daqui viria o velho ditado — «fazer ouvidos de mercador» — porque este era, então como sempre, surdo a todas e quaisquer considerações que fossem de encontro aos seus ilegítimos interesses.

A lei acima citada explica a crueldade dos agiotas do século XVI:

«... além disso ficam as suas pessoas (os devedores) obrigadas a pagar o primeiro preço por que lhe foram vendidas (as fazendas) e por não poderem pagar nos tempos limitados em seus contractos, fazem outras novas obrigações, confessando as dívidas com interesse (juro) e fazendo dos ditos interesses dívida principal (juro composto) de modo que, de ano em ano e de feira em feira, se vão embaraçando nas ditas dívidas e interesses delas.»

[1] *Extravagantes* de Duarte Nunes de Leão — Lei 2.ª — Parte IV — Tit. X.

Impossibilitado o povo de reagir perante o despotismo dos vários poderes constituidos, limitava-se a traduzir a sua indignação por adágios.

O sentido pejorativo dado à palavra — «tratante» — nome que então se aplicava aos homens do comércio, deve datar d'este período.

Os seus derivados — «tratantada» e «tratantice» — são muito mais modernos.

— «Ninguem seria vendeiro, se não fosse o dinheiro» — dizia-se então á boca pequena.

— «Quem dinheiro tiver, fará o que quiser» — era adágio corrente que confirmava est'outro: — «não ha mal tão lastimeiro como não ter dinheiro».

Mas no meio da aparente ostentação gerada nas aventuras de além-mar, as dificuldades avolumavam-se:

> «Quem dinheiro quer cobrar
> Muitas voltas ha-de dar.»

III

Escravatura e Negocio

A usura gananciosa dos velhos aventureiros do comércio exercia-se então horrorosamente com o tráfico da escravatura, não sem que já em 1555 Fernão de Oliveira, um português de lei, coevo, o tivesse condenado, cheio de indignação e revolta.

O tráfico reduzido à condição de base de riquezas, como artigo de comércio, foi com efeito por ele amargamente verberado.

«Nós fomos os inventores de tão mao trato, nunca usado nê ouvido entre humanos — escreveu ele. Nam se acharaa nê rezam humana consinte, que jámais ouvesse no mundo um trato público e livre de comprar e vender homens livres e pacificos como quem compra e vende alimárias, boy ou cavallos e semelhante. Assi os tãgem, assi os constrangem, trazem e, levão, e provam e escolhem com tanto desprezo e impeto como faz o magarefe ao gado no curral.» [1]

A razão que assistia a este espírito lúcido, grande socialista embora inconsciente, em pleno século XVI, evidencia-se ao considerar que D. Manuel nas suas

---

[1] Fernão de Oliveira — *Arte da Guerra* — Cap. IV — P. I.

Ordenações [1] equipara efectivamente os escravos com as bestas, e legisla por igual para as duas cousas, designando quais os casos em que, por morte do escravo ou da cavalgadura, o vendedor era obrigado a restituir o valor a quem tinha comprado.

Tambem o já citado Clenardo alude ao caso, ao descrever-nos a epidemia esclavagista em Portugal.

«Os escravos — observava ele — pululam por todos os lados. Todo o serviço é feito por negros e mouros cativos. Ha em Lisboa uma tal quantidade dessa *fazenda*, que se acreditaria que excede em número os portuguêses livres.

«Encontrareis dificilmente uma casa em que não haja ao menos uma criada desta espécie. E' ela que vai comprar as cousas necessárias, que lava a roupa, limpa as casas, acarreta a água e despeja a certas horas a imundicie de todo o género: em uma palavra, *é escrava e só se distingue pelo vulto de uma besta de carga.*»

«Os mais ricos teem escravos dos dois sexos. Ha individuos que não tiram pequeno lucro da venda de jovens escravos *que criam como pombos para levar ao mercado.*»

Evidentemente o povo não podia locupletar-se com este lucrativo embora odioso negócio, por isso formulava o seu parecer em um adágio que perdurou até à abolição oficial da escravatura:

— «Boa fazenda é negros se não custassem dinheiro.»

Os arrematantes do tráfico dos escravos na Guiné compravam os pretos e o ouro a troco de quinca-

[1] *Liv. IV — Tit. XVI.*

lharias de cobre e latão, panos de algodão e contas. Os negros comprados eram trazidos pelos gentios: seus próprios filhos — diz a crónica — [1], e tambem os prisioneiros das guerras intestinas.

Os feitores conduziam-nos a S. Tiago (Cabo Verde), separados os machos das fêmeas, e ali os vendiam aos casais.

Em Lisboa, por 1552, o preço de um escravo oscilava entre quarenta e cinco e cincoenta mil réis! [2]

De Portugal saía todos os anos para os reinos de Espanha, assim como para as Indias de Castela (Filipinas e Antilhas) grande quantidade de escravaria.

E muitos dos nossos traficantes andavam a comprar por esse mundo fóra — Indios, Bengalas, Jáos, Arábios, Malaios, Malabares, Brazís, Cafres e outros de nações então sujeitas a Portugal.

Nestes ominosos tempos deve ter-se gerado o velho provérbio já esquecido — «sáem cativos quando são vivos» — talvez lúgubre referencia à mortandade que, durante a travessia dos oceanos, se dava nos porões dos navios apinhados de carne humana palpitante, se acaso o anexim não se refére a épocas mais recuadas, em que o vencedor mandava às vezes passar a fio de espada os vencidos que não conseguiam escapar da povoação conquistada.

A esses comerciantes negreiros chamava o povo — «maganos de alto bordo».

O rifão desapareceu com o crime que lhe dava origem, mas no uso ainda subsiste, obliterado e em referencia a pessoas que sabem medrar e locupletar-se, seja como fôr.

[1] Navegação de Lisboa á ilha de São Tomé em 1551, *apud. Coll. de Mem.* para a *Hist. das nações Ultramarinas* — II

[2] M. B. Branco — *Historia das Ordens Monasticas* — II — 328 nota.

— «Ahi! seu magano!» ouve se dizer. «Um magano de bom gosto! Um maganão!»

E lá andavam os mares pejados de navios negreiros a abastecer os mercados de carne humana com que o comércio se propunha enriquecer ràpidamente. Mas os naufrágios então muito frequentes eram os modificadores automáticos de tanta crueldade e ambição. Chegou a haver pavor!

Bras da Costa escrevia a este propósito a Garcia de Resende:

«Nesta viajem, & hyda,
o que nela naueguar
bem se deve contentar
coa vyda.
....

«Nom façamos tal partida:
antes cuvar, & rroçar,
de conselho contentar
coa vyda.

«Por passar tãta tormenta,
tempo, & vyda tam forte,
& tam perto sser da morte,
antes nom quero pymenta.

Garcia de Resende, em resposta, afirma o seu aborrecimento pela vida do mar onde promete nunca tomar parte:

Tenho *tam* avorrecyda
todarte de marear,
que nam ey nela dentrar
nesta vyda. [1]

[1] *Cancioneiro Geral* — III — 344-315.

Indignado de tanto crime praticado em nome do comércio, criou o povo a superstição, mais tarde justificada em leis mal obedecidas; nem ocultava o seu regosijo pelos desastres que aos maganos frequentemente sobrevinham, quer no mar, quer em terra.

E proclamava, cheio de convicção — «quem quer enricar em hum ano, aos seis meses o enforcam» — evidente alusão aos castigos que posteriormente vieram a ser aplicados aos prevaricantes de maior calibre. O tempo, porém, foi quem deveras enforcou os negreiros, embora até hoje ainda tenha deixado a estrebuchar bastantes açambarcadores, cujo S. Martinho provavel é que venha tambem a chegar-lhes.

Não era só no alto comércio, porém, que se davam as prevaricações. Os de retalho seguiam o exemplo vindo de cima.

Sofriam-se, então, vèxâmes e espoliações nas compras por miúdo: — «á conta de ciganos, todos furtamos».

Por isso a indignação traduzia-se num provérbio que era um ensinamento: — «Quem te honra mais do que sóe, ou te quer enganar ou ver se pode.»

Já vimos o que foi o crédito. O retalhista fugia de vender a rol: — «Não fio nada até àmanhã.»

— «Pregôa vinho, vende vinagre» — praguejavam as mulheres do povo ao sair da taverna com a infusa cheia da falsificada mistéla.

O comércio de retalho incidia sobre duas ordens de artigos — os comestiveis criados no paiz e as mercadorias estrangeiras, já que a indústria nacional não achava, nem sequér procurava modo de desenvolver-se.

Numa carta de 24 de Agosto de 1456 [1] cita-se o

[1] Sousa Viterbo — *As candeias.*

nome de vàrios artigos que se importavam no Porto e cujo dízimo (imposto) D. Afonso V concedeu... á sua prima D. Filipa!

Vinham-nos então de fóra açafates, aguilhões, arcas, bonecas, botões de azeviche, cabeleiras, candeias de rezar, cardas para cardar algodão, chales, chaperetas tecidas, chapins, enxarávias de seda e linho, espelhos, *isquinynos* (?), luvas, manilhas de ouro, prata e azeviche, ouro fiado, pandeiros, prata fiada, retroz, rocas, seda, sedeiros de seda e de linho, véus e muitas outras cousas representativas do trabalho profissional que entre nós era odiado e quasi não se exercia.

De quanto temos vindo a esmiuçar resulta que durante os séculos áurios, àparte a obra grandiosa das navegações e descobrimentos, as riquezas compradas, trocadas ou saqueadas além-mar, tudo ia para Flandres, Anvers e Inglaterra que nos davam em permuta as fazendas com que cobriamos as nossas carnes, as colchas com que adornávamos as janelas das nossas casas em dias de procissão, as cadeiras e tripeças em que nos assentavamos, os leitos onde dormiamos, os cobertores com que nos agasalhávamos, etc.

Tudo, enfim, quanto é produto do trabalho profissional, de lá nos vinha em permuta com o que conseguiamos por esses mares fóra á sombra da chancela real.

IV

A agricultura

A agricultura não era mais favoravel. Os imensos esforços anteriormente feitos para desenvolvê-la fracassaram perante a vertigem das aventuras do mar. Os velhos tempos da Cavalaria eram passados.

O antigo Coudél-mór desaparecera com as coudelarias a seu cargo. Já ninguem se importava de apurar raças. O tempo das Justas e das Jugadas de canas tinha acabado.

«Os Fidalgos mancebos e gentis-homens em toda a Espanha, vestidos á Marquesota e á Francesa, — segundo refere um autor coevo —, tinham trocado os cavalos por machos e mulas em que passeavam ante as damas.»

Adágios antigos faziam o elogio do cavalo em que tanto nos distinguiamos nos combates singulares, torneios e justas: «Eu e o meu cavalo, ambos temos um cuidado.»

Mas a moda fê-lo cair em descrédito: — «Cavalo-corrente, sepultura aberta.»

Nem havia já que acariciá-lo: — «A mula com afago, o cavalo com castigo.»

Delicado registou um adágio que bem mostra o desprezo a que o cavalo desceu, triste sintoma de decadencia e fraqueza:

— «Mullo ou mulla,
Asno ou burra,
Rocim nunca.»

Até nós chegaram anexins referentes ao tempo glorioso das mulas. Ainda os empregamos com inteira degenerescencia de sentido. Assim se diz — «Doutor da mula ruça» — para designar incapacidade scientifica, acaso alusão aos médicos de aldeia, que, montados em mulas, iam visitar e quantas vezes enterrar os clientes.

— «Mula de físico» — chama-se ao homem desconfiado e velhaco, que não se mostra espansivo, preparando maus juizos ou ciladas.

O Catolicismo preponderante fôra-se apossando de terras, a ponto de ter chegado a estar senhor de quasi todo o paiz.

Pior do que isso, porém, deixavam-nas ficar incultas, o que levou D. Afonso II a proíbir que as Igrejas e Mosteiros conservassem em seu poder mais bens de raiz do que aqueles que se lhes julgassem necessários. [1]

Tambem aos Regulares foi proíbido adquirir ou herdar mais bens de raiz. [2] São conhecidas as penalidades estabelecidas por D. Pedro I aos que delinquissem em prejuizo da lavoira.

A lei das Sesmarias, provendo para que acabassem os incultos, fôra obra de D. Fernando que nomeou inspectores «os homens bons» para cada lugar, a fim de que a lavoira não fosse descurada.

[1] Brandão — *Monarquia Lusitána* Parte IV — Liv. 3.º, cap. 21.
[2] Sousa — *Provas* — Liv. 3 — n.º 1.

Flandres, Espanha e Alemanha abasteciam-se do nosso azeite de Santarem, Abrantes, Elvas, Beja e outras partes.

Os centros de produção mais abundantes eram Santarem, Moura, Tomar, Estremoz, Lisboa, Elvas e Coimbra.

Pela qualidade e sabor distinguiam-se os azeites de Evora, Alvito, Torres Novas e Montemór-o-Novo, donde costumava ir para a Dispensa Real.

Tambem a cultura das abelhas chegara a tal desenvolvimento que nos dava mel abundante para consumo de todo o paiz.

Daqui se originaria talvez a espressão ainda muito em voga num sentido já muito diferenciado do inicial: — «dar mel pelos beiços».

Os principais campos de colmeias eram no termo de Lisboa, nos campos de Evora, termo de Torres Vedras, Abrantes e serra do Minde. Por todas as matas, enfim, «havia abundantes cilhas de colmeias».

Aqueles mesmos que não o obtinham de cultura, tambem ás vezes apareciam com ele: — «Miguel, Miguel, não tens abelhas e vendes mel».

Igual conceito encontramos expresso nest'outro adágio velho: — «Quem cabritos vende e cabras não tem, donde lhe vém?» — com o que parece mostrar-se que nos nossos costumes a probidade agrícola nem sempre terá oferecido tanta garantia como seria desejavel.

A indústria do mel, porém, diz-nos Duarte Nunes, fôra fraquejando com a posse da Madeira, Cabo Verde, São Tomé e Brazil, que principiavam a fazer-nos concorrencia com o assucar dos seus engenhos.

Faria e Sousa explica-nos que Portugal em tempos de D. Fernando fornecia pão aos estrangeiros. [1]

[1] *Epitome* — Part. IV — cap. 7.º

Não é provavel que isto proviesse da superabundancia, dados os nossos acanhados limites territoriais, mas do espírito de ganancia que já então entre nós sôfregamente preponderava.

Com efeito D. Afonso III e depois D. Duarte tinham legislado severamente para que não saísse trigo, farinha ou pão para fóra do reino.

Não manteve D. Afonso V a proibição, mas carregou-a com uma dizima pesadissima, como era naquele tempo uma saca por cada cincoenta para o Erário.[1]

Consultando a legislação de D. Diniz e D. Fernando, vê-se com que cuidado fôra tratada a cultura do trigo. Os Concelhos foram compelidos a mandar lavrar os baldios, com sevéras penalidades a quem se recusasse a trabalhar na lavoira.

Os vàdios que andavam a pedir esmolas para a Igreja «com caixinhas», diz o cronista, eram açoutados e obrigados ao trabalho.

De maneira que não havia ociosos, refere Duarte Nunes, nem terras vagas — «o que agora (século XVI) nam ha. Polo que stão muitas terras por romper, e que de lavradias tornarão a ser matos».

Um outro autor antigo, depois de observar que o paúl de Salvaterra que rendia apenas em bons anos sessenta moios, já noutro tempo dera aos senhores dele novecentos de renda, lamenta que os muitos vales que a charneca tinha, não dessem muito trigo só «por falta de regas, embora houvesse agua».

«E assi a nossa negrigencia nos tira a muita fertilidade que poderamos ter» — exclama o auctor indignado[2]

Toda a grande laboração agricola começara a de-

[1] *Ordenações Afonsinas* — Liv. V — Tit. 48.
[2] *Mendes* — *Sitio de Lisboa* (ed. 1608) — 174.

cair desde as invasões de D. João de Castela, em que os campos entraram a ser devastados pelos exércitos, e mais do que isso, pelas pestes.

A de 1438 fôra das primeiras, seguida das de 1481 e 1490. Viera a de 1505 acompanhada de fome e durou bons tres anos. Por ter fulminado muita gente da Alfandega Grande que então funcionava onde hoje está o mosteiro dos Jerónimos, fizeram os empregados um voto ou promessa de um círio a Nossa Senhora da Atalaia, que ficaram considerando a padroeira das alfândegas.[1]

Por ocasião desta horrivel epidemia, informa João de Barros ter havido em Lisboa dias de morrerem cento e vinte pessoas e ninguem querer ir para as armadas com terror, porque andavam «iscados» de peste.

Em Palma, fronteiro a Cabo Verde, na armada de Tristão da Cunha, os tripulantes morriam e por lá ficavam pelas câmaras, por maneira que só depois davam por eles — «comidos os pés de ratos sem se saber ter falecido»,[2] o que bem explica porque se desenvolviam as febres tão intensas e bem mostra como o descuido nacional não é moderno nem ocasional, pois nos vem de muito fundo e longe.

Por 1531 deu-se o pavoroso terremoto de 26 de Janeiro, que durou com intermitencias até 2 de Fevereiro. Só em Lisboa derribou mil e quinhentas casas, semeando por todo o paiz um terror indescritivel que o fanatismo ainda mais veiu agravar com as ameaças de se acabar o mundo.

A chamada Peste Grande, do tipo bubónico por

[1] Barros — *Decadas* — II — Liv. I, cap. I.
[2] Oliveira — *Elementos para a Hist. do Municipio de Lisboa* — I — 464 *passim*.

apresentar inchaços, teve principio em Junho de 1569 e durou até ao ano seguinte, calculando-se o número dos mortos em cincoenta mil, só em Lisboa 50 a 60 em média diária!

Coimbra adquiriu por esta ocasião o epíteto de — «Cidade Santa» — em virtude dos valiosos socorros que a sua Camara Municipal prestou ao povo, que à peste deu o nome de — «tabardilho». [1]

Os horrores deste flagelo tão profundamente impressionaram que passou em provérbio generalisado até hoje por todo o paiz, a seguinte frase cujo sentido inicial de ha muito se esqueceu, empregando-se actualmente, embora já pouco amiúde, para avolumar uma qualquer ocorrencia calamitosa:

— «Não matou mais gente a Peste Grande de Lisboa.»

O povo que usava, como ainda usa, atribuir estes flagelos à conjunção de certos planetas, desta vez tornou responsaveis directos os Grandes, os ministros das execuções que tinham pouco antes ordenado que os patacões de mil réis passassem a valer trezentos, os cinco réis um real e meio, e o real apenas meio!

Sabendo disto com antecipação, pagaram em patacões aos mestres de oficio o trabalho já feito, com o que estes sofreram grande ruína.

Sobreveiu a peste e logo matou alguns dos que tinham abusado.

— Castigo de Deus! — clamou-se.

Seguiram se préces e votos á Nossa Senhora da Saúde, origem de uma célebre procissão que só muito modernamente deixou de fazer-se.

[1] Borges de Figueiredo — *Coimbra antiga e moderna* — 356.

Propalara-se que a 10 de Julho haveria um tal cataclismo cósmico que os montes de Almada, Carmo e Castelo unir-se-iam num só monte, pelo que todos, a não ser os mais pobres, fugiram num êxodo aflitivo.

O sistema de boatos, como se vê, tambem entre nós é muito velho.

Não se realisou o sonhado cataclismo, mas o mal intensificou-se. Em Julho houve dias de quinhentos e seiscentos mortos!

Já não havia onde enterrar, nem quem se prestasse ao serviço de enterrá-los, pelo que a isso tiveram de ser obrigados os presos das Galés.

Dez anos depois, logo após o desastre de Alcacer-Kibir, por 1579, deu-se uma nova peste em que se registaram quarenta mil mortos só em Lisboa e vinte e cinco mil em Evora.

— «O tempo do mal» — é o nome com que o povo denominou a terrivel peste que, principiada em Outubro de 1598, se prolongou durante cinco anos consecutivos, assolando tudo, ceifando vidas e abandonando os poucos campos que ainda não estavam de baldio.

Evidentemente o século das gloriosas navegações foi para nós simultâneamente o século dos mais desastrosos flagelos.

Assim vinham os abalos scismicos mais agravar a situação já de si aflitiva por uma infinidade d'outros factores, entre os quais o dos empreendimentos marítimos com que tivemos de salvar a civilisação ocidental á custa da própria ruína.

Em tempos de D. João II um novo erro veiu piorar a já de si bem gravosa situação. As terras de mantimento que nos restavam, foram convertidas em vinha, por modo que os estrangeiros, desde então até á actualidade, tiveram de passar a fornecer-nos

o próprio trigo, de que dantes nós os abasteciamos.

A cultura da vinha tornou-se depressa uma febre de ganancia, pela extrema facilidade com que a introduzimos nos nossos costumes.

No meio das calamidades que nos affligiam, o vinho contribuia a suavisa-las com a sua nota alegre.

— «Depois de beber, cada um dá seu parecer» — registou Delicado.

Ainda modernamente se diz com frequencia:

— «O pão de hoje,
carne de ontem
e vinho do outro v'rão,
fazem o homem são.»

O vinho ràpidamente chegou a ter amadores que nos legaram o seu sentir em adágios que F. R. I. L. E. L. registou:

— «Por carne, vinho e pão
Deixo quantos manjares são.»

Ainda modernamente se ouve dizer:— «Menos vale às vezes o vinho que as borras».

Talvez por isto mesmo, tanto em sentido figurado como no próprio, o povo recorre a um estribilho muito frequente: — «Até ao lavar dos cestos é vindima.»

Os nossos vinhos eram abundantes, chegando a ser considerados dos melhores e mais afamados os de Alvôr, Vila Nova de Portimão, Lagos e Évora, especialmente os de Peramanca.

Como povo impulsivo, levámos os excessos da cultura da vinha ao estado de febre intensa:

— «Em cada prado uma vinha e em cada bairro uma tia» — diz-nos o precioso adagiário do século XVI.

Na conta dos vinhos finos entravam os brancos de Beja e os palhetos de Alvito, Viana, Vila dos Frades e Alcáçovas.

Os de Alcochete e Caparica destinavam-se á exportação para Flandres e outras partes da Europa, àlém dos que saíam para abastecimento das armadas e fornecimento para as Indias Orientais, Angola, Guiné, Mina e Brasil.

Com disvelo dizia o povo envaidecido: — «Queijo do Alentejo e vinho de Lamego.»

Vendia-se então em Lisboa o vinho mau pelo preço do bom. Sobre o assunto havia opinião bem definida: — «Vinho é sangue de Cristo».

E' ditado velho que «o vinho não ha mistér ramo», — com o que certamente se alude ao costume que ainda subsiste nas provincias e até nos arredores de Lisboa, de pôr um ramo de louro espetado á porta das tabernas.

Tambem se lhe faz referencia figuradamente no conhecido prolóquio — «num lado se vende o vinho, no outro se põe o ramo» — tudo alusões já inconscientes á vetusta tradição que na velha Roma e Grecia andava ligada ao loureiro, tido por árvore *milagrosa* á qual foi consagrado um bosque no Monte Aventino. Era d'ele que se fornecia o louro para as festas e consagrações pagãs.

De louro se coroava a figura alegórica da Victória. Desde a mais alta antiguidade, desafiando os séculos, até á moderna Europa chegou a expressão já consagrada: — «os louros da glória».

Dirigindo-se D. João II — diz a Cronica — a um homem que para não cheirar a vinho mastigava uma folha de louro, perguntou-lhe:

— Fuão, debaixo desse louro, a como vale a canada ? [1]

No povo subsistem várias superstições vindas de remotos tempos, relativas ao loureiro. Todos conhecem o velho costume das lavadeiras trazerem ás freguezas ramos de louro para defumar as casas e praticar certos sortilégios familiares.

Acreditava-se e ainda não falta quem acredite, que o louro, depois de bento, guardado da festa dos Ramos, preserva das trovoadas. O campónio continúa a acreditar que não ha raiz que se atreva com o loureiro.

Deixando, porém, esta embora reduzida digressão pelas folhas do louro, verifica-se que, tudo bem ponderado, as cousas de ha quatro para cinco séculos em Portugal, guardadas as distancias do tempo, passavam-se tal qual hoje.

Tudo então se reduzia à solução dos problemas até agora insoluveis e cada vez mais agravados do pão e trabalho.

De D. João III em deante, a escassez dos alimentos, especialmente o pão, chegára ao extremo pelo atrazo dos trabalhos agrícolas.

Só assim se explica a abundancia de leis proíbitivas e regimentos àcêrca da distribuição do pão, multas pela venda a estrangeiros, etc. [2]

A decadencia agrícola a que chegámos nos fins do século XVI é reconhecida e deplorada pelos coevos e pelos que de mais perto tiveram conhecimento dos factos.

De França, Flandres, Inglaterra, Dinamarca, Polonia, Alemanha e doutras muitas provincias septentrio-

[1] De Garcia de Resende—(ed. 1798) cap. CLII, pag. 218.
[2] *Extravagantes*, de Duarte Nunes, Parte IV — Tit. IV.

nais, diz-nos Oliveira, [1] vinham-nos pão, carnes, queijos e outras comedorias mais.

Um outro autor, tambem coevo, pasma de que até ovos em grande quantidade nos viessem de França, mesmo além dos queijos, manteiga e presuntos, assim como trigo, cevada e centeio que ele considerava as cousas mais necessárias e de falta mais perigosa.

Informa o autor citado que era tanta a quantidade que vinha de França e Alemanha, que lhe parecia impossivel produzir a terra lá tanto, nem gastar-se cá tudo. [2]

Não foi a nossa administração colonial por esses tempos mais feliz. Procurámos aclimar as culturas de umas regiões noutras, para logo destruirmos a obra realisada, tudo como mero expediente para opôr à concorrencia que os estrangeiros principiavam a fazer-nos nas terras de àlêm.

Assim adoptávamos já naqueles tempos a mesma norma de proceder moderno, sempre casual, automático, sem conexão nem método, só com recurso a expedientes de ocasião, por forma a deixar em suspenso e latentes os mais graves problemas que se apresentem.

Os vícios inerentes a toda esta série de males a que temos vindo a referir-nos, são claramente corroborados pelos testemunhos do tempo.

O pão já não podia chegar para abastecer-nos. Passaram os campos a cultivar-se muito menos, assim como os frutos que se colhiam já eram muito escassos em comparação do que poderiam ser e já tinham sido noutras épocas, porque muitas terras iam passando a enfiteutas e foreiras às igrejas, mosteiros,

[1] *Grandezas* — I — Cap. IV.
[2] Mendes — *Sitio de Lisboa* (ed. 1608) — pag. 180.

hospitais e outros logares pios que os deixavam incultos.

O autor que vamos seguindo, enumerando as causas da decadencia a que chegáramos ao cabo de tanta glória, fala-nos das terras que os portuguêses descobriram novamente:

«... às quaes, como menos trabalhosas, posto que mais arriscadas, se deram *os homens plebeios de Portugal, pouco sofredores de trabalhos manuaes e como homens de mais opinião que procuram se rem ricos e honrados mais em breve.* Donde veo haver menos obreiros para a lavoura, e por tãto preço que os lavradores ficam achando maior a despeza que a colheita.[1]

O mesmo confessa que havia maior falta de obreiros para lavrar a terra e outros oficios de mãos, atribuindo-o à creação de escolas e colégios que se foram acrescentando.

Eram as Escolas dos Jesuitas e a Casuistica da Universidade a fazer-nos hipócritas e a inocular-nos a célebre «praga dos Bachareis», de que nos fala Sá de Miranda.

Pão e Jurisprudencia! nisto se consubstanciavam os nossos mais graves problemas na metrópole.

O vocábulo — pão — emprega-se em vários sentidos. Tomando a matéria pela forma, diz-se — «uma terra de pão» — para significar o trigo de que ele se faz:

«Por muito pão, nunca mau ano.»

A's vezes a ironia era pungente, quando se apresentava em afirmativas contraditórias.

[1] Duarte Nunes — *Descrição de Portugal* (ed. 1610) — Cap. XXXIV.

No século XVII ainda se dizia, porque o vemos registado;

— «Muito trigo tem meu pai em um cântaro!»

Em verdade, trigo moído ou em espiga representava uma autêntica preocupação nos velhos tempos, sinal da dificuldade de obtê-lo e guardá-lo:

— «Deus me dê pai e mãi na Vila e em casa trigo e farinha.»

O essencial era ter as arcas cheias e que ninguem o soubesse:

— «Farinha apurada, não t'a veja sogra nem sobrinha.»

E a sentença aos que não a possuiam vinha noutro adágio: — «Quem não tem farinha, escusa de peneira» — com o que bem se descobre que pilar, peneirar e farinhar eram geralmente trabalhos caseiros como ainda hoje em Africa central se dá com o fabrico da chamada fuba de milho.

Nem todo o cereal era entre nós considerado bom.

Mantinha-se o preconceito contra os Ilheus (Madeira e Açores):

— «Pão da Ilha, arca cheia, barriga vasia.»

As falsificações não são de agora, como não falta quem o pense. Ainda actualmente se repete como nos seculos XV e XVI: — «Todo o branco não é farinha.»

Por isso se aconselhava aos folgazões que trocavam o trabalho pela folia:

— «Faze boa farinha e não toques bozina.»

Nos tempos que vão correndo, com as faculdades concedidas aos moageiros, já teem chegado ao abuso de moer todos os vegetais farinaveis.

A falsificação autorisada ainda com efeito naqueles tempos não se tinha visto. Mas o povo, já se ia precavendo, quando dizia:

— «Trigo de cizirão,[1] pequena massa, grande Pão.»

O joio e a ervilhaca tambem eram aproveitadas na farinação; — «Não ha trigo sem joio.»

E' que as dificuldades em matéria de abastecimento de trigo não são de agora; véem do tempo das navegações.

No seculo XIV (1386) vendia-se o trigo no mercado a cinco réis o alqueire, e o salário dos que viviam do seu braço — artífices ou trabalhadores — era de treze réis diários, tanto como dois alqueires e meio.

Século e meio depois (de 1521 a 1595), o alqueire de trigo que baixára a quatro réis, subiu até cento e vinte réis, preço deveras fabuloso para aquelas épocas.

A fome de 1630 veio agravar a situação, elevando o preço do alqueire a seiscentos réis. Finda a calamidade, não voltou ao preço anterior, mas fixou-se em cento e cincoenta réis, aí por 1648.

José da Cunha Brochado [2] ainda podia declarar — «com um vintem de pão se farta toda a minha família».

Um século depois passou o trigo a custar trezentos e quarenta réis. Já nos princípios do século passado (de 1811 a 1817) [3] com grande aflição dos povos, o preço do alqueire de trigo oscilava entre dez e quinze tostões, sem que contudo a relação entre o preço do trigo e o salário se mantivesse como em 1386, pois os salários não iam além de seis tostões!

---

[1] Leguminosa trepadeira (*lathyrus latifolius*).
[2] *Memorias*, ed. Coimbra, 1909) — pag. XXVI.
[3] Branco — *História das Ordens Monásticas* — II — 328.

Era muito frequente na boca do povo — «Bem sei o que digo quando pido» —, acaso resposta torta às imposições das padeiras, visto que então eram mulheres e não homens, as que moíam, amassavam, coziam no forno e vendiam o pão.

Já na velha lenda nos aparece, como figura de coragem, uma mulher do povo — a padeira de Aljubarrota.

Em Delicado e noutros anexiristas encontramos adágios vários a confirmá-lo.

Assim se dizia n'um sentido que nos escapa:

— «Azáfama, Padeiras, que minha mãe quer um pão.»

E est'outro:

— «Pão de padeira nem farta nem governa.»

O velho anexim — «Pôr alguem a pão de padeira» — revela-nos quanto suplicio sofreriam aqueles que viviam a fiado, o que aliás era frequente em séculos de tanta calamidade. Por isso dizia-se: — «Ano caro, padeira em todo o cabo» (sempre).

Com igual intuição era frequente ouvir-se — «andar a pão emprestado, fome põe» — ou tambem — «pão alheio caro custa».

Ainda actualmente todos fugimos de andar às sopas de alguem, para não termos de comer... «o pão que o Diabo amassou», alusão a uma lenda demoníaca que oportunamente desenvolveremos.

Nem isto, porém, nos impede de distribuirmos — «do pão do nosso compadre grande fatia ao nosso afilhado».

Mas nem tudo eram rosas para os profissionais da Padaria. Bem o mostra igualmente a tradição transmitida em anexim:

— «De Todos os Santos ao Natal
Perde a Padeira o cabedal.»

Os hábitos de abstinencia religiosa não seriam certamente das coisas mais agradaveis para as padeiras.

Era vulgar este adágio — «um dia de jejum, tres dias maus para o pão».

Parece que a padaria tinha as suas épocas. Um anexim antigo — «ao verão taberneira, ao inverno padeira» — cujo intuito nos escapa, vem confirmar que o consumo do pão era muito naturalmente maior no inverno que no tempo quente.

O hábito e a fome criaram uma série de adágios, outras tantas revelações do estado moral do povo na época que estamos estudando.

Sabe-se bem — «que na casa onde não ha pão, todos ralham e ninguem tem razão» — ditado velho gerado na indispensabilidade do uso de pão nos nossos costumes.

E a qualidade tambem deixava muito a desejar:

— «Não digas desta agua não beberei nem dêste pão não comerei.»

Houve no século XVIII momentos em que ele era intragavel,

— «He um pão para os cães» — dizia-se, e Manuel José de Paiva deixou-o registado no número das frases que no seu entender não deviam dizer-se.

Num outro adagiário de 1780 vemos que era de uso dizer — «Bocado de mau pão, não o comas nem o dês a teu irmão».

E como em tempo de fome não ha parentes: — «Quem tiver muitos filhos e pouco pão, tome-os de mão, e diga-lhes uma canção». [1]

O ideal da abundancia estava, pois, no pão que podia servir de refeição, — «conduto» chama-lhe o

[1] *Adágios, Provérbios*, etc., por F. R. I. L. E. L.

povo — acompanhado de alguma outra cousa: — «Pão e queijo mesa posta he».

— «Pão mole e uvas, as môças põe mudas e às velhas tira as rugas.»

— «Pápas sem pão abaixo se vão».

Ainda modernamente se diz num sentido figurado e de intuito pejorativo: — «pôr a pão e laranja».

Referente a um velho suplicio legal, ouve-se a frase — «A pão e agua» — e os trabalhadores rurais nalgumas localidades alimentam-se á hora do descanso com pão e azeitonas, pão e cebôla, pão e fruta.

Em tom de encarecimento perguntava-se: — «Quem terá as mãos quedas a pão fresco e beringélas?»

A suprema importancia do pão no nosso regimen alimentar evidencía-se em anexins de ditos cuja enumeração levaria muito longe:

— «Tanto pão como um polegar torna a alma ao seu logar.»

Ninguem se conformava que houvesse — «meza sem pão nem exército sem capitão».

Considerava-se indispensavel — «pão que sobre, carne que baste e vinho que falte».

A clausula do vinho não seria agradavel a muitos; por isso ter-se-hia talvez generalisado est'outro dizer, já quasi esquecido: — «Por carne, vinho e pão, deixo quantos manjares são».

Embora o fanatismo nos tivesse obliterado as faculdades revolucionárias, ainda lamuriávamos contra as iniquidades sociais que véem de todos os tempos: — «homem pobre, depois de comer ha fome».

Tambem se observava com amargor que — «A fome chega à porta do oficial (funcionário) e não pode lá entrar».

Intendia-se que era o interesse o que movia o homem e tambem os animais:

— «Bole com o rabo o cão, não por si, senão pelo pão».

A mulher sujeitava-se a maus tratos do marido, contanto que ele a sustentasse: — «Seja o marido cão e tenha pão».

Modernamente diz o povo do Alentejo:

— «Tenha o meu marido cara de cão,
E eu co'a minha arquinha cheia de pão».

E' certo que — «a boa fome não ha mau pão» — e mesmo — «à mingua de pão, boas são as tortas» — porque já então era de uso dizer que — «quem tem fome cardos come» — e tambem — «bocejo longo, fome ou sôno».

Já o padre Antonio Vieira proclamava num sermão dos mais célebres, que tudo neste mundo se agita à busca de pão.

Cada qual continúa a cuidar, antes de tudo, da sua situação económica: — «bom he saber que pão te hade manter» — porque, ainda que insuficiente e inconveniente — «O pão de rala tambem tufa» —, adágio que actualmente só se emprega em sentido figurado, em alusão aos que querem ser ou parecer mais do que podem ou devem.

Desde tempos remotos até à actualidade tem o pão tomado denominações várias. Além do nome genérico, na provincia chamam-lhe às vezes — «bôla» ou «bôlo». Em Taboaço o pão é — «poia» — e na Covilhã e noutras terras tem o nome de — «pada».

O diminuitivo de «pada» emprega-se na àcepção de regueifa, e encontramo-lo num anexim entre o número dos que Manuel José de Paiva condenou como menos puros — «He muito pàdinha».

Actualmente para significar que um mancebo é muito afectado na linguagem, janota em exagero e melifluo no trato, o nosso povo costuma dizer que ele é... muito pãosinho!

V

Justiça e Administração

Os serviços de Direito não embaraçavam menos o desenvolvimento da Sociedade Portuguêsa.

Como consequência do eclectismo jurídico que desde a velha Lusitania vinha a fazer-se com o Código Visigótico e legislação romana em competência com o direito consuetudinário, o regimen foraleiro e os caprichos dos reis e seus jurisconsultos, tanto a lei como a administração pública sempre entre nós téem obedecido mais ao arbítrio e ao capricho do que ao método dos legisladores.

De modo como a justiça se aplicava fala o antiquissimo adágio português: — «arde o verde pelo sêco e paga o justo pelo pecador».

Sobre a garrulice dos antigos juizes, corregedores, desembargadores do Paço, e mais uma infinidade de funcionários, cujas atribuições ficavam sempre confusas por mais que os numerosos Regulamentos procurassem defini-las, é bem eloquente este expressivo ditado cuja memória o autor das *Infermidades da Lingua* nos conservou: — «Disse as três mil leis!»

E talvez o povo não exagerasse, pois entre o simultâneo afluxo de tão variados direitos em concorrência, devia ser difícil escolher e atinar com as leis aplicáveis a dados casos.

Tanto mais que o mau hábito de sofismá-las já vem de muito longe: — «Feita a lei, cuidada a malicia».

Por este motivo ter-se-ia tornado então corrente que — «mais são os casos que as leis» — querendo com isto significar a confusão que não permitia atinar com a lei aplicavel.

A justiça dos homens era tão falaz como a de hoje.

Já preponderava o favoritismo e as competências escasseavam: — «Por falta de homens, fizeram o meu pai Juiz».[1]

Tambem se dizia irònicamente: — «Mau caminho leva o Juiz quando vai para a fôrca»—, o que bem demonstra os casos de prevaricação, ao mesmo tempo que deixa vêr que a lei os punia... às vezes.

Efectivamente encontramos uma lei onde se legisla em tempos de D. Afonso V contra os juizes «que recebem peita *por julgar e ácerca da parte que lha dá ou promete*».[2]

Delicado registou: — «Juiz da Aldeia, quem o deseja que o seja».

O motivo do anexim deve ter sido o peso das influencias que mal permitiam a livre administração da Justiça e autorisavam as represálias: — «Arrenego da terra onde o ladrão leva o juiz à cadeia».

Todavia este caso era tão frequente que achou expressão na chamada sabedoria das nações: — «Juiz de Aldeia, hum ano manda, outro na cadeia».

Além dos de Aldeia, havia os Juizes Ordinários, do Cível, do Crime, dos Orfãos e das Propriedades, e também os de Fóra.

Estes, dos mais antigos, chegaram a parecer insu-

[1] F. R. I. L. E. L. — *Op. cit.*
[2] *Ord. Afons.* — Liv. III — Tit. 128.

ficientes para tratar dos crimes, delitos, desordens e malefícios.

Por isto se criaram os Ordinários e outros, o que não impedia que D. João I enviasse às diversas Comarcas, de quando em quando, Corregedores e outros seus oficiais, indo depois ele próprio em pessoa a colocar novos Juizes por ele em Lamego, Vizeu, Guarda, Trancoso, Pinhel e Castelo Branco.[1]

Dos oficiais (funcionários) queixava-se o povo: — «O oficial tem oficio (emprego) e *al*».

Os factos levaram-no a ponderar com certo desdém: — «Não deves dar mal por mal, nem creias oficial».

Chegaram os Juizes de Fóra a constituir tal escândalo e opressão, que os povos vinham continuadamente a reclamar, porque tinham de pagar-lhes mantimento e alojamento.

Na representação que fizeram às Côrtes em tempo de D. João III, queixavam-se amargamente da grande opressão que recebiam dos Juizes, e de terem de dar a tantos Corregedores camas e pousada de graça.

A nomeação conferia-lhes direito a usar no cargo todos os poderes, além dos consignados no Regimento dos Juizes Ordinários e mais a alçada que lhes conferiam certos alvarás especiais.

Por deliberação de D. Manuel a nomeação deixou de recaír nos filhos, como anteriormente, mas sobre Licenciados e Bachareis.

Estes que colaboravam na maquiavélica revisão dos Forais a pretexto de unificação de moeda, desde D. Manuel passaram a constituír uma praga, na frase contundente de Sá de Miranda, porque assumi-

[1] José Anastacio de Figueiredo — *Memoria sobre a origem dos nossos Juizes de Fóra* — IV.

ram uma preponderância desnecessária e, sob a invocação de leis que eles próprios sugeriam para seu uso e proveito da realeza, obtiveram privilégios e preferências, invadindo atribuíções alheias e exercendo funções tão complicadas como prescindíveis.

Manuel José de Paiva [1] alude a um ditado em voga no século XVIII: — «He bem bacharel!»

Já desapareceu do uso geral, mas ainda às vezes se diz a quem quer impôr-se-nos: — «Sempre é muito doutor!»

Na frase pitorêsca do povo, amiúde se ouve dizer que — «um burro carregado de livros é doutor» — tal a ingrata memória que nos resta dos velhos Licenceados e Bachareis, enredadores eméritos e tagarelas fastientos.

A praga ainda até hoje não foi nem sequêr atenuada. Escasseia nos autoridade técnica para afirmá-lo. Falem porém por nós autoridades incontroversas.

Já Garrett no seu tempo perguntava irònicamente:

— «Onde estão as Universidades e o que faz essa que ha, senão dar o seu grausito de bacharel em leis e medicina?». [2]

Tambem mestre Teófilo Braga, aí por 1874 nos falou da — «bestialidade proverbial de modernos doutores que entraram para o magistério da Universidade pelo direito com que se adquire um logar nos azilos da mendicidade.» [3]

Andavamos todos, como ainda hoje andamos, enredados numa legislação confusa, cheia de escapatórias, preparada com grandes malhas e abertas por

[1] *Infermidades da lingua portuguêsa.*
[2] *Viagens na minha terra* — Cap. XIII.
[3] *Vida de Camões* (ed. antiga) — Parte II — L. I — Cap. IX.

onde tudo passa, tudo se justifica num sentido ou no oposto.

Não era fácil nos velhos tempos resistir à opressão legalista que se apoiava no poder real. Mas em anexins que os costumes consentiam, o povo lavrava o seu protesto quando dizia:

— «Mulher de mercador que fia, escrivão que pregunta pelo dia, oficial (funcionário) que vai à caça, não ha mercê que Deus lhe faça».

Não menos curioso era est'outro:

— «Deus te guarde de *parafo* de legista e de *infra* de Canonista e de *et caetra* de escrivão, e do *recipè* de Matasão» (*mata-sanos*, curandeiro).

Num e noutro alude-se aos escrivães e tabeliães que constituíam mais um grande flagelo. Havia-os Judiciais e do Paço, e tambem Notários, fiscalisados pelos Corregedores.

Além de serem demais em número, usavam e abusavam. Já em Côrtes de 1371 o povo se queixava de haver dez e doze tabeliães *por favor* onde dantes só havia cinco ou seis.

Como eram pobres, promoviam demandas e desordens nas terras onde exerciam o cargo, a fim de enriquecer depressa. Eles próprios faziam-se advogados dos pleitos para ficar-lhes tudo em casa.

A lei não lho permitia, mas os Corregedores faziam vista grossa, quem sabe lá por que preço, e os Vèdores da Chancelaria não castigavam!

Nas Côrtes de 1481 queixou-se o povo de que os tabeliães andavam sempre a tirar devassas de como cada qual vivia, mas ninguem ia devassar deles e da sua vida escandalosa. Tambem havia queixas de receberem o tresdôbro dos honorários que lhes eram devidos.

Completavam este deploravel quadro de opressão os Alcaides, espécie de oficiais de Justiça, sempre fei-

tos com as partes e com os contrários, tranquibernando com tudo e com todos, usando e abusando das suas prerogativas numa ancia de enriquecer.

Nem sempre estas figuras de Justiça eram limpas e escorreitas: — «Alcaide do campo, ou coixo ou manco».

Interesseiros até ao exagero — «O nosso Alcaide nunca dá passada de graça»—, metiam-se em toda a parte, fosse pela porta ou pela janela, o que levava o povo a reconhecer que — «o Alcaide e o Sol, por onde quer entram».

Do espírito ganancioso que os animava, fala este já esquecido adágio velho: — «Alcaide em andar, moínho em moer, ganham de comer».

Com o desaparecimento desta entidade esqueceram os anexins a que dava origem, mas subsiste ainda na memória do povo o nome, com o derivado sentido de cousa velha, desnecessária, quando não inconveniente e prejudicial.

Os lojistas chamam «Alcaides» às fazendas que perdem de venda com o perder de moda, ou de ano para ano lhes ficam nas prateleiras sem saída possivel.

Tambem na voz popular se diz «alcaide» a pessoa inutil que, por indolencia, infermidade ou vèlhice, se torna pezada aos outros, sem que da sua presença e vida resulte o menor proveito, seja para quem fôr.

O que seria, pois, a Justiça num tempo em que as categorias e alçadas eram tão numerosas e mal definidas, que mais imperava o arbitrio do que a lei?

Os anexins de então que a história felizmente arquivou, bem deixavam transparecer a indignação contra esse arbítrio que parecia a única lei: — «Prendeu-me o Alcaide, soltou-me o Meirinho.»

Doutras vezes dizia-se à inversa: — «Fugi do Alcaide, cahi no Meirinho».

Ainda hoje com razão se repete, visto que as cousas só mudaram um pouco talvez para pior: — «Guardou-se da mosca, comeu-o a aranha».

E tambem: — Saio do lodo, caio no arroio».

Ao lado do Tribunal da Côrte com os seus doutores, prelados, juízes de Feitos, desembargadores, fidalgos, ouvidores, corregedores e chancelér-mór, concorriam os Tribunais da Consciencia e da Suplicação com outras tantas entidades a degladiar-se numa rivalidade que comprometia toda a Justiça.

O Cível confundia-se com o Crime; o Administrador tambem intervinha numa confusão de Pandemónio.

Tratava-se simultâneamente de cartas de privilégio, legitimações, crimes, confirmação de eleições, legalisação de nomeações, roubos, etc.

A burocracia viera-nos de longe — da velha Roma. Tinha-se, porém, requintado por motivo de padrinhagem e espírito de tornar confusa a administração para maior viabilidade da espoliação pública que entre nós não é cousa moderna, como os menos lidos pensam.

O Chanceler-mór era o medianeiro entre o Rei e os homens. Confirmava e intervinha nos empregos de tabeliães, escrivães, contadores de custas, inquiridores e outros, cuidava da instrução pública e lentes, etc.

Os Meirinhos do Paço, mais velhos do que a Monarquia, acaso antepassados históricos dos célebres archeiros da Casa Real, exerciam uma espécie de funções policiais: — mantinham a ordem nos logares onde se encontrava a Côrte e prendiam os malfeitores.

Colhiam bons proventos, como se colige do velho adágio: — «Seja eu Meirinho e seja de um moínho».

O logar de Almotacé-mór era uma verdadeira úcha-

ria, havendo a seu cargo não só o abastecimento da Côrte, como o concerto dos caminhos por onde o rei tivesse de passar nas suas excursões. Debalde se queixava o povo em Côrtes de 1481 e 1491, dos abusos que praticavam e da opressão que exerciam.[1]

Outros Almotacés havia: — os da Câmara Municipal que eram eleitos anualmente pelo Alcaide da Cidade, homens bons e alvazís. No seu exercício de inspecção aos pezos e medidas, aos preços dos géneros, aos salários dos obreiros, praticavam toda a qualidade de exacções, violencias e vèxâmes.

Esta imensa multiplicidade e confusão de serviços, que a intervenção do Tribunal do Santo Oficio depois mais veiu complicar, tornava quasi impossiveis os pleitos e arruinava quem quér que tivesse de apelar para a Justiça em casos difíceis.

«Deus desavenha quem nos mantenha», — era frase corrente nos que tinham de intervir.

A ela respondia o povo em murmúrios de indignação: — «Quem anda em demanda, com o Demo anda».

E como conselho cauto, ouvia-se às vezes o prolóquio: — «Se estiveres na tua tenda, não te acharão em contenda».

Já n'aquele século o adágio consagrava um conceito que ainda hoje infelizmente é verdadeiro: — «Mais vale ás vezes favor que justiça nem razão».

Não era menos confusa nem menos complicada a administração pública com a sua infinita multiplicidade de cargos e empregos a demonstrar como o vício burocrata entre nós vém de longe.

Nos Armazens da Guiné e da India, por exemplo,

[1] Gama Barros — *História da Administração Pública* — I — 602 p.

havia trinta e tantos funcionários pròpriamente ditos, entre os quais se contavam os diversos escrivães de serviço, do armazem, do Mantimento e dos Feitos, juiz de balança, apontador da Ribeira das Naus, meirinho, alcaide com os seus homens de chuça, almoxarifes dos Armazens, da Pólvora, da Ribeira e Armaria, o das Terecenas, mestre e patrão-mór dos armazens, além dos porteiros, frasqueiros e baínheiros, mestres de carpintaria e de reparos, fundidores de bronze e de artilharia, piloto-mór e guardas, tudo acompanhado de grande número de pessoal subalterno.

O que se dava nesta Repartição de serviços públicos repetia-se na infinidade de tantas outras com que o expediente se multiplicava e dificultava.

Só em referencia a Lisboa ocorre-nos enumerar alguns desses curiosos organismos burocráticos.

O chamado Tribunal das Sete Casas que veiu a arder em 1749 por incendio comunicado das casas onde se vendia a pólvora no sítio da Ribeira,[1] compunha-se da Mesa das Tres Casas, Mesa das Frutas, Mesa dos Escravos e Mesa da Portagem, tudo provido de almoxarifes, escrivães e feitores, afóra o pessoal menor.

Na Imposição Nova e Velha acresciam os «feitores das andadas» com seus escrivães, sacadores, porteiros, etc.

Nas Alfandegas, além do Provedor, Meirinho e Escrivão, contava-se um verdadeiro exército de funcionários distribuidos por várias repartições: — a Mesa Grande, Mesa do despacho do sal, Mesa do peso, Paço da madeira, Casa da entrada dos navios,

[1] Fr. Claudio da Conceição — *Gabinete Histórico* — IX — 360.

Casa dos Sincos, Casa das carnes e coirâma, Casa do pescado, Casa do depósito das tomadias, diversas Chancelarias, etc.

O pessoal menor efectivo do Terreiro do Trigo de Lisboa constava de umas duzentas mulheres medideiras e mais um cento que joeiravam todo o dia a troco de trinta réis, pagos pelos freguezes.

A esta profissão, provavelmente considerada desprésivel, se não humilhante, se referiria um anexim desdenhoso que Antonio Delicado registou: — «A mulher dos trinta réis!»

Tambem o pessoal da Câmara Municipal de Lisboa e outras, constituia verdadeiras avalanches de gente que vexavam a população para fiscalisar e fazer cumprir os estravagantes impostos de cestaria, variagem ou medidagem (aferição), vendagem de pão, ver-o-peso, carros e ladrilhagem, almotaçaria municipal, portagem, real de agua e realete, mealharia, barcas e tragamalho, coimas, direitos de pescado e marcos dos navios, bem como cobrança de fóros, licenças, rendas de propriedades, etc.

E' deveras dificil a um cidadão actual imaginar o que seria a obra embaraçosa e demolidora desse interminavel exército de Senhores a pôr em execução a seu belo-talante e arbítrio leis contraditórias.

Só por conjectura, sempre muito àquem da realidade, se consegue obter uma pálida imagem do viver dos filhos do povo naqueles aflitivos séculos de glória e tortura simultâneas.

A não ser que o velho rifão — «muita gente junta não se salva» — proviesse de algum conto remoto que até agora ainda não encontrámos nem conseguimos correlacionar, é bem admissivel que ele se gerasse na consciencia do povo que via os seus pleitos e queixas sempre adiados e preteridos pela profusa exuberancia de funcionários legistas, eclesiásticos, administrativos e camarários, como cogumelos na montureira, a surgir de todos os lados a propósito dos mais insignificantes incidentes, para contestar, opôr, embaraçar, discutir e enredar, fossem quais fossem as pretensões.

E ao fim de quasi interminaveis delongas, a ninguem era lícito avaliar dos provaveis resultados das suas pretensões, por que o favoritismo podia muito mais do que a razão:

— «Aonde o ouro fala, tudo cala.» [1]

Numa sociedade em que as influencias se regulavam pela hierarquia, o adágio consagrava as iniquidades quotidianas:

— «Rogos de Rey mandados são.»

A ironia contra a intervenção do poder real nos mais insignificantes assuntos traduzia-se num dizer muito mais contundente:

— «Rou, rou, faça-se o que El-Rey mandou.»

Consequentemente a sinceridade nas relações com o Estado tinha de ser muito diminuida para resistir e contrabalançar as influencias pessoaes: — «Menos se mentiria, se de mentir se pagasse.»

[1] F. R. I. L. E. L. — *Adagios*, etc.

VI

Reforma e contra-reforma

Sem a dissertação que temos vindo a fazer, relativa ao estado da sociedade portuguesa desde o século XV até aos fins do imediato, seria absolutamente impossivel surpreender as causas por que nos diferençamos dos outros povos do norte da Europa no retraímento às iniciativas industriais e neste quasi desdém pelas profissões e pelo trabalho.

As alucinações do fanatismo que a Igreja vinha de longe alimentando para melhor realisar o seu almejado predomínio espiritual e temporal, muito contribuiram para conduzir-nos à maior ruina, precisamente quando atingiamos às maiores culminancias da glória.

Não partiram de Portugal os abusos a que a Igreja se entregava no exercício das suas ilimitadas prerogativas. Era do centro — Roma — que o mal se alastrava para a periféria, atingindo-nos por incidencia.

O mal estendera-se por toda a Cristandade, onde a noticia das prevaricações irritava.

Em Portugal mesmo, não obstante termos sido um dos maiores baluartes do fanatismo, fôra sabido, embora tarde mas com indignação, que no papado de Alexandre VI a desenvoltura chegára ao auge.

O desregramento da Igreja, não obstante ter-se

visto alvo de ataques não menos violentos do que audaciosos, iniciados na Alemanha e estensivos a quasi toda a restante Europa com o nome de Reforma, assumira a maior intensidade.

Vendiam-se escandalosa e abusivamente indulgencias. Para garantir-lhes maior consumo, a Igreja inventou penitencias, pecados e dispensas.

Procurava o povo furtar-se a estas imposições. Parece mostrá-lo um adágio daquele tempo — «achaques à quaresma para não jejuar» — que em mais de um autor coevo temos visto citado.

A lamúria para impôr os interesses de Roma era tão persistente que levava a dizer-se num tom de desdém, quando não de descrença — «He um *autem gemuit* muito comprido» — adágio velho correspondente ao moderno estribilho popular — «já não nos fiamos em cantigas».

Tambem se publicavam bulas e breves ofensivos do decoro e da dignidade humana, o que levou o Rei Venturoso a escrever para Roma, pedindo que se puzesse cobro a tanto impudor.

Proíbia a Igreja o curso de certos livros por intermédio da Câmara do Santo Ofício, mas logo abria escandalosamente excepção odiosa, em virtude da qual se tornava lícito lê-los mediante Bulas especiais!

Estes abusos seriam os que levavam o populacho a murmurar a mêdo, mas irònicamente — «Vem-me cá vender bulas!»

Com efeito o papa Paulo IV concedera licença a vários, entre eles ao Cardeal D. Henrique e aos mestres e doutores em teologia, para lerem todos os livros proíbidos, [1] não sendo este um caso único.

---

[1] Torre do Tombo — *Colecção de Bulas do Santo Oficio* — maço I — 242.

Já por esse tempo o convencionalismo doentio frutificava, como nos séculos mais modernos:

— «Beija o homem a mão que quizera ver cortada».

— «A um engano outro engano» — era já então em uso.

Os sermões chegaram a assumir fóros de loucura em Portugal. Faziam-se sermões em prosa e em verso, jocosos e dramáticos, sagrados e profanos.

O púlpito substituia as gazetas que ainda não tinham sido inventadas. Pelos sermonários fradescos vê-se que no púlpito se celebravam os anos dos fidalgos, os milagres daqueles que viviam em cheiro de santidade, as melhoras dos grandes déspotas da época, e tambem ali se alimentavam as crendices do povo. [1]

Era ali que se rendiam graças ao divino pelas grandes carnificinas da intolerancia, como a dos Huguenotes, a São Bartolomeu, a matança dos Cristãos Novos e outras.

Com o desenvolver da Reforma desabrochara o mundo para a sciencia que se foi tornando viavel nas suas aplicações práticas á indústria, graças ao advento de sábios ilustres, como Copérnico, Tycho-Brahe, Képler, Galileo, por mais não citar, em concorrencia com a obra do livre-exame, em que se distinguiram Lutero, Zwinglio, Melanchton, Calvino, Thomas Munzen, João Muller e tantos outros cuja propaganda frutificou, devido ás antecipações do progresso.

Com efeito a invenção da pólvora vibrara um golpe decisivo na Cavalaria Andante que depois Miguel Cervantes com o seu imortal D. Quichote de La Mancha prostrou para sempre.

---

[1] Sermões de Fr. Manuel Gouveia — Vol. VI e seg.

A descoberta da bússola, logo seguida do aperfeiçoamento do astrolábio pelo nosso célebre matemático Pedro Nunes, abriram o caminho às grandes navegações que permitiram a expansão dos povos e descentralisação das novas ideias que despontavam.

Deixara a arte da gravura em madeira antever os novos horisontes da Imprensa. A pólvora trouxera à humanidade um poder que parecia sobrenatural. A bússola entregara-nos novos Continentes e a Imprensa legislava sobre os destinos definitivos do progresso, fazendo que nenhum conhecimento adquirido caísse mais no esquecimento ou ficasse represado nas células dos Conventos.

A invenção de Guttemberg viera mostrar a necessidade do papel que depressa substituiu o uso do pergaminho. Ao tipo móvel em madeira seguiu-se o tipo fundido. E assim, de invenção em invenção, tanto se facilitou o uso das letras, que o livro teve de baratear, tornando-se numa consoladora generalisação, o apanágio de todos — pobres e ricos, servos e senhores, piões ecavaleiros.

Assim ficou dado um dos maiores passos que a Historia regista no caminho da Civilisação.

Nem os Indices Expurgatórios, nem as apertadas censuras e licenças de imprimir, nem as deliberações violentas do Concilio de Trento, nem tantas outras medidas de rigorosa perseguição propostas pelo obscurantismo, conseguiram mais neutralisar o efeito geral e benéfico das mais fundamentais invenções que aos séculos XV e XVI fôra dado achar.

A todo este grandioso movimento de emancipação foi Portugal oficialmente estranho. Do anterior movimento da Renascenca, iniciado na Italia, donde irradiou para a restante Europa, ainda cá chegaram vivos clarões.

E' que na lucta que vinha travada entre teólogos e humanistas, venceram estes, que franca e intemeratamente avançavam para os novos horisontes apontados pela próxima vitória do Livre Exame.

Bem claramente o atesta a arquitectura manuelina. O nome glorioso de Luiz de Camões confirma-o, tanto como o de Sá de Miranda, Gil Vicente, Bernardim Ribeiro e quantos mais.

Damião de Góes, tendo viajado pela Europa ao serviço de D. João III, deixara-se eivar do grande espirito da Renascença. Como presentes, enviou à Igreja de Nossa Senhora da Várzia em Alenquer donde era natural, ao núncio do Pápa, a D. Sebastião, à rainha D. Catarina e a outras entidades, inúmeras obras de arte, quadros, bustos, etc.

A sua casa já naquele tempo fazia lembrar um «atelier de arte», na moderna acèpção da frase, como consta do processo que a Inquisição contra ele moveu, onde se lê — «por os muitos e excelentes retábulos que o Reo tem no seu escritório» [1] — tão importantes que as pessoas reais foram vê-los e admira-los.

Pelo contrário, da Reforma em Portugal só ha memoria de denuncias, processos e perseguições intolerantes de toda a ordem.

Em 9 de Maio de 1543, por exemplo, apresentou-se no Tribunal da Inquisição uma denuncia contra um certo Lüiz Antunes, só porque, tendo-lhe sido perguntado quem era Erasmo, respondeu — «que fôra um grande doutor e confessor do Imperador e que fizera muitos livros e que era excelente homem».

Vemos que em 12 de Julho de 1553 tambem se

[1] Torre do Tombo *apud* Anais das Sciencias e das Letras (1858) — pag. 263.

denunciou um tal Virgilio Ruy Pereira da Câmara a quem o denunciante pretendia ter ouvido dizer «que as obras de Melanchton não eram defezas».

A 22 de Fevereiro de 1555 houve queixa ao Tribunal contra um outro Cristovam Rodrigues por desdenhar da confissão e — «por ter proferido outras heresias lutherânas». [1]

A Igreja tornara-se, pois, implacavel em Portugal na luta para que as ideias da Reforma não penetrassem.

Nem o nome do holandez Desiderio Erasmo, satirista célebre, teólogo e argumentador, era licito pronunciar! Muito menos o de Lutero, nem sequér o do seu glorioso colaborador Melanchton!

Esta intolerancia desapiedada só servia a agravar o espírito de revolta, sempre mais ou menos latente em portuguêses.

No século de que nos estamos ocupando, porém, já não nos resignávamos a suportar a opressão, nem mesmo mascarada pelo fanatismo.

— «Renego de grilhões ainda que sejam de oiro» — é ditado velho e coevo.

Contra as imposições violentas da Fé reagia a consciencia em frases de represália, como se vê nalgumas das denunciações à Inquisição.

Assim em 29 de Dezembro de 1540 foi denunciado um certo Antonio Fernandes que dissera não ir à Igreja ver Deus, porque — «para ver pão e vinho não era preciso sair de casa». [2]

Em 21 de Julho do ano seguinte houve denuncia contra um João Mendes que dissera à denunciante,

[1] Antonio Baião — *A Inquisição em Portugal e no Brasil*, (eð. 1921) — pag. 137-165-169.
[2] *Ibid.* — 110.

quando ela se dirigia à Igreja da Senhora da Luz: — «Is lá pera ver huũ santo de páo!»

Contra um Simão Vaz houve em 5 de Junho de 1542 uma outra denuncia por ter dito que Deus — «nõ tinha necessydade de se meter no ventre de huũa molher e que o mesyas nõ avya de ser Deus».

O que sobretudo mais revoltava os filhos do povo que aos centos e milhares se viam denunciados e perseguidos, eram os negócios repugnantes praticados em nome da Religião.

Numa denuncia feita em 9 de Março de 1555 acusava-se um criado inglês chamado Ricardo, porque perguntava ao denunciante — «para que serviam as imagens» — e dizia — «que o Papa canonisava os santos por dinheiro».

Em 25 de Setembro do mesmo ano a queixa fez-se contra um Gomes de Abreu que dissera entre outras cousas: — «Dame dinheyros e darvos hey papa em Roma e lo q̃ mas quyserdes.» [1]

As imposições violentas do fanatismo e a intolerancia dos pretensos representantes de Cristo na terra faziam involuntariamente duvidar das virtudes invocadas.

O descontentamento geral pela marcha das cousas traduzia-se num encolher de ombros a acompanhar este adágio: — «Lá se avenha Deus com o seu mundo».

Assim como hoje chamamos a qualquer pretexto disfarçado «pé de cantiga» —, era então vulgar dizer-se com sentido identico: — «Isso he pé de Evangelho».

A lingua latina, então imposta pela Igreja á Scien-

[1] Ibið — 127, 129, 169, 178.

cia, não merecia do povo a consideração que muitos supõem, visto que as frases latinas eram aproveitadas para adágios irónicos ou pejorativos, que bem permitem avaliar o estado psíquico dos portuguêses na época que vimos estudando.

— «Despedir-se em latim» — dizia-se nos séculos XVI e XVII no mesmo sentido em que hoje dizemos: — «despedir-se à francêsa.»

Onde se cuidava menos das cousas profanas do que das divinas chamava-se — «Casa de *Orate fratres*» — frase velha que até nós chegou reduzida à simples expressão — «Casa de Orates» — no sentido de desgovernada e licenciosa.

Ao moderno adágio — «ladrar à lua» — correspondia o antigo já em desuso: — «Falar *ad Ephesios.*»

A ironia transparece pungente dest'outros colhidos nos velhos adagiários: — «Vay de *respicimos fines*» e tambem — «He um raro *accidens*».

— «Não tem *cum quibus*» — até nós veiu na fórmula simples — *cum quibus* — para designar dinheiro, meios.

Enfim, recordando talvez os modos brutais de reprimir a heresia, ouvia-se na boca do povo esta curiosa frase de sabor meio alatinado: — «Puchou pelo *timebunt gentes.*»

O diminuitivo pejorativo de Igreja era empregado como ainda hoje no sentido de cousa ilicita, abusiva, prejudicial: — «Desmanchei-lhe a Igrejinha!» - isto é, inutilisei-lhe planos maus, inconvenientes.

Se o movimento da Reforma, brilhante complemento da obra de renovação iniciada na Italia, não penetrou com eficácia em Portugal, infelizmente prestámo-nos a ser péssimo instrumento, proporcionando todas as facilidades e abrindo todas as nossas portas

que então eram muitas, ao movimento de retrocesso e obscurantismo, conhecido na História pelo nome já de si bem depreciativo de Contra-Reforma.

No célebre e vergonhoso processo da Inquisição contra o nosso Damião de Gois, entre outras cousas ele era principalmente acusado de — «ser de parecer que as indulgencias do Pápa aproveitavam para pouco», que a Confissão auricular não era necessária, etc.

Na célebre bula — «*Cum ad nihil magis*» — de Janeiro de 1532 para a nomeação do primeiro Inquisidor do Reino, entre as várias razões de ser da Inquisição em Portugal, dá-se a de se ir disseminando pelo reino a seita de Lutero.

Aterrada com os progressos que as novas ideias iam fazendo, apressou-se a Igreja a convocar o Concilio de Trento, que funcionou com intermitencias, de 1545 a 1563, estudando o modo de melhorar as desordens e abusos de todo o clero, e opôr-se ao desenvolvimento das novas ideias que germinavam na Alemanha, em Inglaterra e em parte da França.

A odiosa resolução dos Indices dos Livros Proibidos saiu dêste Concílio, bem como a criação dos nossos antigos Seminários diocesanos [1], que se destinavam a preparar doutores em teologia para ocupar todos os empregos e cargos mais importantes.

Era a invasão do reaccionarismo que se realisava sistemática, metódica e ordenadamente, tendo os seus desastrosos efeitos vindo sempre a pesar sobre os destinos da sociedade portuguesa.

Depois de introduzida a Inquisição em Lisboa, com o que Gil Vicente quasi emudeceu, mais cinco pas-

[1] *Actas do Concílio* — Cap. XXVIII da 23.ª sessão *De Reformatione*.

saram a funcionar em Evora, Coimbra, Porto, Lamego e Tomar, além da que havia em Nova Gôa.

Referindo-se a esta última, informam os signatários de uma carta dirigida a D. Sebastião, que o Santo Oficio fôra ali muito bem recebido, que trabalhavam muito bem, segundo o seu Regimento, e que a Inquisição de Gôa parecia fazer vantagem á de Lisboa. [1]

A Igreja, perseguida quasi por toda a Europa, encontrára, pois, benéfico abrigo e protecção em Portugal e Espanha.

Fosse qual fosse o modo de vida ou profissão a que o povo se entregasse, ninguem se sentia satisfeito, e por entre a resignação e o desespero, todos iam dizendo á boca pequena: — «Melhor é ser bispo do que andar nisto».

Os foragidos das perseguições religiosas que a Reforma motivara, quando não se acolhiam à América do Norte — «os *pilgrims*» — onde, sequiosos de liberdade, fundaram uma grande República, recolhiam-se a Espanha e muito especialmente a Portugal onde se lhes deparavam todas as facilidades e um agasalho paternal para os que vinham animados de espírito reaccionário contra a obra de Lutero.

Disto há vestigios. O mosteiro de Nossa Senhora da Quietação fôra fundado em Lisboa para receber as freiras flamengas, foragidas do Calvinismo nascente.

Por igual motivo criára-se o mosteiro de Santa Brisida, subsidiado pelo rei para recolher as Religiosas inglêsas.

Por 1632 ainda D. Pedro Coutinho, fidalgo, instituiu em Lisboa o Colégio de S. Pedro e S. Paulo para Seminário de inglêses católicos que, no dizer do autor do «Mapa de Portugal», [2] aqui vinham estudar filosofia e teologia dogmática — «para irem confutar os herejes» nas missões de Inglaterra e doutros países heréticos. O colégio esteve longos anos sob a jurisdição do Inquisidor Geral.

[1] Torre do Tombo — *Gav.* 2.ª — *Maço* 1, n.º 43.
[2] Vol. III — p. 381.

Ainda por cá existe o chamado Colégio dos Inglesinhos, que felizmente já abandonou o seu caracter primitivo.

Portugal tornara-se um autentico fóco de reação e conspiração contra as livres ideias contidas no movimento da Reforma.

Por tal motivo criou-se em Lisboa uma outra Confraria, cujo objectivo era educar religiosas irlandêsas nas doutrinas do Catolicismo, para depois irem combater o Protestantismo.

Esta Confraria, inaugurada em 1593 na Casa de S. Roque, passou-se para a Mouraria, dali para Sant'Ana, depois para a ermida de Nossa Senhora da Glória, e em seguida para uma casa fronteira à ermida de S. Crispim.

Já o Colégio ia tendo discipulos e protectores. Passara a chamar-se Colégio de S. Patricio de Lisboa para estudantes irlandêses.

«Quando regressavam á Irlanda, diz Baltasar Teles, [1] os industriados no Catolicismo disfarçavam-se em mercadores para melhor passarem pelas terras dos herejes.»

Depois que o século XVII já ia a mais de meio, sob a fé do Padre Antonio Vieira, dizia-se em Roma que mais valia em Portugal ser Inquisidor do que Rei!

A Inquisição, os Jesuitas e a praga dos Conventos acabaram de deturpar-nos para sempre o caracter.

[1] *Chronica da Companhia de Jesus em Portugal*. Part. II — Liv. IV — cap. XLI.

O espírito cavaleiresco dos velhos tempos cedera entre nós o logar à hediondez de processos, à falta de escrúpulos de toda a ordem, à sordidez gananciosa do Israelita, ao espírito aventureiro do Fenicio, ao caracter desconfiado do Mouro, á lascivia geral, enfim, importada do Oriente.

Em Portugal reside apenas o prolongamento de um povo cujo ápice de glória, por uma estranha coincidencia histórica, foi atingido no momento preciso em que atingia o ápice da sordidez.

Os gloriosos descobrimentos e as conquistas, tudo foi conspurcado pelas mais altas abjecções de uma administração ignóbil e repugnante.

Fria e desapaixonadamente considerados os factos, somos actualmente a lógica continuação de um passado que, sob o ponto de vista económico e administrativo, deixa tudo a desejar.

VII

A vida conventual

Os conventos, quer diferenciados para frades uns e para freiras outros, quer mistos, como alguns havia, tornaram-se em Portugal uma epidemia pior que a dos bachareis.

Contra os frades traduzia o povo o seu desprezo, disfarçando-o na concisão de adágios que corriam de bôca em bôca:

— «Clérigo que foi frade, nem por amigo nem por compadre.»

Posteriormente criou se est'outro:

— «O ladrão que anda com frade, ou o frade será ladrão, ou o ladrão frade.»

Em geral pode asseverar-se que a vida dos conventos era banal. Passava-se entre orações e cilicios, contrabalançados por um excesso de gozos e comodismo.

Preponderava a ociosidade, àparte as poucas excepções constituídas por estudiosos pachorrentos e pacientes que nos legaram crónicas várias, algumas deveras interessantes e elucidativas das épocas a que se referem.

Tambem a sabedoria das nações se encarregou de consignar o espírito da ociosidade fradesca.

«Moço de frade, mandai-o comer e não trabalhar.»

Naqueles mesmos, porém, ainda nos mais sérios, que se entregavam a investigações históricas, raras vezes a probidade presidia aos seus trabalhos, tanto mais que as próprias Ordens Religiosas lhes impunham sobre o caso regras e sanções.

A revelação de quanto eram trapaceiros e mentirosos, encontra-se em vários documentos vindos á publicidade.

Citaremos ao acaso um, entre tantos:

«Todo aquele que é eleito para cronista deve desempenhar os seus deveres colhendo os livros, tanto do progresso da sua Ordem, como de milagres e vidas dos seus Santos; e *todo aquele que se não vale da industria das fábulas e factos pueris, é imediatamente expulso* para entrar outro em seu logar.» [1]

Em tempos de D. Sebastião, até ele subiu uma petição assinada por numerosos filhos do povo, em que se pedia para que não se fizessem mais conventos — «pelos muitos que havia e tambem por serem prejudiciais e enfadonhos tantos peditorios».

Com efeito, só em Lisboa contavam-se mais de dois mil pedintes [2] sem entrarem os profissionais — «andadores das almas» —, de que ainda pelas provincias se encontram vestigios nesses homens de balandrau de côr, encarnado na maior parte das vezes, que de bandeja ou sacola de veludo, exploram com o Santissimo e as almas do purgatório.

Então, pois, de todas as Igrejas e Conventos saíam profissionais de esmola a vender bentinhos e outros

[1] Alexandre de Gusmão — *Inéditos* — pag. 243.

[2] Manuel Bernardes Branco — *Historia das Ordens Monasticas* — II — 328 *nota*.

amuletos. E de caminho pediam para a cera de vários santos e santas da Côrte do Céo, para os cativos, para a Santa Cruzada, para indulgencias, para beneficios, para tudo.

Na forma de pedir procuravam-se modos sugestivos, como hoje se usa tambem por motivos de comercio, com os anúncios, os rèclâmes, os bandos de touros, etc.

Por tal modo se deixou inveterar nos nossos costumes o hábito de pedir e tanto êle nos enfadava, que até à actualidade chegou esta frequente pergunta irónica e desdenhosa, quando alguem nos importuna:

—« Fala comigo ou pede para as almas ?»

Algumas das fórmulas de peditório eram deveras grotescas. Em tempos de D. Manuel, por exemplo conservaram-nos as crónicas a memória de um certo Contreras, frade, que andava pelas ruas de Lisboa a pedir esmola, escarranchado num burrinho que um anão ia chicoteando. [1]

Nem sempre assim fôra. Primitivamente os mosteiros constituiam baluartes austeros onde os Cristãos se abrigavam das perseguições de que se viam alvo. Constituiam-nos em logares solitários: ás vezes no deserto.

Igualmente as Ermidas com os seus ermitões.

Uma vez aluído o velho paganismo greco-romano, terminaram a sua missão, e por toda a Europa foram entrando em lenta decadencia que as luctas da Reforma ainda mais apressaram, excepto na Península onde, como centro da Contra-Reforma, continuaram a construir-se e a ampliar as suas exageradas regalias.

Tornaram-se tambem centros politicos de uma rea-

[1] Fr. Jerónimo de S. José — *História Chronológica da Santissima Trindade* — I — pag. 316.

ção fortemente organisada para a manutenção de todas as prerogativas da Igreja ameaçada.

Tendo o movimento geral da Renascença levado a observar friamente a velha liturgia e os mitos do quasi extinto paganismo, foi possivel considerar quanto estes eram mais e mais fascinadores do que o Cristianismo que dêles havia feito um arremedo.

Assim fôram as classes mais doutas levadas a uma secreta descrença, deixando as massas populares sós, entregues à contemplação ascética do Crucificado.

Penetraram estas nos humbrais do fanatismo e aquelas nos da hipocrisia, tornando-se-lhes a Igreja e os Conventos, nas suas mãos, armas poderosas de combate político.

Nem sempre os Conventos foram, portanto, centros de paz e de mansidão. A's vezes transformavam-se em verdadeiros arsenais e fócos de conspiração política, como sucedia com o Mosteiro de Santa Cruz que chegou a possuír vários corpos de armas brancas e muitas couraças com clavaduras douradas sobre o veludo, píques, lanças, alabardas, montantes, espadas de duas mãos, escudos de aço, rodelas, espadas largas, arnêzes de lâminas, etc. [1]

Tambem a moralidade lá dentro deixava muito a desejar à austeridade, cá fóra apregoada.

Esta observação teria talvez levado o nosso Gil Vicente no «Auto da Feira» a pôr na bôca de um dos personagens esta dolorosa quadra:

> «Vê que clerigos e frades
> Já não têem ao Ceu respeito,
> Mingúa-lhes a santidade
> E cresce lhes o proveito.»

[1] Fr. Nicolau de Santa Maria — *Chronica dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho* — II — 270.

O desbragamento de costumes ia sendo cada vez maior.

Tanto D. Afonso V como D. Manuel e D. Filipe nas suas Ordenações legislam contra crimes abominaveis de sodomia, sadismo e outros, que actualmente parece darem-se ainda com muita frequencia.

Contra Clérigos e Frades encontram-se leis especiais para aqueles que desrespeitam e desonestam Freiras, contra as barregãs dos Clérigos e outros religiosos.

A' sedução das freiras nem os Monarcas, por mais que legislassem, conseguiam furtar-se, tão belas seriam na simplicidade dos seus hábitos! Em Odivelas tiveram freiras por seus amantes D. João V e outros. No convento de Sant'Ana e no Calvário teve-as D. Pedro II.

Já no fim do século XVI ainda D. Filipe teve de promulgar lei contra as pessoas que ficassem com freiras nos mosteiros e contra os que os acompanhassem.

A prostituição oficialmente reconhecida é entre nós antiquíssima. D. Martinho de Castelo Branco, conde de Vila Nova de Portimão, requereu oficialmente privilégio para fundar um lupanar dentro das suas terras, com a regalia de reverter em seu favor o produto da prostituição, [1] o que lhe foi concedido por carta régia passada em Almeirim. [2]

Em tempos de D. Sebastião a desenvoltura dos costumes atingira o supremo da impudencia.

Ao contacto com o luxo que nos viera da India,

[1] Lopes de Mendonça — *Damião de Goes* e tambem Rodrigues Felner na introdução às *Lendas da India* de Gaspar Correia.

[2] 6 de Maio de 1516 *apud* Torre do Tombo — Liv. X da *Chancelaria de El-Rei D. Manuel* — fls. 7 v.

desenvolveram-se entre nós costumes em demasiado licenciosos. O desregramento assumira proporções inverosimeis.

A prostituição invadia os Templos, deshonestava os Conventos, inventava requintes de sodomia, contra os quais só os reinantes se insurgiam, por mais que algumas vezes êles próprios se deixassem cair nos mesmos erros que em suas Ordenações condenavam.

A procissão do Corpo de Deus, essa imensa dansa obscena e carnavalesca, parto infeliz do pápa Urbano IV, [1] veiu a ser um pretexto para os exercícios da prostituição, a lembrar as Bacanais na velha Roma.

Antes e depois celebravam-se sumptuosos oficios divinos e vislumbrantes arraiais, a que concorria imensa aglomeração de gente, como se todos os arredores se despovoassem.

Na própria procissão figuravam dansas, algumas de caracter obsceno, descantes, jogos, gente a figurar de reis, santos e imperadores, rainhas e santas da Côrte do Céu, autenticas de carne e osso, além dos gaiteiros, mascarados, ferreiros, moleiros, mercieiros, forneiros, carpinteiros e outros «mestéres» que acompanhavam o São Jorge e o seu Homem de Ferro, Santa Catarina, Santa Clara e quantas mais santas, todas vivas, anafadas e rubicundas, escolhidas dentre as mais belas moças dos arrabaldes, a convidar os mais honestos ao pecado da concupiscencia.

Nessa imoralíssima festanga apresentavam-se, entre outras cousas ridiculas, por exemplo, um *sugistário* trajando fitas e guizalhada, com a missão humilhante de fazer momices por todo o trajecto, dansas frescas e alegóricas, figurando caçadas e jogralices em que eram comparsas judeus, ciganos, fruteiras,

[1] Bula de 11 de Agosto de 1264.

peixeiras, arrais e marinheiros, além de certas dansarinas que se entremeavam ao longo do cortejo, bailando e pulando ao som de adufes e pandeiros.

Entre as várias representações cómicas daquela orgia religiosa, figurava habitualmente um galego vestido de Abraão e uma regateira mascarada de Santa Maria da Asninha, uma outra de Sant'Ana, tudo mulheres propositadamente escolhidas das mais lindas, a funcionar como de afrodisíaco...

O impudor assumira proporções tais que já iam causando alarme na opinião de grandes e de pequenos. Parece que as moças enfeitadas que entravam na Procissão, chegaram a formular queixa dos ditos e acções praticadas para com elas por alguns padres e frades.

Assim se depreende de uma lei promulgada pela raínha regente D. Catarina, avó de D. Sebastião, pela qual, para evitar escândalos, se proibiu que nas procissões do Corpo de Deus continuassem a figurar moças ornamentadas, pelo desassocego que causavam aos sacerdotes, religiosos e outras pessoas. [1]

E não seria só ali. Um viajante francês, coevo, referia-se dolorosamente às orgias na Igreja para onde se mandavam entrar mulheres ricamente enfeitadas, as quais na presença do Santissimo Sacramento que estava exposto, dansavam ao som de guitarras e castanholas, cantando modinhas profanas e — «tomando mil posições indecentes e impudicas» — que mais conviriam para lupanares do que para Igrejas que são a casa de Deus. [2]

Os Conventos e Mosteiros nos princípios do século XVI eram quasi exclusivamente abrigos da pros-

[1] M. B. Branc. — *Hist. das Ord. Mon.* — II — 418 nota.
[2] Dellon *apud.* M. B. Branc — *Op. cit.* — II — 330 nota.

tituição, alcouces legais. O padre vivia no regimen da pública mancebia, entregando-se a todas as orgias imaginaveis. Só assim se explicam as leis repetidas e persistentes de repressão taxativa sobre tais abusos.

A acção dos Conventos foi devéras dissolvente e muito apressou a decadencia a que nos vemos reduzidos.

Frades e freiras, por mais que aparentassem o máximo despreso pelas riquezas, por mais que se flagelassem, por mais que aos olhos do mundo castigassem a própria carne, em verdade, de claustros a dentro recorriam a todos os gozos possiveis em vida, locupletavam-se com as mais deliciosas iguarias, bebiam dos melhores vinhos, refastelavam-se com os doces mais exquisitos de que eram especialistas e repoltreavam-se nas mais confortaveis poltronas, ao mesmo tempo que se entregavam aos maiores requintes da depravação e da orgia.

E tudo isto se fazia com o nome de Deus sempre na bôca e o rozario de contas na mão!

Prodigalidade e dissipação eram-lhes habituais. A D. Filipe II de Portugal, por exemplo, subira queixa do desgoverno havido no Convento de Santa Clara de Santarem, onde uma renda fixa de dez a doze mil crusados (quatro a cinco contos fortes) não chegavam naquele tempo para sustentar cinco mêsas com setenta religiosas, pelo que o monarca teve de ordenar, junto ao Claustro, celeiros ou dispensas, como hoje se diria, fechadas a tres chaves!

VIII

A Companhia de Jesus

De todas as seitas religiosas, a dos Jesuitas foi entre nós a mais prejudicial aos interesses nacionais, aquela que, tendo-se apoderado do ensino público, conseguiu deturpar-nos para sempre o caracter, privar-nos de toda aquela grandeza de ânimo, que durante os séculos anteriores nos tinha distinguido em feitos cujo valor e fama encheram o mundo.

De todos é bem conhecido que os Jesuitas, como seita, sempre foram muito mais políticos do que religiosos. Explorando o fanatismo, tentaram assenhorear-se da terra. Seu propósito era criar estados dentro dos estados, para o que, punham em prática todos os recursos possiveis, a fim de obterem a maior soma de riquezas, com que realisariam os seus almejados objectivos.

Os descobrimentos dos portuguêses e espanhóes abriram-lhes novos horisontes. Foram dos primeiros a constituir-se em Missões, em Confrarias de Cristianisação nas terras de àlém-mar.

E, seja aqui dita toda a verdade isenta de paixões, como a Renascença déra ao século um caracter filológico, os Jesuitas, na sua febre de catequése em terras de àlém, estudando as linguas orientais e africanas para nelas poderem falar aos indígenas e tra-

duzir-lhes o Catecismo, lançaram inconsciente e involuntariamente as bases da filologia, sciencia que tantos progressos vai fazendo nos tempos modernos.

Esta utilidade dos Jesuitas, porém, não os releva dos graves prejuizos que causaram à humanidade, nem os isenta das graves responsabilidades de terem concorrido para a deformação do caracter português, como que nos lançaram no caminho da miséria material e moral que de vez a vez mais avoluma.

Um historiador moderno, Weber, incorpora o movimento dos Jesuitas no fenómeno da Contra-Reforma ou reação católica.

Efectivamente esta seita que no seu aspecto exterior se manifestava fervorosa partidária do Catolicismo, surgiu no momento mais crítico da história da Igreja, quando mussulmanos, luteranos e filósofos mais victoriosamente a atacavam, quando ela mais do que nunca se encontrava corroída dos maiores vícios da orgia e devassidão.

A Peninsula, tornára-se o fóco da reacção católica, de que o novo Sol nascente ia ser o mais valioso propulsor. Por isso, tambem, no número dos seus primeiros adeptos, a não ser um único francês — Pierre Lefèvre — todos os outros foram peninsulares, nomes que pelos seus feitos ficaram vinculados à História: — Francisco Xavier, que D. João III enviou ao Oriente em serviço de catequése, Simão Rodrigues, Santiago Lainez, Afonso Salmeron e o célebre Nicolau Bobadilla.

Estes homens, já instrumentos de uma vontade suprema e única que tivera o poder de induzi-los e agremiá-los, percorreram diversas partes, vindo todos reunir-se em Italia onde continuaram, num exagero de humildade, a praticar actos de penitencia, prègando seus sermões, eivados da mais sincera religiosidade, e tratando dos enfermos e penitentes com a mais requintada solicitude de um bem fingido amor e caridade.

Por bula de 1540 o pápa Paulo III, atendendo às solicitações de D. João III, aprovou a Companhia de Jesus, que, embora ainda não confirmada, já em Portugal tinha o aludido Simão Rodrigues por seu agente, junto do Rei, que lhe dispensava protecção com que criou adeptos, fundou Colégios e por todo o paiz achou bom acolhimento.

Estava, pois, legalisada a mais temivel das Seitas modernas — a nova Companhia de Jesus — que se preparava para avassalar o mundo, sob as ordens de um único chefe — o Geral — a quem todos os maiores Senhores da Terra teriam de vir a ficar subservientes.

Não tardou que a nova Comnanhia, criada sob inspirações do fanatismo puro e tendo por alvo exclusivamente a propagação do Catolicismo e a estirpação de todas as seitas e heresias que lhe eram opostas, mudasse de intuitos e objectivos, com o advento dos Gerais imediatos — Lainez e Aquaviva.

Os próprios historiadores jesuitas, como Mariana e outros, reconhecem que os principios da céga obediencia apostolisada pelos fundadores, tinham sido viciados e revertidos em favor do engrandecimento da Companhia, que de facto se encontrava eivada de tenebrosas tendencias para o orgulho e ambição de riquezas

A sua organisação era monárquico-militar. O Geral da Ordem arvorava-se em poder supremo. Todos, mesmo sem o conhecerem, davam-lhe céga obediencia. A ela tinham de sacrificar todos os deveres para com o mundo e para com a familia.

Na sua Seita havia uma autêntica graduação militar, em que cada qual devia respeito ao seu imediatamente superior, e todos ao Geral.

Os fins claros e os ocultos da Compahia eram complexos, devendo sê-lo tambem por esse mesmo motivo os meios. Estes consequentemente, fossem quais fossem, justificavam-se pelos fins a que visavam.

Pretendia-se com a nova instituição debelar o Protestantismo em todas as suas variantes e consolidar a Igreja católica, tornando-a, porém, vassala do Geral, impôr-se a todas as vontades, preponderar em todos os paizes da Terra e estirpar todos os principios da Reforma, que proclamavam um novo reinado de liberdade e independencia.

Concretisando, os Jesuitas propunham se criar uma Igreja dentro da Igreja, proclamar um novo Poder dentro dos grandes Poderes.

Não podiam tais planos realisar-se pelos trâmites do livre-exâme, da controvérsia, do contesto às leis ou de requerimentos e simples reclamações.

Tornava-se-lhes indispensavel a dissimulação, o artificio, o recurso a meios enérgicos, em certos casos mesmo violentos, e sobretudo... muito dinheiro.

Esta doutrina perdurou. Ainda hoje se proclama muito enfáticamente que — «o dinheiro é a alma do negocio»—, e na prática vê-se a naturalidade com que a êle as sociedades modernas sacrificam em geral as questões de pudôr, honestidade, brio e honra.

Pretenderam os Jesuitas refundir em novos moldes toda a educação da humanidade: assim foram apoderando-se do ensino e criaram colégios, Congregações e Missões.

D. João III, repassado do mais obcecado fanatismo, na sua febre de debelar a heresia e combater a seita de Lutero, entregou aos padres da Companhia de Jesus — «os edificios, casas e assento» do Colégio das Artes de Coimbra, donde a pouco e pouco foram irradiando para todo o paiz, de cujas escolas

se assenhorearam, assim desnaturando a educação relativamente liberal que até então se ministrava.

Deste modo foram estendendo os seus Colégios por toda a parte, vindo a ser senhores da sociedade portuguêsa que educaram no espírito da submissão, da céga obediencia, como corolário do uso e abuso do ensino mnemónico com que atrofiavam as inteligencias por falta de exercício intelectual.

Colocados entre nós à testa dos estudos desde 1555 até 1759, a memória de Santa Cruz de Coimbra, da Universidade de E'vora e das Colegiadas de Lisboa durante esses bons duzentos anos ainda não se apagou.

O incompreensivel Catecismo e as obcecantes Selectas inventadas pelos professores jesuitas ainda subsistem.

O ensino moderno, a despeito da boa vontade manifesta em Reformas sucessivas, embora talvez levianas, da Instrução Pública, continúa por inércia mais ou menos vasado nos velhos moldes, que nos impedem de acompanhar pràticamente as inovações da pedagogia, produzindo apenas pedantes, onde noutros paises brotam competentes e eruditos.

Os Jesuitas cultivaram dedicadamente a sciencia, mas confinaram-na em moldes estreitos e acanhados.

A sua educação era toda empírica, o raciocinio amputado.

A liberdade de pensar, consideravam-na prejudicial e perigosa.

A filosofia professada pelos Jesuitas era doentiamente egoista; não visava tanto a descobrir a verdade, como a mascará-la.

A investigação do bem e da felicidade humana não fazia parte da filosofia dos Jesuitas. Só procuravam o que lhes era util, sem se preocuparem tanto com os meios como com os fins.

Para êles a sabedoria considerava-se inseparavel do latim, lingua menos acessivel ao povo. A teologia era indiscutivel; o dogma devia, como tal, ser crido e propagado, por se julgar o directo caminho da salvação.

No ensino da História não se estudava a situação moral dos povos, a sua condição de existencia, o estado político, económico e social das nações: tudo se reduzia de preferencia a um índice de acontecimentos, um inventário circunstanciado de casamentos régios, mortes, vitórias e derrotas.

De 1759 até agora quasi insignificante tem sido a diferença nos métodos adotados no ensino da História, que entre nós ainda não perdeu o seu errado caracter de episódica e catastrófica.

As Congregações onde os jesuítas exerciam influencia, agremiavam todos os indivíduos em que se devisavam aptidões ou tendencias aproveitaveis aos fins secretos da Companhia. Assim faziam uma espécie de selecção para a escolha dos seus futuros agentes.

As suas Missões, disseminadas por todo o mundo, assumiam o aspecto de grandes Feitorias ou Casas de Negócio, onde permutavam com os indígenas — fazendas e reliquias, algodões e missas, vinho e indulgencias, tabaco e rosarios de Nossa Senhora!

O ardil, o fanatismo, a surpresa des segredos por via da espionagem, a violação do Confessionário e, em casos estremos, a morte a ferro ou a veneno constituiam as armas secretas daquela milicia tenebrosa.

Na Europa, desde a sua primeira entrada no taboleiro político, logo souberam grangear em seu proveito exclusivo todos os privilégios indispensaveis para fundar um grande núcleo de riquezas com que tornassem o poderio uma realidade.

Graças a uma ardilosa influencia junto do pápa

Paulo III, com a Bula de 1540 obtiveram o maior número de regalias e isenções. Logo foram considerados, eles e tudo que lhes pertencesse, como património da Santa Sé.

Assim ficaram livres de ser julgados por quaisquer delítos ou crimes, noutros tribunais que não fossem os seus próprios.

No dizer da Bula, em qualquer parte do mundo em que os Jesuítas se achassem, estavam isentos de pagar dizimos, contribuições, colectas, subsídios, etc., ainda que lhes fossem requisitados por motivos de salvação ou defeza da pátria.

Era a impunidade absoluta. Todo e qualquer principe, rei, governador, magistrado ou comunidade que lhes fizesse a menor das exigencias ou imposições, ficava considerado rebelde ao Vaticano!

Depois de já celebrado o Concílio de Trento, uma nova Bula foi publicada, onde se dispunha que os privilégios concedidos à Companhia de Jesus, quando mesmo contrários ás deliberações do Concílio, subsistiriam, não obstante a contradição.

Intendera o padre Claudio Aquaviva, Geral da Companhia, necessario redigir uma espécie de instruções gerais — o Monitoria Secreta — para uso particular dos Superiores da Ordem com certa reserva, a fim de que delas nem cópia se tirasse, nem podessem chegar ás mãos de estranhos. [1]

---

[1] *Monitoria Secreta* ou *Instruções Secretas dos Padres da Companhia de Jesus*, composto por Claudio Aquaviva da mesma Companhia — Rio de Janeiro — 1827.

Em Portugal, o finado ilustre, José Carrilho Videira, precursor da Republica e dono da Livraria Internacional, que ficava na rua do Arsenal, 96 — publicou em folheto o —*Monita Secreta ou o Preço das Drogas à venda na botica do Pápa.* — 1876.

Para maior certesa de sigilo, aos Jesuítas só era tolerado que se passassem para os Cartuchos, porque a sua abstração de vida e perpétuo silencio eram garantia de que as instruções secretas nunca seriam reveladas.

E quando o fossem, cumprir contestá-lo e alijar todas as responsabilidades, confiando-se a defeza da Companhia àqueles dos Jesuitas, que de tais instruções não tivessem tido conhecimento, para mais conscientemente pleitearem.

Este regimento secreto era muito conciso. Toda a doutrina cabia em dezesete breves capítulos onde se tratava dos métodos que mais convinha adoptar para que os Padres da Companhia adquirissem e conservassem familiaridade com os Principes e Grandes, e tratassem com as pessoas mais influentes dos Estados.

Ali se cuidava tambem do que convinha aos prègadores e confessores dos Grandes dizer e aconselhar, do modo de conciliar as viúvas ricas à sua devoção, conservá-las viúvas e dispôr dos seus bens, atraír-lhes os filhos e filhas à vida Beata, aumentar as rendas dos Colégios, tratar das freiras beatas, aparentar em público o maior despreso pelas riquezas, etc.

Algumas passagens do «Monitoria Secreta» são deveras elucidativas da perversidade dos métodos.

Assim no Capítulo X, *ad finem*, aconselhava-se às mulheres casadas o roubo de seus maridos.

Todo este capítulo com os seguintes é um tratado de espionagem. Neles ordena-se aos Jesuitas que se informem por via dos seus Confessores àcêrca da parentela dos confessados, dos seus bens e dos da nobreza, quais as suas terras e propriedades, fóros que pagavam, familia que possuiam, quais as viuvas, filhos, filhas e haveres, maneira de atraí-los e fanati-

sá-los, induzindo-os a legar os seus bens à Companhia, etc.

A prática destes processos durante bons duzentos anos em Portugal muito concorreu para deturpar-nos o caracter. Tudo o que nele havia de superior foi para sempre obliterado.

Em 1759 foram os Jesuitas expulsos de Portugal. Logo de regresso, porém, vagarosa e surrateiramente, tiveram de tornar a ser expulsos em 1910. Mas, a despeito destas medidas, ha muito quem acredite que ainda cá os temos, com ou sem roupeta.

Fardados ou à paisana, funcionários, militares, profissionais, politicos ou leigos, doutos ou analfabetos, milionários ou pobretões, parece que por cá ficarão eternamente, já que nos transmitiram os seus hábitos, os seus métodos, a hediondez de todos os seus processos. Ha quem sustente que tudo quanto de mau possuiam, fixou-se em nós ancestralmente.

Somos os seus herdeiros, os seus descendentes e os infelizes sequazes dos seus maus costumes.

E' deste mal que a sociedade portuguêsa enferma. Mais grave do que a economia geral que nos assoberba, infinitamente pior do que todos os gravâmes que nos afligem, contínúa a pezar sobre nós o Jesuitismo, fixado durante bons duzentos anos de Santo Oficio e Companhia de Jesus.

Para os Jesuitas os interesses da Patria são os d'eles. Na vigencia contemporânea, porém, a Patria somos nós todos e não eles.

A todos os instantes ouvimos invocá-la, mas esses que mais a invocam, são inúmeras vezes os que mais facilmente a atraiçoam.

Assim o fanatismoe goista do Século XVI na sua evolução viciada conduziu ao sórdido Individualismo do Sêculo XX que tão a custo vai decorrendo.

7

O sincronismo histórico vem apoiar-nos na doutrina exposta, acaso de aspecto paradoxal aos olhos dos que ainda desconhecem que as ideias propagam-se como as epidemias, e que as características morais fixam-se hereditária e ancestralmente como as mórbidas.

O adagiário de reminiscencia histórica vem em reforço da doutrina.

E' curioso que nós escancarámos todas as nossas portas aos Jesuítas, precisamente quando os principais Estados europeus lhas fechavam.

Desde as suas primeiras tentativas de insinuação, logo se lhes foi deparando a repulsa geral por parte das entidades mais doutas e de maior representação na sociedade europeia.

Martinez Ciliceo, arcebispo de Toledo, por 1550, dez anos depois de nós os termos agasalhado, lançou-lhes o anátema que naquelas épocas constituía a mais temivel arma da Igreja contra aqueles que pretendia perseguir.

Em 1560 contra eles esgrimia o bispo das Canárias, Melchior Comno. Nesse mesmo ano votava a França contra a sua admissão que mais tarde veiu a realisar se por acôrdo do Parlamento e com o parecer da Universidade.

Só em tempos de Filipe II de Espanha conseguiram os Jesuítas entrar em Flandres, donde não tardou que voltassem a ser expulsos, sendo-lhes parte dos bens saqueados e destruídos pelo povo de Anvers revoltado.

Tambem a República de Veneza os expulsou. Alemanha recusou-se a recebê-los, e quando surrateiramente lá se introduziram, logo o povo os obrigou a sair com assalto e saque.

Alsácia, Boémia, Hungria e Transilvânia, todos estes e ainda outros países se oposeram à entrada dos

Jesuítas, e, quando admitidos, logo a revolta geral os deitava fóra, como seita perigosa e prejudicial aos interesses dos Estados, por modo que nunca lhes fosse lícita uma liberdade de acção, semelhante à que lhes foi concedida em Portugal.

Também as Câmaras de algumas cidades importantes, como Augsburgo e Riga, não hesitaram em violar a paz dos seus costumes, perseguindo os Jesuítas em 1584, assaltando-lhes os Colégios e saqueando-lhes as residências.

Só na Peninsula, principalmente em Portugal, este grandioso movimento de libertação foi contrariado, com tal gravâme que nunca mais cessámos de sentir-lhes as horriveis consequências.

Não que o povo português, ávido e cioso das suas imunidades, não tivesse tentado opôr-se-lhes. Os seus protestos, porém, já não faziam eco nas altas regiões do Estado. O engrandecimento do Poder Real, conseguira-o D. João II de ha muito.

Os jurisconsultos de D. Manuel tinham continuado a obra do esmagamento com a revisão do regímen foraleiro em que até então vivêramos.

Os queimadeiros do Santo Ofício torciam-nos a consciência. Com o apoderar do ensino pelos Jesuítas, haviam-se-nos abafado para sempre as faculdades de raciocinar e reagir.

Em Côrtes de 1562 ainda o povo representou contra o falseado ensino que os Jesuítas ministravam.

Os protestos de indignação foram bastantes e às vezes de caracter bem enérgico.[1]

Quando em maio de 1579 os Jusuítas, a mêdo e quási em segredo, lançaram a primeira pedra para a

[1] Fr. Manuel do Cenáculo — *Disposições para a observancia literária da Ordem de S. Francisco*, — 1776-1794.

construção do Convento de Santo Antão o Novo, na Calçada do Colégio, reinando o Cardeal D. Henrique, seu fanático protector, o povo insurgiu-se, acudindo muita gente do bairro às pedradas, a ponto do pessoal operário ter de fugir.

O logar da obra foi várias vezes teatro de scenas ensangüentadas, pois a corrente popular contra os Jesuítas era grande, cada vez mais densa e mais intensa com a adesão do povo de toda a cidade e arredóres. [1]

Mas o desastre de Alcacer-Kibir e as fogueiras do Santo Ofício atiadas haviam-nos abatido para sempre as velhas energias celto-ligúricas e mosárabes.

Já era tarde para o ressurgimento do caracter: a obra nefanda estava consumada.

De longa data vinham os Jesuítas tramando a nossa perda pela anexação de Portugal à Espanha. Disto há vestigios [2], facultativos a quem pretenda deter-se na investigação do caso.

Portugal, na sua febre de Contra-Reforma, deixára-se enliar nas teias da Inquisição e da Companhia de Jesus. Abdicáramos de todas as qualidades superiores que tornam um povo grande.

Ao mesmo tempo que fomentávamos a organisação de um movimento reacionaríssimo contra as belas conquistas da Reforma, que por todos os meios buscáramos perseguir e contrariar, faziamos o melhor acolhimento e davamos a maior publicidade a todas as leis da Reacção, ainda que fossem estrangeiras.

Junta com a legislação nacional inédita depára-senos, por exemplo, uma lei de Carlos de França (1561)

---

[1] Pinho Leal — *Port. ant. e mod.* — IV — *246.*
[2] Cienfuegos — *Vida de S. Francisco de Borja.*

proíbindo as reuniões, ajuntamentos e conventiculos, assim públicos como particulares.

Este estado de coisas tinha de repercutir-se deploravelmente nos costumes, como actuava no caracter.

O ensino, já anteriormente descurado, depois de cair nas mãos dos Jesuítas, tornou-se um negócio. Dada a selecção intelectual a que já nos reportámos, a instrução só era accessivel àqueles que convinha instruir.

Os padres, por exemplo, nos fins do século XVI, ainda continuavam a ser profundamente ignorantes. Eram os próprios fanáticos da época os que o reconheciam e confessavam.

D. Leonor, mulher de D. Manuel, em vista do pouco que sabiam alguns párocos dos arredores de Lisboa [1], deixou ao Mosteiro de S. Domingos 520$000 réis de juro para dois mestres que lessem casos a trinta clérigos pobres, aos quais haveria de dar-se 15$000 réis, durante o tempo que estudassem.

O resultado, resa a crónica, foi que os clérigos extravagantes metiam grandes empenhos por causa dos interesses (ganhos) que tinham!

---

[1] Nicolau de Oliveira — *Grandezas* — IV — Cap. 3.º

IX

A mulher no século XVI

A instrução era pouco acessível à mulher. As mais doutas saíam do convento que lhes ministrava uma educação freirática, tímida, acanhada, quasi sempre isenta de letras, mas sobrecarregada de superstições e preconceitos.

Nem as mais ilustradas, porém, mereciam a consideração e simpatia geral. O povo dizia e veiu dizendo até ao século XVIII:

— «Mula que faz *him* e mulher que fala latim, raramente teem bom fim».

Este estranho paralelo que perdurou, bem abona a situação inferior da mulher de então:

— «A mula e a mulher com afagos fazem os mandados».

No século XVII ainda se dizia: — «A Molher e a cachorra, a que mais calla he mais boa».

— «Nem Molher de outro, nem couce de potro».

Outros podiamos respigar do nosso vastíssimo adagiário, se tanto não bastasse para mostrar a pouca conta em que era tida a mulher de então.

Até ao penúltimo século encontramos est'outro não menos pessimista: — «A Molher, o fogo e os Mares são tres males».

O despreso cada vez mais se acentuava. O autor

das «Infermidades da Lingua» condena este anexim que evidentemente estaria em uso no seu tempo:

— «He um homem que nunca tal mulher vi».

Até aos principios do século passado correu um outro que bem atesta o mau conceito público em que ela continuava a ser tida: — «A mulher e o pedrado quer-se pisado».

Delicado registou um adágio bem explícito a respeito do despreso e desconsideração geralmente havida para com a natural companheira do homem:

— «De má mulher te guarda e da boa não fies nada».

Nem sempre a Igreja se preocupou com a sorte e destino a dar à mulher. Nos primeiros tempos o Cristianismo foi seu figadal inimigo. Santo Agostinho, São Jerónimo, São João Damasceno e outros doutores consideraram-na perversa e tentadora do pecado. [1]

Só mais tarde a aproveitaram, tornando-a vassala submissa para os trabalhos de catequese, propaganda e fanatização dos povos:

— «Dizem de Roma que a mulher fie e coma».

Criadas sob a opressão dos pais e o fanatismo do meio, as mulheres só saíam de casa acompanhadas dos parentes para ir às Igrejas e Conventos, já que a outras partes tal não lhes era dado.

O velho rifão resava: — «A mulher e a galinha com o Sol recolhida».

Tudo se receava dos maus costumes, tanto que já a esse tempo se reconhecia que — «a mulher e o vidro sempre estão em perigo».

Que durante o século XVI ela era demasiado pre-

[1] Benoit Malon — *Le Socialisme Intégral* — Parte I — Cap. VII — § 4.º — traz estratos dos citados autores religiosos.

sumida, afectada e pretenciosa, quanto lho permitiam, revelava-se no adagiário coevo:

— «A moça em se enfeitar e a velha em beber gastam todo o seu haver».

Ela constituia às vezes sério pesadelo para os maridos, pais e irmãos:

— «A quem tem mulher formosa, castelo em fronteira, vinha na carreira, não lhe falta canseira».

Arrostando com os preconceitos e acaso atendendo às imposições dos instintos, lá se aventuravam até aos Conventos; lá iam de cabeça e rosto cobertos de capuzes e os mantos derrubados sobre os olhos, por modo que de ninguem podessem ser vistos os rostos que tinham.

Daqui provinha ser mais facil fazê-las professar do que levá-las ao casamento.

O dilema era este que se tornou em adágio:

— «Casá-las ou metê-las a freiras».

Demais o casamento, principalmente para as mulheres pobres, não devia ser das cousas mais sedutoras, por causa dos serviços violentos a que as sujeitavam.

E' certo que se dizia: — «Nem dona sem escudeiro, nem fogo sem trasfogueiro». [1]

Mas tambem era adágio corrente: — «O homem na praça e a mulher em casa» — porque — «Mal vai a casa onde a roca não anda».

Fiar era tudo:

— «A mulher que não véla não faz grande teia».

E' lógico concluir que não havia clemencia com o o trabalho da mulher: — «Mais pucha moça que corda».

[1] *Trasfogueiro* é o cepo, tronco ou barrote principal onde a lenha se encosta nas lareiras e nas fogueiras.

Ela era como escrava submissa e humilde do seu marido; dele dependia a sua boa ou má sorte:
— «Pello marido vassoura & pello marido senhora».
Tambem se dizia: — Pello marido Rainha & pello marido mesquinha».
Por isto, de quando em quando, em ditado que se transmitia de boca em boca, das mães às filhas, aos serões à candeia de azeite ou à lareira, nas províncias ouvia-se:
— «Mãy, que cousa he casar? Filha, fiar, parir & chorar».
As mulheres durázias tinham uma vida mais livre, pois já sobre elas não incidia vigilancia nem ciúme.
Passavam trabalhando, quando não andavam a beijar o chão das Igrejas ou palrar por casa das visinhas: — «Mulher palreira diz de todos e todos dela».
A traduzir nitidamente o velho costume que ainda muito perdura, chegou-nos este dizer da época que vimos estudando:

— «Comadre andeja,
Não vou a parte
Onde a não veja».

A Igreja estava para a mulher de então adiante dos pais; a vontade destes estava obrigada á da Igreja. O confessionário servia de interprete, representava em tais casos o papel de vil intermediário.
A ocultas da familia contratavam secretamente o voto. Umas vezes fugiam, outras eram arrebatadas a seus pais: — «A moça no telhado não anda a bom recado».
Tambem o ludibrio e a surpresa campavam impunes: «Indo com as mães aos Mosteiros, diz o Cronista, [1]

[1] Leão, *Descripção de Portugal* — Cap. LXXXVIII.

não querem tornar com ellas, dizendo que lá teem outras mães, ficando ellas contentes, & as mães desconsoladas, clamando das filhas — que as enganaram e das Preladas — que as recolheram».
Quando se percorrem as Crónicas dos Conventos, conclue-se que eles eram considerados pelas filhas de Portugal muito mais eficazes do que os casamentos propostos por seus pais. Ali desposavam Cristo no Céo e os seus mandatários na Terra!
As cousas, até ao tempo do Marquês de Pombal não mudaram nem melhoraram muito.
Um viajante desse tempo não abona a fidelidade das mulheres de então, a julgar pelo excessivo ciume dos maridos e precauções extraordinárias que tomavam.

«Seja como fôr — diz o autor [1] — o certo é que a sua sorte é bem triste. Teem-nas quasi sempre fechadas, e vêem-se até mesmo simples comerciantes terem em sua casa capelas em que mandam dizer missa, para tirarem a suas mulheres e filhas qualquer pretexto para saída.
«Não podem elas falar senão aos padres e aos frades: estão privadas absolutamente de todo o comércio com os outros homens e não teem mais recreação que de dentro das gelosias olharem para quem passa.
«Apenas se podem ver na Igreja, quando lá vão: colocam-se na têa separadas dos homens, mas isto não obsta a que por sinais e linguagem de dedos substituam a palavra».

[1] *Description de la ville de Lisbonne* où l'on traite de la cour du Portugal, de la langue, etc. — Paris, chez Pierre Brault — 1738 — 8.° — p. 268.

Em todo o caso lá chegava o momento de se desforrarem do isolamento a que as obrigavam.

Damos a palavra ao viajante, cuja narrativa, por ele ter sido testemunha presencial, muito mais merecedora de fé se torna.

Conta-nos ele :

«Esperam (as mulheres) com grande impaciencia as procissões da Quaresma, porque se lhes permite então saírem para irem ver as ceremónias, e porque aquelas que téem desejo de fazer outro uso da liberdade daquele tempo, o podem fazer sem perigo, não sendo quasi possivel expiá-las por causa da quantidade de mulheres que se vêem nestas ocasiões, e da conformidade de seus vestuários.

«Vão tambem na noite de Quinta-feira Santa visitar as Igrejas, e enquanto os maridos dormem tranquilamente por causa do preconceito geral que não lhes permite resistirem à devoção verdadeira ou fingida de suas mulheres, diz-se que ha então muitas que se indemnisam do tempo que passaram no constrangimento». [1]

As terras de Portugal nos fins do Século XVI ofereciam um espectáculo deveras desolador. Achavam-se partilhadas em reguengos, coitos, honras, terras da Igreja e bens dos conventos.

Tudo mais eram baldios ou charnecas para logradoiro público, disfrutadas pelos Municipios.

Desde os mais insignificantes povoados às mais nobres cidades, era facil distinguir pela natureza das construções, as castas e categorias que representavam.

Quasi insignificantes eram, pois, as terras de lo-

[1] *Loc. cit.* — 305 - 306

gradouro do povo, cuja alimentação consequentemente dependia das mercês do rei, dos fidalgos, da igreja ou dos conventos.

Assim dispostas as cousas, a cultura tinha de ser insuficiente. Os conventuais, tanto como os fidalgos, cultivavam para eles próprios *quantum satis*. Não iam muito adeante as igrejas que preferiam dar o chão de aforamento ou lançar o gado às terras para pasto.

Dos reguengos, muitos eram privilègiados para coitadas de caça real, pouco restando para cultivo.

Pela alimentação estava o povo, pois, subserviente a todas essas castas privilègiadas, que só o açoite das revoluções tem conseguido ir nivelando.

Até nós chegou uma pálida imagem das casas onde o povo se abrigava nesses tortuosos becos e vielas que ainda restam da já bem demolida e modificada Alfama, com os seus arcos estreitos, betesgas ocultas e tortuosas, degraus escorregadios e nichos de santos, escavados nas paredes altas onde então por noite velha bruxuleava, como única iluminação pública do tempo, a froixa luz das candeias mortiças que a devoção voluntária ou obrigatória dos moradores alimentava.

Os arruamentos, feitos em linha quebrada, ora tão estreitos que a custo por eles se transitava, ora mais desafrontados, ao sabor dos que por ali constituiam casas para uso próprio, abriam-se às vezes em meia laranja, formando um largo nos sitios onde se fazia portão de entrada para cerca de Convento ou palácio de fidalgo.

Disto ainda pela provincia se encontram bons exemplares nessas chamadas — Ruas Direitas — que por todo o paiz são habitualmente as mais desengraçadas e as mais tortas nas vilas e aldeias.

Era assim que os filhos do povo viviam, espécie

de Párias, em habitações onde a insuficiencia atmosférica e a escassez de claridade ainda mais se faziam sentir com o uso de rótulas e postigos, feitos de fasquias de madeira cruzada em xadrez estreito pintado de verde escuro.

Estes casebres e casinhotos a acumular-se em vales mal arejados, nem sempre dispondo de luz e nunca de condições de salubridade para os despejos domésticos, mais perdiam de consideração e importancia, perante as arrojadas construções do privilégio.

Por aqui e por ali erguiam-se, ao lado das humildes moradias do povo, essas desengraçadas moles de pedra e cal, os chamados palácios e palacetes da fidalguia, dos Grandes do Reino, com seus largos portões em cujos arcos, nos paredões, nas arquitraves ou às esquinas, se ostentavam às vezes brazões de pedra encimados por corôas de conde e de marquêz, e longa fila de janelas amplas, servidas de varandas a formar o andar nobre, quando não eram irregulares aberturas de janelas, portas e postigos, tudo mal geitoso e em niveis tão vários, como vários eram os tamanhos.

Por dentro a contrastar com o acanhamento dos cubículos nús e frios onde moravam os escudeiros, artífices e mulherio, os salões desenhavam grandes quadrilongos, de tecto alto abobadado ou com pinturas caras, as paredes no inverno revestidas de broslados, guadamecins e damascos, e no verão forradas de couros dourados e brunidos, as portas protegidas de reposteiros de veludo e seda do Oriente e o chão coberto de riquíssimas alcatifas, tudo aquecido a uma temperatura deliciosa pelas chaminés da sala onde ardiam os cavacos, que moças e criadas traziam das quintas anexas.

Em Lisboa e Porto, tanto como por toda a província, ainda se vêem os restos desses antigos palácios que só eram excedidos em luxo e ostentação pelos Paços Reais.

A construção dos vetustos castelos dos séculos XII e XIII, cujas ruínas se erguem vistosas e respeitaveis por esse paíz fóra, cedera nos séculos XV e XVI o passo à construção de Conventos, refúgio da indolencia, da preguiça e da ociosidade, moradia do desamor ao trabalho, no dizer do nosso erudito José Silvestre Ribeiro.

Sem a larga digressão histórica que temos vindo a fazer, não se compreende o temperamento português actual; cáe-se na história episódica, como a temos nalguns dos nossos historiadores ou na fórmula catastrófica que descreve os factos como casuais, sem filiação, sem determinismo. O caracter de um povo resulta dos factores étnicos que o determinaram, alterados pelas modificações que o ambiente histórico lhe introduziu.

O século XVI é assáz elucidativo como justificação histórica do nosso alheamento dos interesses comuns:

— «Mal alheio peza como um cabelo.»

A nossa actual ausencia de convicções é o corolário das determinantes a que temos aludido. Tambem a nossa constante dissímulação de intuitos e frequente negação efectiva para as elaborações intelectuais, provém da preferencia dada aos romances mais banais da escola francêsa.

—«Não o quero, não o quero, mas deite m'o neste saco.»

De envolto com os raquíticos casebres onde o povo português nos séculos XV e XVI morava, erguiam-se, lado a lado das igrejas, dos palácios dos fidalgos e das residencias reais, essas altivas moles conventuais que ao lusco-fusco da tardinha ou da madrugada, desenhavam no alto e ao longe a silhoeta escura das suas

muralhas a obumbrar toda a povoação que lhe ficava ao sopé.

Eram dos maiores entre os grandes, esses colossos de pedra e cal, diferençando-se do meio ambiente pelo volume, pela extensão, pelos confortos e pelo poderio. O povo, compelido pelas circunstancias a tolerar, suportava-lhes o imenso peso moral, ainda mais do que material.

Nem todos os nossos Conventos eram sumptuosos: todos, porém, possuiam paredes alterosas com a sua Igreja e Sacristia anexa, encimadas por uma sineira para chamar à missa das almas, quando não podiam dispôr de torres e zimbórios arrojados, a impôr submissão pelo prestigio da grandesa.

A arquitectura escolhida era em geral pesada, ainda mesmo nos casos de maior sumptuosidade, como se observa no mosteiro dos Jerónimos em Belém, no convento de Cristo em Tomar, no da Batalha e ainda noutros.

Do convento fazia parte a cêrca, murada numa ária sempre relativamente grande para cultivo dos regalos horticolas e distracção dos frades ou freiras, e o celeiro sempre abundantemente provido.

Ali nunca escassiavam recursos para ocorrer às necessidades e confortos, porque os rendimentos e doações eram muito valiosas.

A' falta de àgua, logo opunham a construção de aquedutos de pedra em longa extensão, quando o dôce liquido tinha de ir buscar-se mais distante.

Quem viaja pelo paiz, mesmo em caminho de ferro, ainda avista por umas e outras partes aquedutos conventuais, em actividade alguns, outros arruinados, por não falar dos muitos que o progresso já demoliu por desnecessários.

No interior dos Conventos era obrigatória a Casa do Estrado, que correspondia à moderna sala de vi-

sitas, os amplos corredores ladeados de células fradescas, e a claustra num quadrilátero de arcaria, quási sempre com lago e repuxo ao meio, tudo destinado a passeio e regalo dos que viviam na clausura.

Por que nada ali faltasse, a cozinha, as dispensas, a adega e o refeitório mereciam uma atenção especial.

Nesta secção atendia-se de preferencia ao conforto e maior soma de comodidades. Os Reitores e Abádes eram escrupulosos com a frasqueira e a cozinha!

A do Convento de Alcobaça tinha tal amplitude que, ao construi-la, proveu-se para que lhe corresse pelo meio o rio Alcôa, onde se faziam as lavagens.

A vida conventual passava-se oficialmente a resar, prègar, confessar, esmolar e ler.

Para esta última função dispunham de magnificas livrarias os Congregados do Oratório, os Franciscanos, os Teatinos, os Trinitários e alguns mais.

A livraria do convento de Jesus em Lisboa não era simplesmente ampla, mas riquíssima em obras de consulta. Aqui havia boa fonte de receitas, servindo simultâneamente os interesses da obcecação e fanatismo, a exploração das promessas, dos milagres e das reliquias.

Na Igreja dos Conventos, encastuados ou metidos em relicários às vezes de ouro e pedrarias, havia sempre supostos espinhos da Corôa de Cristo, cabelinhos da barba do mesmo, pedacinhos do Santo Lenho, migalhas de pão da Ceia do Senhor, contas do rozário da Virgem Nossa Senhora, partes da Cruz ou Aspa do apóstolo Santo André, ossinhos dos corpos de S. Pedro, São Vicente, S. João, Santo Estevam, mártires de Marrocos e mais uma infinidade de nomes tirados do agiológio católico.

Tambem se explorava com a suposta santidade

dos cadáveres que o tempo não consumira na sepultura.

E com todos estes protestos bordavam-se milagres, mistérios e sermões, extorquindo ao fanatismo valiosas esmolas e donativos, que mais vinham avolumar as importantes doações e rendimentos que todos os conventos tinham.

No século XVI o paíz estava profusamente salpicado de Igrejas e Mosteiros.

Em tão grande número estes eram, que no século imediato chegaram a parecer de mais, a ponto que aos Teatinos, apesar da muita influencia e da grande protecção de que dispunham, já só foi permitido dar à sua nova congregação o aspecto e condições de Hospício.[1]

Só em Lisboa existiam em actividade no século a que o nosso estudo se reporta, uns doze conventos de frades, incluindo o dos Mártires de S. Francisco da Cidade, onde actualmente funciona a Biblioteca Nacional, e o de Nossa Senhora de Jesus em Xabregas, além de uns nove conventos de freiras, incluindo o da Madre de Deus, de Santa Clara, de Santa Marta e outros.

Pelas províncias a distribuição dos conventos era profusa, sendo certo que ainda hoje por lá se encontram, como em Lisboa e Porto, umas vezes ruínas de mosteiros extintos, outras os próprios edifícios ainda de pé, bem como vários grandes palácios da abatida fidalguia, aproveitados para moradias da população ou para séde de repartições públicas, escolas, liceus e outros estabelecimentos, característicos do moderno sistéma administrativo.

No ano de 1517 a Província de Portugal da Re-

[1] Castilho — *Lisboa antiga* — III — 244.

gular Observância constava de vinte e sete conventos de frades e sete mosteiros de freiras, e a dos Padres Claustrais representava-se pelo número de vinte e dois conventos de frades e nove de freiras.[1]

Quando pelo decreto de 1834 se extinguiram em Portugal as congregações religiosas, estavam em actividade quinhentos e vinte e seis conventos.

Algumas Ordens eram riquíssimas. Só a dos Franciscanos possuía duzentos e quatro conventos. Sete contavam os Cruzios (Regrantes de Santo Agostinho). Os Carmelitas tinham dôze e os Descalços vinte e sete.

Vinte e três conventos eram de Beneditinos, dezeseis pertenciam aos Loyos, àlém de tantos outros em poder dos clérigos seculares do Oratório, de S. Filipe de Néry, dos Congregados seculares das Missões, dos Camilos, dos Câetanos ou Teatinos, dos Bernardos, Jerónimos, Capuchos, Grilos, Paulistas descalços e calçados, Gracianos, Missionários de Brancanes e Varatojo e outros.

Esta febre conventual que se desenvolvera na Metrópole, estendia-se a todo o Ultramar[2], como necessária consequência do apoio que démos ao movimento reàcionário da Contra-Reforma.

E' de ponderar que a nossa maior febre de fundar conventos e mosteiros coincide com o período em que estes estabelecimentos de religiosos se viram mais perseguidos por toda a Europa.

Efectivamente Henrique VIII de Inglaterra por 1536 suprimiu os Conventos Menores. Três anos depois, em 1539, suprimiu os Maiores.

[1] M. B. Branco — *Ord. Man.* — II — 207.

[2] M. B. Branco — *Ord. Man.* — II — 387 — dá a nota dos conventos nacionais e estrangeiros que se estabeleceram em todo o Oriente português.

Pois as freiras inglesas, ao fim de muitas perseguições que as trouxeram longos anos foragidas por França e Flandres, vieram encontrar refúgio em 1594 no nosso convento de Mocambo ou Santa Brigida, que o povo de então até hoje se habituou a chamar — o Convento das Inglezínhas.

Tambem conservamos a memória das Francezinhas, dos Irlandezes, o Loreto dos Italianos e outras reminiscencias dêste imenso erro político, que para sempre veiu privar Portugal das correntes condutoras da moderna orientação do trabalho e da industria.

Os vestígios da influência fradesca com toda a viciação e costumes desregrados nunca mais se apagaram entre nós.

Diziam os antigos: — «A frade não faças cama, a tua mulher não faças ama».

O autor das «Infermidades da Lingua» regista o seguinte anexim que condena: — «O' tá tá, como o frade é perluxo!» — isto é, móle, luxurioso, cheio de languidez.

Também não aceitava que se dissesse — «fradinho de mão furada» — evidentemente em uso no seu tempo, nem consentia o emprêgo do vocábulo — «fradalhão» — que ainda modernamente de quando em quando vemos adoptar em sentido pejorativo.

Por êsse paíz fóra subsiste na onomástica nacional a reminiscencia das instituições fradescas.

Não nos faltam vilas e logares com designações como estas — «Vila de Frades, Vilar dos Frades, Oliveira dos Frades, sómente Frades (freguesia não longe de Braga), Fradizela (em Tráz-os-Montes), Fradelos» — e tantos outros.

Já na Idade Média se registavam nomes e apelidos como estes — «Fradarique e Fradique, Frade, Fradegundia, Fradela, Fradila, Fradilani, Fradimin, Fradinandi, Fradiulfus, Fradixillo, Frayl e Fràdeyçon»

— dados a homens e logares em velhos documentos, doações, crónicas e forais do princípio da Monarquia e anteriores.[1]

A esses monólitos, de que se viam muitos em Lisboa até ha poucos anos e ainda se encontram dispersos pelas terras de província, cilindros de pedra metidos a prumo no chão, terminados em hemisfério que só uma faixa saliente da mesma pedra separa do restante — vestígio evidente do antigo culto fálico —, dá o povo o nome de — «frades».

Provém isto da semelhança que a extremidade d'eles tem com uma cabeça rapada (corôa).[2]

A imagem dos frades tão intensamente se fixou na memória colectiva do povo português, que lhe serve de analogia para tudo que de perto ou de longe lhe faça referência.

A figura recta e rígida dos monólitos que vedavam o transito nas ruas, serviu-lhe de comparação, para dizer — os frades... de pedra.

Tambem quando n'alguem se vêem os dedos dos pés a furar pelos buracos das meias ou pela rotura das botas, por lhe fazer lembrar a calva dos vetustos monges, logo o povo diz que os frades estão a sair pelos pés.

Tal era o meio onde o povo português viveu dois séculos, durante os quais a glória e a miséria simultâneamente atingiram entre nós o apogeu.

Nem todos, contudo amavam a vida do convento, e alguns dos que lá iam parar, já levariam o propósito de se libertarem na primeira oportunidade que se lhes oferecesse.

---

[1] A. A. Cortezão — *Onomástico Medieval português*. — (1912) — pag. 136, 138 e 404.

[2] Leite de Vasconcelos — *Religiões da Lusitania*. — I — 106 — III — 596 597.

Por isso aplicariam o ditado que de pais a filhos vinha repetindo-se:

— «Para o tempo que hei-de estar no convento, borro-lhe e mijo-lhe dentro.»

Viviamos, pois, uma vida de servos em terras que, dizendo-se nossas por serem pertuguêsas, eram alheias, por estarem enfeudadas aos Fidalgos, à Realeza, aos Conventos e às Igrejas, que nem cultivavam nem consentiam que se cultivasse.

X

Lisboa no século XVI

As infectas e acanhadas habitações do povo faziam lembrar cabanas amontoadas como senzala de pretos por entre as caprichosas construções aristocráticas, conventuais ou realengas.

A deficiencia de transportes era absoluta, insuprivel, porque fóra dos povoados só se transitava por caminhos de pé posto, veredas interminaveis sem o menor resquício de iluminação, a não ser a de algum nicho de santo em ermida sertaneja, tudo mal seguro e infestado de salteadores.

De quando em quando lá se deparava algum cruzeiro de pedra ou de pau tosco com letreiro a solicitar do transeunte a devoção de um Padre Nosso e uma Avè Maria por alma do caminheiro roubado e morto naqueles sitios.

De longe em longe, até às oito ou nove horas da noite, ainda se avistava a grandes distancias o tremeluzir de candeia mortiça em baiúca de vinho ou bodéga de estalagem.

Depois, por essa escuridão fóra até ao momento de ouvir-se por alta madrugada a lúgubre sineta de ermida longinqua ou o toque plangente do sino conventual a convidar os visinhos à missa das almas, só o terror dos espíritos malévolos e a sombra imaginá-

ria de almas penadas imperavam incontestadas através dos extensos campos e florestas, onde cada árvore ocultava uma feiticeira, cada tronco semelhava um vulto de mau encontro, um trasgo, um doende.

O dia ainda se passava distraído com o labôr do amanho das terras e o descante das môças que iam à água ou à lenha, tudo entremiado com o rouco chiar da nora mourisca, cujos sons chegavam de longe e o guizalhar das mulas dos fidalgos e dos frades, que com intermitencias passavam perto a caminho dos solares e dos conventos.

Não era a vida das capitais menos monótona do que a dos campos e muito mais soturna, acaso muito mais tenebrosa.

A luz chegava ao interior das habitações, quasi feita penumbra, pela estreiteza das congostas, e coada pelas rótulas nem sempre desempoadas.

Nas cidades provincianas, Santarém, Vizeu e outras, a monotonia era absoluta, apenas distraída com as romarias religiosas, as festas de igreja e a ida às feiras dos arredores ou às cavalhadas, jogos de canas e toiradas.

Os fidalgos, de quando em quando, na celebração de anos ou pelo órago das suas Capelas, tambem promoviam ruidosas comemorações, às quais a população, mal atendida e sempre desconsiderada, podia assistir, enclavinhada pelos telhados como gatos, ou dispersa pelos outeiros circunjacentes, como cães rafeiros à busca de fêmea ou de osso.

Em Évora e Coimbra acrescia a tudo isto o espectáculo deprimente das devassas e torturas da Inquisição, entremiadas de denúncias abjectas, intrigas e calúnias a tornar insuportavel a existencia dos moradores.

Só na capital do reino — Lisboa — toda esta monotonia era quebrada pela labuta dos estaleiros e

pelo trafego comercial dos navios que entravam e dos que saíam, num vai-vem pasmoso de pressa e agitação: — os nacionais na carreira ultramarina a transportar guarnições e munições de fortalezas, com que assegurassem o domínio e legalisassem a expoliação, e os estrangeiros, na carreira de Flandres, a levar-nos o que pirateávam nas terras de além e a trazer-nos tudo aquilo que pelo trabalho assíduo e honesto não sabiamos produzir.

A população denunciava o aspecto de aventureiros cosmopolitas que assumíramos, depois de termos iniciado as grandes navegações.

De mistura com forros e cativos, com judeus e mouros, por entre oficiais de ofício e mulheres do povo que por seus mistéres labutavam, vendendo pelas ruas ou gandaiando na praia, pululavam negros, indios, malaios, chins, abexins, cafres e mouros de Marrocos, cada qual com seus trajos característicos, imprimindo à Capital uma feição que, depois do sol nado, ainda a soldadesca com os seus piques e a fradaria de hábitos vários, mais esquisita vinham tornar.

Por onde hoje se amontoam pinhas de casas, verdejavam então os férteis campos de Santa Catarina, Bairro Alto, quinta de Alcantara, Valverde e outras.

A cidade velha continha-se aproximadamente em volta e ao sopé do Castelo e dentro das antigas muralhas de D. Fernando, estendendo-se até praias do Tejo, então logar dos estaleiros e dos palácios reais, quando não vasadouro público de todas as imundícies, incluindo cães e gatos mortos e podridos.

O grande mercado de hortaliças e legumes realisava-se onde hoje está a praça do Rossio. Era ali que à hora do sol se via um aglomerado de cabanas muito grosseiras e imensos chapelões de sol brancos, abertos e fixados no chão para abrigo das vendedei-

ras e suas novidades que vinham das hortas circunvisinhas.

Ali se fazia também uma vez por semana a antiquissima e já quasi esquecida feira de Santa Ladra, ou simplesmente da Ladra, como actualmente se lhe chama. O velho Rossio daqueles tempos em nada se parecia com o de hoje.

Os edifícios eram modestissimos e as lojas não passavam de imundas vendas e tabernas várias. Para os lados da Betesga numas arcadas que corriam ao longo do antigo e de há muito ardido Hospital de Todos os Santos, em terrenos, onde hoje assenta a chamada Praça da Figueira, vendiam-se franjas, tranças, panos de linho, rendas, borlas e outros muitos artigos.

Rossio, Ribeira, Alfândega e Paço Real eram, pois, os logares de maior azáfama e concorrencia.

A população que se agitava nos centros descritos, além de numerosa, oferecia um aspecto especial, próprio do meio e das circunstâncias.

Lisboa tornara-se uma capital cosmopolita. Com a mais repugnante miséria, ostentada pelas negras do pote — as aguadeiras da época —, pelos açaquais que em jumentos vendiam água aos barris e pelas negras calhandreiras que a descoberto carregavam em vasilhas imundas e mal cheirosas os despejos das casas para as praias, concorriam as ostentações do luxo, representadas no ar provocante dos grandes senhores que no vai-vém do caminho do Paço, quando não carregados em liteiras fidalgas, iam bamboleando-se a pé, orgulhosos da riqueza dos seus gibões de chamelote de flores ou de péles de camêlo, seus calções de seda, seus capotes de barregana cabeluda, seus espadins e chapeus emplumados.

Por entre judeus e mouros com suas rosetas a diferençá-los, e por entre as moças de serviço com

seus modestos vestidos de raxa e toalhas sem goma, perpassavam os nobres pedantes de pelote curto, borlado e com golpinhos a descobrir tufos de seda.

De permeio com soldados de couraça e frades, cujas confrarias se diferençavam pela côr do hábitos, deambulavam os filhos e filhas do povo, escudeiros, moças e vendeiros com seus calções e pelotes acanhados, largos farragoulos de lã, saias de jelezia, vasquinhas de prégas, chispos ou sapatas, quando não descalços.

O comércio ambulante estava então em grande desenvolvimento, vendendo-se de tudo pelos logares, ruas e pelas portas das casas.

Os filhos do povo, instados pela labuta da vida, logo de manhã chamavam das suas gelozias as vendedeiras que, em pregões típicos infelizmente esquecidos e perdidos para sempre, apregoavam arroz cozido, chícharos e cuzcuz, bem como ameixas passadas, sardinhas cozidas e salpicadas que traziam em panelas e alguidares, tudo bem quente e à cabeça.

Pelas portas tambem se vendia o azeite para as luzes e para tempero, peixe frito às postas e paus com peixe enfiado pela guelra, aos quais o povo dava o nome de «Cambada», donde talvez o sentido moderno pejorativo de aglomerado de gente de pouca cotação.

Bufarinheiros, adélas e ciganas, num apregoar ensurdecedor, percorriam todos os sitios da cidade a vender, em concorrencia com os da manteiga, do queijo, do leite e do requeijão, as suas linhas e agulhas, os seus garavins trançados de retroz e ouro para a cabeça das fidalgas, os seus dixes de pedraria oriental e bolotas ou borlas de retroz e seda, bem como holandas, canequins, almafega, burél, fazendas várias e panos da India, além de calções, enxaravias e carapuças, saios e saiais, mantos de escumilha, chapins

de chamelote, vestidos de tabim e de felpa, joias, brincos, anéis, cadeias de ouro e pedraria vária.

Nesta febre do comércio ambulante, até mesmo castiçais, caldeiras, obra de lataria e outros artefactos, andavam homens apregoando pelas ruas.

A ninguém era proíbido o porte de armas. O povo usava espingardas e facas; os da nobreza traziam espadins.

Por isto as ameaças eram frequentes. De noite com facilidade qualquér arrancava da durindana à froixa luz de um nicho de Santo, para resolver um ponto de honra ou desagravar uma dama ofendida.

Como o serviço de policiamento ainda não estava organisado, eram os oficiais mecânicos (operários) obrigados a acudir, para o que tinham um croque á porta das suas casas, bem á vista para que constasse. [1]

Em 1562, n'uma carta de privilégios concedida em 14 de Dezembro pelo Rei aos Familiares e Oficiais do Santo Ofício, entre outras cousas ficavam estes isentos do serviço militar *e de ter ganchos à porta* [2], podendo usar das armas ofensivas — espada, punhal ou adaga — e de todas as defensivas, sendo a suas mulheres e filhos permitido vestir-se de seda, que só podiam trazer as pessoas que usassem cavalo.

D'esta velha costumeira do gancho ou croque, como sinal de autoridade e meio de aprisionamento, até nós chegou o prolóquio de sentido figurado — «deitar a ganchôrra» — para significar recorrer a rodeios de estilo a fim de obter o que se pretende.

[1] Alvará de 10 de Julho de 1521, *aput* Extravagantes de Duarte Nunes de Leão.

[2] Antonio Baião — *A Inquis. em Port. e Braz.* — (op. cit.) — p. 58 e *nota*.

Pelo lado do rio, especialmente na margem direita, o aspecto de Lisboa variava um pouco de paizagem, pela natureza do labôr e pela intensidade com que só os filhos do povo o desempenhavam.

Nem sempre nas margens do Tejo foi terra onde hoje o é. As necessidades da civilisação e as urgencias do comércio teem obrigado a fazer grandes aterros, por modo que a praia corria muito mais fóra do que a actual linha de cais e docas que se estendem quasi ininterruptas de Sacavém até ao Dáfundo.

Não! nada disso existia. A praia de Lisboa, partindo da Madre de Deus não ia além de Santos, e dentro destes acanhados limites ainda nem tudo era aproveitado como praia, porque havia de permeio tratos, autenticos fócos de pestilença, que só mereceriam o nome de esterqueiras da cidade.

Onde hoje fica a freguezia de Santos estava o Pelourinho Velho, donde partia a chamada Ribeira das Naus, numa extensão que nos parece ainda insuficientemente definida.

A tão celebrada Vila Nova de Gibraltar, cuja referencia frequentemente se encontra nos Cronistas, abrangia as imediações da Conceição Nova e S. Julião mais modernos.

Depois só vamos encontrar uma curta muralha fronteira ao antigo Chafariz dos Cavalos, situado onde hoje se vê o Chafariz de Dentro, nome proveniente de ter sido feito para àquém das antigas muralhas de circumvalação, mandadas construir pelo Rei Formoso.

O Terreiro do Paço, nome advindo de ali ter havido um Paço Real, era muito irregular, mas muito mais amplo do que hoje, por se estender pelos terrenos agora ocupados pela Alfandega.

No lado marginal da cidade era então a vida muito intensa, agitadíssima.

A não ser nos intervalos de praia, destinados a va-

sadouro das imundícies que as negras calhandreiras para ali despejavam quotidianamente, o restante aproveitava se na azáfama das construções navais ou nos labores do comércio, pois pela beira do rio havia dispersas várias secções do serviço público, armazens gerais, Casa da India e da Guiné, Terreiro do Trigo, Armaria, etc.

Tanto na margem esquerda como na direita, a montante de Belém e a juzante do Poço do Bispo, desde o século XV que a faina e labutação eram ensurdecedoras por motivo do trabalho dos estaleiros, querenagem e apercebimento de navios.

De cá e de lá do Tejo, a faina da construção naval adquirira as proporções de febril.

Das chamadas — carreiras — para assento de quilhas, erguiam-se cavernas de embarcações, umas maiores, menores outras, quando não já revestidas de calafeto e taboado, espécie de esqueleto das futuras zabras, galés, galeaças, urcas, naus e caravelas que se aprestavam para os serviços costeiros ou para os longos cursos da América, Africa e Oriente.

E, porque as construções não podiam dispensar o concurso de uma infinidade de trabalhos diversos, criaram-se muitas profissões subsidiárias, algumas das quais subsistem, enquanto outras, por desnecessárias nos processos modernos, já desapareceram ou passaram por transformações profundas.

O serviço de «dar pendôr» ou querenar era então interessante e um tanto pitoresco. Com a maré montante chegavam as barcas à praia onde na vasante ficavam a seco e tombadas.

Para êste trabalho havia logares escolhidos — os espalmadouros — onde os profissionais espalmavam os cascos, isto é, limpavam do marisco, queimavam, embreavam, davam tinta e calafetavam.

O trabalho de calafeto assumiu um desenvolvimento desusado; — «Se não fôr nesta barqueta irá na outra que se calafeta».

Por aqui e por ali dispersos, estavam os serradores de lenha para carvão. sem o qual os trabalhos de ferraria não poderiam fazer-se.

À bulha da serragem acrescia a dos petintais, a pregagem dos que andavam em volta dos esqueletos das construções sobre andaimes mal seguros, o ruido dos tanoeiros a rebater os arcos de pipas e tonéis, e ainda o bolício geral dos serviços de várias outras profissões a misturar-se com o proveniente dos pregões de gèrgelim e arroz cozido, e o algazarrear da chusma de vádios.

Enxameavam estes pela praia, por entre negros e negras semi-nuas, postas ao serviço dos carrejões nas tercenas ou armazens e nas cabanas e alpendres dos barqueiros que armavam rêdes, dos remolares que fabricavam remos, dos cordoeiros de calabre, dos esparaveleiros que faziam tarrafa e pavilhões, e até das muitas mulheres que se ocupavam em obra de estopa.

Ao largo, dispersas, salpicando o magestoso estuário do Tejo, fundeavam numerosas náus e caravelas, de entre cerca de duas mil que, sem contar com as portuguêsas, por ano entravam no nosso porto, vindas da Alemanha, Ancona, Astúrias, Avinhão, Barcelona, Biscaia, Bretanha, Canárias, Cartagena, Escócia, Flandres, Galiza, Génova, Gibraltar, Holanda, Inglaterra, Marselha, Nápoles, Roma, Valencia e outras partes.

Assim como até aos esteiros de Coina e Sacavém se estendiam os estaleiros de navios, assim o tráfego ligeiro do rio era servido por mais de mil bateis, vindos de Abrantes, Alcochete, Aldeia Galega, Alhandra, Azambuja, Salvaterra e muitos mais logares.

Os pequenos barcos aproavam à terra, encostados uns aos outros, quando fundeados, a formar um como extenso pinheiral de mastros.

Dirigindo a carga e descarga das novidades da Outra Banda, dos materiais para os estaleiros, das mercadorias para os armazens, mais os tripulantes aumentavam o garavotear de toda esta malta irrequieta e agitada até ao anoitecer, quando o toque do sino mandava que pela cidade todos se recolhessem.

Ao tumultuar da faina sucedia um silencio sepulcral, talvez apenas interrompido por ocasiões de peste com a chegada de barcaças carregadas de alecrim, um dos mais poderosos desinfectantes conhecidos naqueles tempos.

Assim que se desenvolviam rebates de peste, logo dia e noite, pelas ruas e à porta das casas suspeitas ardiam fogueiras de alecrim e outras ervas cheirosas, o que mais vinha acrescentar ao lúgubre terror de que a população se encontrava possuida.

Em carta régia de 1484 à Camara Municipal, o Rei atribuía as pestes não só «aos males e pecados que se cometiam na Cidade contra o serviço de Deus», mas também aos maus ares, provenientes «da grande çujidade das esterqueiras e monturos e do entornar dos camareiros (calhandros) que se non lançam honde devem.» [1]

Por 1520 criára-se a primeira casa de saúde para «doentes de pestenença». Nos fins do século já havia «Provedor-mór de saúde».

Mais se agravavam os terrores da noite nestas ocasiões com o soltar de gado vacúm pelas ruas, como medida de profiláxia, principalmente vacas criadeiras.

[1] Livro II d'El-Rey D. João II — fls. 16.

Tambem era costume tapar de pedra e cal as portas e janelas das habitações em que a peste tivesse feito victimas.

D'aqui proviria a locução que até nós chegou — «de pedra e cal» — como indício de grande segurança, igual àquela com que os antigos se propunham encerrar as pestes e impedi-las de desenvolver-se.

Tal o aspecto geral de Lisboa no primeiro quartél do século XVI, porque nem sempre assim fôra.

Nos últimos anos do século, quando humilhante e vergonhosamente recebemos Filipe II de Espanha como Rei de Portugal, já tudo havia mudado.

O reboliço da Ribeira tinha desaparecido com o desaparecimento de todos os falsos aparatos de uma prosperidade que não chegara a existir, a não ser que como tal queiram considerar-se os ouropéis e deslumbramentos de uma ostentação únicamente apoiada na delapidação das terras de além.

Ainda mesmo, porém, nesses momentos de louco engrandecimento, só para aqueles que o manto real cobria com as cartas de privilégio, os tempos corriam prósperos.

Os filhos do povo sentiram os efeitos da efémera grandeza pela violencia dos agravos do despotismo, pelo rigor dos anos e pelas obsecações da intolerancia.

Bem avaliavam eles toda a iniquidade dêsse tratamento diferenciado entre piões e fidalgos; bem manifestavam pelo rifão a sua reagencia contra as excepções na aplicação das penalidades, e murmuravam por entre dentes:

— «Não há geração sem rameira e ladrão».

Não iam tão longe outros que se limitavam a disfarçar o mesmo pensamento nestoutro adágio que também corria de bôca em bôca:

— «Nem rio sem vau, nem geração sem mau».

A vida, como se conclui da descrição feita, era

dificilima para aqueles que tinham de ganhar o pão com o suor do rosto, na parafrase bíblica.

— «Anda o homem a trote por ganhar capote».

E também se dizia, conforme o registou Antonio Delicado:

— «Deita-se o homem pelo chão para ganhar gabão».

Os tecidos de Damasco e lençaria da India ficavam no Paço dos reis e nos palácios dos nobres, quando não seguiam para Flandres.

— «Mãy & filha vestem uma camisa» — lamuriavam os proletários dêsses tempos numa resignação já doentiamente humilhante.

— «Mãy velha e camisa rôta não deshonra» — proclamavam os mais honestos.

Rio, ribeira e cidade, como descrito deixamos, constituiam pois um curiosissimo conjunto do empório cosmopolita. Eramos estação de escala, onde do Norte vinham buscar-nos tudo que do Sul e do Oriente nos chegava.

Lado a lado da prosperidade transitava a mais nauseante miséria. Lisboa formava um estranho conjunto de contrastes.

Com os maiores exagêros da grandeza, revelados em toda esta agitação, nos requintes do luxo e na sumptuosidade das alfaias da Igreja, coincidia a miséria do fanatismo, o terror da intolerancia e a superstição da feitiçaria, tudo envolvido nas pregas da farrapagem dos rôtos e semi-nús que se acotovelavam nos logares de maior movimentação.

A ignorancia era então suprema. O saber achava-se monopolisado nas livrarias conventuais, onde apenas alguns se distinguiam no urdimento das suas Crónicas

Tabeliães, notários e escrivães lavravam documentos, assinavam e rubricavam.

Pouco mais! O grosso da população, até mesmo em Lisboa, era quási completamente analfabéto.

Os horrores desta situação de profunda ignorancia atenuavam se oficialmente pela prática dos bandos e pregões a noticiar à esquina das ruas, como ainda se usa nalguns logares da província.

Para escrever, assinar a rogo, esclarecer dúvidas e suprir as necessidades literárias da população, criára-se no Pelourinho Velho a curiosa indústria ambulante de escrever cartas e petições a quem disso carecesse.

Eram os remotos antepassados desses escrevedores que ainda actualmente se vêem no Terreiro do Paço, armados de caneta e caixinha com tinteiro, lacre e sinete, prontos a redigir cartas e bilhetes, cintar jornais e encomendas postais, lacrá-las e carimbá-las a troco de uns centavos.

Nesta velha indústria gerada pelo analfabetismo, havia quem conseguisse casar filhos e filhas e ainda comprasse propriedades à custa do rendoso emprego, que parece ter sido criado pela Camara Municipal daqueles tempos. [1]

[1] Ribeiro Guimarães — *Sumário de Vária História* — V — 19 e *Alvará Régio* de 30 de Janeiro de 1516 e nota.

XI

Lisboa no seculo XVI

A grande profusão de vàdios mais complicava a normalidade em século tão anormal.

Por todos os recantos da cidade pululavam, embora lhes servisse de principal paragem a Casa da India e da Guiné e a proximidade dos estaleiros.

Não havia casas de reclusão nem centros de regeneração, como actualmente ainda não os ha em número suficiente, nem em condições satisfatórias.

A única medida tomada já nos fins do século consistia em publicar do alto da tribuna sagrada — que os pais, cujos filhos fugissem ou desaparecessem, poderiam ir procurá-los na Ermida da Ascensão, no hospital das Palmeiras, em Nossa Senhora dos Remédios (à Alfama) e tambem na Ermida dos Fieis de Deus.

O nome vulgarissimo d'esta Ermida — Fieis de Deus — cujo sentido a maioria do grande público desconhece, teve a sua maior aplicação nas porções de pedra, cascalho e muitas vezes terra que o homem primitivo usava lançar sobre os cadáveres e ainda se encontram nos nossos Dolmens.[1]

---

[1] Leite de Vasconcelos—*Religiões da Lusitania*—I—315.

O velho costume perdurou com o advento do Cristianismo, que, seja dito de passagem, aproveitou todas as antigas tradições pagãs e superstições, torcendo-lhes apenas o sentido inicial, com o propósito de pô-las em proveito da sua causa.

Nalgumas terras da provincia, como Marão, Rio Tinto, Cabeceiras de Basto e outras, ainda ha o velho costume de pôr pedras junto às cruzes que se encontram á beira dos caminhos, a lembrar crimes passados ou a marcar as sepulturas de criminosos que as leis canónicas não permitiam enterrar em sagrado. [1]

A estes monticulos de pedra, relativamente modernos, continúa o vulgo a dar o nome de Fieis de Deus.

O disfarçado culto da pedra ainda subsiste entre nós. Quem visite os nossos cemitérios com espirito observador, notará que os filhos do povo usam deitar uma ou tres mãos cheias de terra na sepultura, crentes de que assim não mais lhes aparecerá a alma do morto ou não mais sonharão com ele.

E' claro que os detidos raras vezes eram procurados pelos pais que não podiam dominá-los nem corrigi-los. Decorridos poucos dias tambem os hospicios soltavam *os meninos perdidos*, como então se lhes chamava, para evitar dispendio.

Deste modo os hospícios que os agasalhavam, vinham por fim a tornar-se involuntária e inconscientemente fábricas de vadiagem.

Quiz a Igreja corrigir o mal pela excomunhão e outros processos. Nas Constituíções de alguns bispados ordenava-se aos párocos que se informassem dos vagabundos em transito pelas suas frèguezias, e os inscrevessem no ról dos confessandos e os admoestassem com penas d'excomunhão e ordens especiais para o caso: [1]

[1] O mesmo — *Tradições Populares de Portugal* — § 208 — pag. 93.

A convite do rei, por 1546, criou a Camara Municipal uma entidade que o povo passou a tratar pelo curioso nome de — «Pai dos Velhacos».

Este funcionário tinha a missão de dar amo aos chamados — «moços perdidos» — que andavam na Ribeira a furtar bolsas. Em geral vinham êles da Beira e do Alentejo, no dizer de uma ordem dimanada de Almeirim, não queriam estar sem amos, e faziam-se — «ladrões e tafues e outros maus costumes» —, não tendo outras pousadas senão debaixo das tendas da Ribeira, onde se agasalhavam de noite, e dali saíam a fazer travessuras, pelo que os Alcaides os prendiam — «por acha-los depois do sino». [2]

Constituiam, pois, um verdadeiro flagelo os vagabundos que viviam fóra da lei, e quando enclausurados, só vinham avolumar inútilmente as despezas da Misericordia e mais hospícios com a alimentação.

Para prover de remédio criára-se o Pai dos Velhacos, cuja acção não encontramos vestigios de que fosse eficaz.

Evidentemente Lisboa no século XVI devia ser uma cidade cheia de frisantes contrastes, pelo concurso simultâneo dos mais brilhantes ouropéis da grandeza e as últimas degradações da desgraça.

Em alguns bairros o barulho e algazarra seriam ensurdecedores; noutros pairaria um silencio lúgubre e tristonho.

No interior das Cadeias a promiscuidade, a acu-

[1] *Const. Synod. do Bispado do Porto* — Liv. I — Tit. 6.° Const. VII.

[2] 30 de Março de 1546 — *Arch. do Munic. de Lisb.* (1862) N.° 113 — pag. 903.

mulação e o mau trato deviam formar um conjunto horrivel.

O Tronco, por exemplo, embora se destinasse exclusivamente aos presos da Almotaçaria, na loja e sobrado, seus dois únicos cubículos, apinhava presos vindos de toda a parte, tão compactos que não havia logar onde se assentassem. O Tronco podia com razão considerar-se um repugnante viveiro de ácaros, um gerador de pestilencia.

— «Arriba da Sé» — chamavam a essoutra prisão — o actual Limoeiro — onde só havia disponiveis tres cadeias para homens e outras tres destinadas a mulheres.

Possuia a Casa da Moeda uma cadeia para moedeiros falsos, seus filhos e clérigos.

Além, no velho Rossio, onde hoje assenta o Teatro Nacional, estendendo-se pelas antigas Portas de Santo Antão, abrangendo a ária do actual Largo do Regedor e prédios circumjacentes, erguia-se o Paço dos Estáos, séde da Santa Inquisição com a sua dupla fachada de dois andares, servidos por dois únicos portais, um por banda, que davam acésso ao pátio interior, ladeado de algumas edificações não menos temíveis do que modestas.

Para o lado por onde hoje se vai para a Avenida — Passeio Público do século passado —, seguiam-se construções amuralhadas a proteger aquele antro da preversidade,

Ali dentro praticavam-se as maiores barbaridades em nome da Fé e da Santa Religião.

Além da residencia dos Alcaides, guardas, dispenseiros e meirinhos, havia os aposèntos e sala dos Inquisidores, o pátio, o Tribunal dos julgamentos, o oratório, o açougue, cavalariças, casas do carvão e lenha, cozinhas, corredores e tambem a sala de Observações, a sala dos Tormentos, o cárcere da Penitencia

onde se recolhiam os Reconciliados, as prisões para os Enclausurados perpétuos e os Cárceres Gerais em número de dois ou tres, bem como as Células para os Incomunicáveis.

Todo aquele espaço por onde transitamos livremente, onde nos regosijamos com os Cafés, clara iluminação eléctrica e os deliciosos espectáculos; todo aquêle recinto bem servido de confortos, ar e luz, ouviu lamentos de indignação, pragas de desespero, lágrimas e gritos de dôr e sofrimento.

Ali foi a séde dos mais tormentosos martirios, inflingidos por homens de negro com capuz e máscara, às ordens do mais cruel e mais aflitivo despotismo.

Ali dentro gemia-se e chorava-se, quando não se morria emparedado ou exausto de alimento e forças.

Em 1540 e 1543, definitivamente consolidada a Inquisição, o número dos encarcerados e supliciados é incalculavel.

Além dos cárceres especiais a que já aludimos, foi aproveitado por aquêle pavoroso Tribunal o edifício das Escolas Gerais.

Construiram-se cadeias por todos os pátios da Inquisição, e pareciam insuficientes, pois todos estavam pejados de gente.

Ferviam as devassas, Judaízantes aos centenares; homens, mulheres, velhos, crianças, virgens, — nada escapava à sofreguidão dos Inquisidores. Estabelecera-se oficialmente um serviço de denunciações obrigatórias, por cujas malhas apertadas era dificil escapar.

Evidentemente o número de cadeias na velha Lisboa era, a despeito de tudo, insuficiente, embora mouros e negros não transitassem muito por ali, pois cá fóra logo acabavam com eles a poder de açoutes e lançavam-nos á praia ou atiravam nos para o monturo que havia no caminho da Porta de Santa Catarina

para Santos nas herdades dos arredores, onde os cães famintos os devoravam, ou dentro de poços para isso adquados, onde apodreciam. [1]

O que se passava com os negros escravos não era muito do agrado do público; Embora se vivesse sob a pressão do terror que impedia o menor queixume ou protesto, nas conversas mais intimas o povo criára um dito que vemos registado e bem revéla a indignação disfarçada em palavras de amôr:

— «Inda que sômos negros, gente somos e alma temos.»

Sofrimento e gôso, miséria e magnânimidade floresciam simultâneamente, e parecia disputarem a primasia neste período anormal em que as maiores abjecções de sentimento coincidiam às vezes com os maiores exemplos de abnegação e grandeza de ânimo.

Nem a fascinação das sedas e damascos, nem os horrores da perseguição e tortura desviavam o povo dos seus cantares, das suas dansas e dos seus costumes do viver mais íntimo.

Em dias santificados, que eram muitos, ouvia-se pelas ruas e largos o reboar dos orgãos de Igreja e o lamuriar das ladaínhas. Até ao toque do sino, por aqui e por ali, de uma ou outra casa chegavam os acordes melodiosos da harpa e da espineta, dedilhadas por alguma Dona cuja voz se fazia escutar.

E os pretos que sentiam a música de então, quando ouviam tanger, ainda que fosse em instrumentos dos mais rudimentares — pífaros ou pandeiretas — bailavam pelas ruas em esgares grotescos e salamaléques exagerados que levavam a turba a deter-se e a rir escancaradamente.

[1] *Carta Régia* de 13 de Novembro de 1515 Liv. I do *Provimento da Saúde*, fls. 51 *apud*. Oliveira — *Element. dara a Hist. do Munic.* — I — 509 nota.

Não se vèxava a moral pública com o exagerado estremecimento dos quadris, nem sequér com os abraços lascivos que no entusiasmo do baile sucedia trazerem proveito aos Senhores: — «*Partus enim sequitur ventrem*». [1]

Tambem não deixavam de aparecer amiúde os gaiteiros e as mulheres de pandeiro e adufe, sendo frequente nos largos mais escusos a improvisação de dansas mouriscas e outros bailes populares, onde a chacota e o tordião se pulavam num delírio que só a passagem inesperada do Viático com o seu tanger de sineta a chamar os devotos, conseguia às vezes interromper.

O povo de então, como o de hoje, iludia a penúria com falsas esterioridades de alegria. Os lampejos de grandeza mal procuravam disfarçar as negruras da miséria.

O luxo do vestuário, algumas vezes tão exagerado que provocava a publicação de alvarás e leis proíbitivas, apenas cobria então como actualmente, os horrores da vida íntima.

O adagiário da época não ocultava esta situação. O mal estar do povo na intimidade revelava-se em anexins, cuja memória ainda não se apagou de todo:

— «Nú e crú como o galhano» (miserável, esfarrapado).

O anexirísmo de então resava da miséria em expressões como estas:

— «Na cabeça de um tinhoso.»

[1] Felipe de Caverel (1582) *apud* Viterbo — *Artes e Artistas* — 265.

— «Não me deixou coalhar um vintèm.»

A escassez de recursos e as torturas da fome adivinhavam-se por certas frases que passaram em provérbio vulgar:

— «Não tem donde atar cinco réis de caminhos.»

— «Não vale dez réis de mel coado.»

— «Não lhe escapa talo de alface.»

— «Não tem sal nem em que o deitar.»

Entretanto os filhos do povo colaboravam com os pretos a formar multidão, se os deixavam assistir, quando havia jógos públicos, torneios, péla, cavalhadas ou pálio de comédias.

A expressão — «Comer no mesmo prato» — hoje empregada no sentido de ter demasiada confiança para abusos, recorda já inconscientemente a antiga frugalidade do povo português, que em família usava reúnir-se em volta da gaméla ou alguidar de onde todos, sentados ou acocorados, se serviam, cada qual com sua colhér, às horas da refeição. [1]

Este costume ainda se conserva, principalmente nalguns recantos das províncias, entre os trabalhadores rurais.

Também ainda hoje se diz — «a pão e laranja» — no sentido de situação embaraçosa, acompanhada de sofrimento, indo já completamente esquecida a origem do dito.

Ele vém do meado do século XIV em que no Mosteiro das Donas de Santarém houve três Professas de nome Caterinas.

Uma delas — Madre Caterina Nunes — «passava as Corésmas inteiras, — no dizer do Cronista [2] — sem mais mantimentos que pão e laranjas».

[1] Castilho — *Lisboa Antiga* — II — 153.
[2] *Historia de S. Domingos* — II — Liv. V — cap. 34.

Na febre de abstinencia imaginára um suplício voluntário que a humanidade tornou simbólico de desgraça e miséria.

Se não foram os óbices advindos destes pormenóres que só não escapam aos observadores escrupolosos, vistos os factos a quatro séculos de distância, dir-se-ia, como superficialmente se diz, que no século XVI vivia-se entre nós num céo aberto.

As lucilações externas do luxo, engrandecidas com a sumptuosidade asiática das festividades religiosas e com o fervor exagerado das crenças, mascaravam essas vegetações espontâneas da mais hedionda miséria.

António Delicado conserva-nos em adágio a memória das grandes solenidades religiosas que em Portugal constituiam motivo de orgulho na consciência fanatisada daqueles tempos.

— «Corpo de Deus de Lisboa, Santo Espírito de Alenquer, Ladaínhas de Coimbra, Trindade de Évora, Surreiçam de Beja, Ramos de Alhos Vedros»,— dizia ò povo—, celebrando a sumptuosidade das cousas sacras, que já não representavam a simples evolução natural das crenças anteriores, mas a fanatisação calculada, fria e sistemática dos povos, como arma política dos dirigentes, como arma política de domínio e preponderância.

As fronteiras de Portugal bem poderiam considerar-se como cêrca de um imenso convento de Comunidades e Confrarias, a dentro das quais só havia rezas e jejuns, e a fóra delas só era permitida a observância das Constituíções sinodais e o acompanhamento de grandes cortejos processionais... intermináveis... infinitos.

Missas, jejuns, rezas, confissões, cilícios e penitências.. O trabalho entrava em plano mais afastado... O comércio, a actividade... o poder temporal... os

rêis... Tudo era subalterno da Igreja nacional que só recebia ordens da Roma dos Pápas.

A milícia do Céu dominava sôbre a Terra. As Paróquias, Ermidas e Capelas andavam em competência com os Mosteiros e Conventos em obras de fanatismo.

Mais de metade do ano era santificado. Não passava um só dia ou noite sem que nalgum recanto do reino fosse Dia Santo de Guarda, não contando os muitos que o eram em todo o país e dependências.

No Arcebispado de Lisboa, por exemplo, contavam-se perto de um cento de Dias Santos, cuja guarda consistia na abstenção de todo o trabalho e obra servil.

No dizer da lei, a todos cumpria — «se desocuparem dos negocios e trabalhos temporais e se ouvirem missas» [1] — com graves penalidades para os que não cumprissem.

Além dos dois primeiros dias da Oitava da Páscoa e também do Pentecoste, Corpo de Deus, Ascensão do Senhor e Ceia do mesmo, pelo ano fóra celebrava Lisboa trinta e três dias Santificados obrigatórios, mais os cincoenta e dois domingos do ano que também eram de guarda rigorosa.

Aos Dias Santos gerais acresciam os locais, pois cada freguezia santificava os dias dos seus Orágos.

Não menos obcecantes eram as numerosas procissões que dia a dia passeavam pelas ruas e campos. Todas as segundas-feiras, na Sé Catedral, nas Igrejas Conventuais e nas Paróquias do Arcebispado de Lisboa celebravam-se procissões pelos defuntos, com cruz, água benta, responsos e orações.

[1] *Const. Synod.* do Arcebispado de Lisboa.

Iguais medidas se encontram nas Constituições dos Bispados, com penalidades para os que não colaborassem.

A fim de que as Igrejas estivessem replétas a dar a impressão de grande fervor religioso, paralisavam todas as fórmas de actividade e puniam-se os que não comparecessem.

A propósito da procissão dos Defuntos, nalgumas freguesias era uso andar de noite a tanger a campainha pelas ruas onde alguem tivesse recentemente morrido, para que o povo rezasse por alma do fogo do Purgatório e pela dos falecidos em pecado mortal, com indulgencias aos devotos e severo castigo aos Párocos que não ordenassem este serviço. [1]

Além da espectaculosa procissão do Corpus Christi, à qual já aludimos, realisavam-se em Lisboa mais doze procissões ordinárias habituais, entre elas a de S. Sebastião, que saía de S. Julião para o Mosteiro de S. Vicente, a da Visitação da Virgem Nossa Senhora a Santa Isabel, a das Ladaínhas maiores, as das Três Ladaínhas menores, a da Saúde (que chegou até aos nossos dias), a do Anjo Custódio e outras.

Somando as dos Defuntos com estas, prefaz-se o número muito aproximado de setenta procissões anuais, só neste Arcebispado de Lisboa, além das extraordinárias e das especiais de cada Freguesia.

A do Anjo Custódio celebrava-se no terceiro domingo de Julho com acompanhamento do Senado, mestéres e solenidades que não a tornavam inferior à de Corpus Christi.

A procissão de S. Gião fazia-se extraordinàriamente de sete em sete anos. A de S. Roque, celebrada uma única vez em Janeiro de 1588 para rece-

[1] *Const. do Arceb. de Lisb.* — Liv. IV — Tit. XVI, — § IX.

bimento das reliquias vindas para os Jesuitas, assumiu uma sumptuosidade excepcional.

Todas estas espectaculosas celebrações tornaram-se longos anos motivo de orgia, em que o rito cristão se confundia com o velho paganismo na figuração de folias, dansas e bailados ao toque de adufes e pandeiros, dansas de sátiros e ninfas, alegorias do Parnaso, Báco, Sileno e outras degenerescencias da mitologia greco romana.

Os chamados Santos O'leos — *Chrisma Parvulorum et Infirmorum* — também eram objecto de grande veneração e serviam de motivo para procissões solenes, em que colaboravam os Beneficiados, o Cabido, os Capelães da Sé, os Párocos com as cruzes das suas Igrejas e muito acompanhamento de povo.

Quando o século XVI ia a terminar, já tudo isto se convertêra num doentio simbolismo de terror. A Religião fizera-se fanatismo; a crença degenerara em superstição.

A procissão dos Ferrolhos, criada em 1599 com todos os requintes da preversidade e da mais abjecta obcecação religiosa, ainda persistiu em costume até 1833, embora no século anterior já tivesse perdido o aspecto terrível que lhe servira de caracteristica.

Nos primeiros anos saía da Casa da Misericordia ao sol pôsto e transitava pela Rua Nova, São Francisco, Trindade, Carmo, São Domingos, Rossio, Praça da Palha, Rua das Arcas, Correaria e Sé Catedral, voltando por outros arruamentos até à hora de de recolher, que era entre a meia noite e a uma hora.

Na escuridão nocturna, por entre ruas tortuosas e quási todas estreitas, serpenteava a bicha processional que os irmãos da Confraria, em número de duzentos a trezentos, obrigatòriamente ladeavam, portadores de candeias e vélas de cêra com suas luzes

morrediças e bruxuleantes a imprimir às negras véstes um ar de grande pavôr.

A procissão dividia-se em terços, separados por cruzes e retábulos de Cristo em posturas de martírio, tudo rodeado de mòrdômos que, empunhando varas, mantinham e ordenavam o cortejo, entestado pelo pendão e guiões da Misericordia.

Entre as alas dos Irmãos da Confraria viam se, enquadrados e debaixo da possível fórma, perto de um milhar de homens e mulheres do povo, trajando de escuro ou de preto em tom de submissão e ar de grande sofrimento.

Iam-se flagelando a si próprios e uns aos outros com tanto ardor e violencia, que estilhaçavam as véstes e retalhavam as carnes de cujas feridas escorria muito sangue.

Embora estas penitencias, consideradas então justo resgate de pecados cometidos pelos homens desde o hipotético Paraiso Terrial, fossem na sua maioria voluntárias e propositadas, como elixir para libertar do Inferno e merecer as bemaventuranças da suposta vida eterna, nem sempre a resignação lhes permitia abafar as torturas do sofrimento.

Como lenitivo a tão voluntarioso martírio, uns vinte homens, encorporados no cortejo macabro, conduziam vasilhas de vinho cosido, onde os fanáticos molhavam as disciplinas para que se lhes apertassem as carnes retalhadas. Outros levavam quartas de água e púcaros para os sequiosos.

Por aqui não parava ainda a irónica piedade. Para conforto dos penitentes, iam também servindo-lhes durante o trajéto marmeladas que os devotos e fidalgos forneciam, assim como confeitos e cidrão, àqueles que a tortura fazia vergar.

Acompanhavam alguns penitentes andrajosos, semi-nús, conduzindo pesadíssimas barras de ferro e

imensas cruzes de pau, ou carregando às costas pedregulhos desmesurados, tudo por agradar a Deus e provar o fervor da Fé.

Cincoenta farois mortiços e bruxuleantes, feitos de novelos de estopa fiada, imbebida em borras de azeite e cebo, e alçados em varas muito altas, alumiavam o terrífico espectaculo. [1]

A fechar o cortejo, enfim, seguiam os Eremitas de Santo Agostinho do Convento de Nossa Senhora da Graça, os Cónegos, os Dompriôres, Abadessas e Priorezas e outras entidades de sabôr eclesiástico.

Os ais, gritos e clamôres de fanáticos disciplinantes eram abafados pelo entoar dos Psalmos e Ladaínhas, às quais a chusma popular, que na cauda da procissão se encorporava, ia respondendo com os seus — *Ora pro nobis* e *Miserere nobis*.

Deveras impressionante êsse reboar dos sinos das catedrais em acompanhamento a um simulacro demoníaco de penitentes dementados a estorcer-se com as dôres da flagelação voluntária, por entre cantos e córos divinais, correspondidos pelo povoléu que seguia à retaguarda do cortejo!

Nessa chusma onde avultavam os pelotes e ferregoulos de dozeno, chapéus de lã preta e carapuças, saios, saínhos e cintas, envolviam-se às vezes pessoas de maior categoria, ali atraídas pelo fanatismo da devoção, com suas roupetas de sargeta de seda, seus gibões de malcachado, meias de Toledo, sapatos de bôca de vaca, sombreiros ao largo e de castor e até espadins de táuxia.

E lá seguiam todos pela noite fóra, entoando o hino *Veni Creator Spiritus* e outros, numa promiscuidade de genealogias, em serviço de Deus e de

[1] Guimarães — *Sumário de vária história* — V — 22.

uma caridade sangrenta, ao mesmo tempo que nos arruamentos por onde o lúgubre cortejo passava, os moradores iam abrindo as frestas e gelozias das suas casas, e assomavam para alumiar com vélas, ajoelhar e rezar, bradando em altos prantos: — «Misericordia, meu Deus!»

E «Misericordia!» respondiam da multidão, em côro desentoado, que mais aumentava o terrífico daquele pandemónio religioso.

XII

Os autos-da-Fé

Os prospectos de ventura e alegria, advindos da abundancia de especiarias e riquezas de que as casas da India e da Guiné abarrotavam, eram contrariados pelas práticas humilhantes da penitencia, pelas devassas e denuncias da Santa Inquisição, pelos queimadeiros do Santo Oficio e pelo exemplo sórdidamente sugestivo da aplicação em público das crueis penas e castigos que a legislação do tempo impunha.

Para que o povo português se fosse tornando cada vez mais triste, inconsciente, descuidoso e messiânico, em concorrencia com as crueldades do fanatismo religioso que a lei divina ia desenvolvendo, coincidiam as consignadas na lei profâna, a dar exemplo de sangrento correctivo.

As Ordenações Afonsinas, num Regimento de guerra aos soldados que roubassem igrejas, destruíssem religiosos e forçassem ou roubassem mulher, impunham a pena de morte e mutilação, como cortar orelhas, etc. [1]

O bárbaro costume perdurou com certos requintes de preversidade, como era o de pregar no logar do

[1] Liv. I -- Tit. LI.

Ao terceiro dia de Oratório e Penitencia, a Confraria da Misericórdia acompanhava ao suplício os pacientes, aos quais nem os prometidos confortos do Céo conseguiam resignar ao decepamento das mãos ou ao córte das orelhas.

A pena para os Judeus acusados de circuncisão, desde tempos recuados consistia na mutilação dos orgãos sexuais, tanto ao operado como ao operador. Sendo mulher cortava-se-lhe o nariz. [1]

Esta velha costumeira de mau gosto para os pacientes deve ter sido a geratriz remota da expressão desdenhosa que até nós chegou e continúa em uso:

— «Ser muito senhor do seu nariz.»

E, porque esta mutilação cabia exclusivamente aos Judeus que eram tidos em pouca conta, até hoje perdurou a expressão irónica e desdenhosa: — «Traz a honra na ponta do nariz!» — e tambem est'outra:

— «Quando cuida que se benze, quebra o nariz».

Em Lisboa o ceremonial macabro aumentava para maior exemplo. O condenado ou condenados iam por todo o caminho assim acolitados pelos Religiosos, que lhes mostravam os seus crucifixos, e faziam cortejo ao Meirinho das Cadeias, rodeado dos seus homens, ao Meirinho das Execuções e ao respectivo escrivão a quem incumbia lavrar o auto de cortamento de membros, e no caso de vergastadas, assistir pelo menos ao primeiro pregão e açoute.

Por onde o horrífico cortejo passava, iam os artífices parando de trabalhar para fazer comentários, muito a medo e com todo o possivel disfarce, reciosos da espionagem que pululava formidanda.

Os menos atarefados, as calhandreiras, as mulheres do pote, os carrejões, vàdios e mariolas lá seguiam encorporados até ao Pelourinho Velho ou ao Cadafalso.

[1] J. Mendes dos Remedios — *Os Judeus em Portugal* (Coimbra — 1895) — 77.

Lidas ali as sentenças, o Executor ia cumprindo-as. A uns decepava as mãos, a outros cortava as orelhas, pregando-as em seguida num dos lados do logar do suplício, por entre a vozearia do populacho inconsciente, que em aclamações de regosijo e chacota abafavam os gritos estridulosos dos mutilados a estorcer se nas vascas do mais acerbo sofrimento.

E as gargalhadas e chufas estrugiam, estrepitosas e ensurdecedoras, no mesmo instante em que os mutilados, já defeituosos e para sempre impossibilitados, desfaleciam banhados no próprio sangue e vencidos pela dôr.

De então viriam até à actualidade as expressões de raiva, ironia ou ameaça de castigo, ainda usadas pelo mestre de aldeia e até nas cidades da provincia:

— «Arranco-lhe uma orelha! Vou-lhe às orelhas!»

Depois de cumprida a sentença... mais nada!

A pouco numerosa multidão ia-se dispersando aos magotes cada vez mais raros, até desaparecer, enquanto os pacientes, a desfazer-se em dôres e torturas, eram reconduzidos aos cárceres ou a suas casas em catres rodados, conforme o dizer de algumas sentenças.

Estes despreziveis espectáculos, embora não tivessem dias obrigados, nem mesmo fossem objéto de pregão público, em verdade eram frequentes e muito concorriam a desmoralisar e embrutecer o povo, que já assistia indiferente, quando não regosijado com a indecorosa scena.

A' maneira por que o culto dos sermões, missas, jejuns, cilícios, penitências, prègação e procissões se desenvolvia, assim ia diminuindo o amor do trabalho, a iniciativa para os grandes empreendimentos.

O côro das Ladaínhas e Miserere, tanto como o vociferar do povo, o lamuriar e praguejar dos supliciados, a caminho do fim do século já tudo ia abatendo as maiores energias, substituindo a sincera crença nas formosas lendas cristãs pelas práticas do mais sórdido fanatismo, cujo desenvolvimento a própria Inquisição fantasiava ou fazia resurgir para aumentar o número de victimas, matéria prima das maiores vinganças e espoliações.

Para complemento da obra nefasta da bestificação de um povo, não faltou entre nós um outro espectáculo muito mais obcecante: — o dos Autos-da-Fé.

Não eram estes tão freqüentes como as exibições sagradas ou os castigos profanos.

Quando, porém, chegavam a realizar-se por motivo de casamento de Rei, nascimento de Infante ou outras comemorações solénes, davam brado pelo cinismo com que as maiores crueldades se praticavam em pública e provocadora ostentação.

A estranha pragmática mais valorisada era pelo repique dos sinos e pelos sermões altisonantes que todos os altos dignitários do Reino e da Igreja escutavam e às vezes o próprio Rei, emquanto se iam atiando as fogueiras onde os supostos criminosos teriam de esperniar em pinchos de dôr e estorcegões de sofrimento.

Os Autos-da-Fé eram obra do Santo Ofício, que mandava baixar às Justiças Seculares os condenados que tinham de sofrer pena maior ou morte natural.

Na sentença proferida em 1761 contra o Padre Malagrida, acusado de delitos vários, ainda se leram as seguintes expressões de cinismo:

— «Mandão que seja deposto e actualmente degradado das suas Ordens, segundo a disposição e forma dos Sagrados Canones, e relaxado depois com

mordaça e carocha com rótulo de Heresiarca, à Justiça Secular, a quem pedem com muita instancia se haja com elle Réo benigna e piedosamente, e não proceda à morte com efusão de sangue».

Estes Autos foram conclusos à Relação que, no seu «acordão», interpretou a sentença pela seguinte fórma:

— «... o condemnam a que, com baraço e pregão, seja levado pelas Ruas públicas d'esta Cidade até á Praça do Rocio, e que nella morra morte natural de garrote; e que, depois de morto, seja seu corpo queimado, e reduzido a pó e cinza, para que delle e da sua sepultura não haja memoria alguma e pague os Autos».

Pelos termos de rigor e ódio em que esta sentença e acordão foram redigidos a mais de meado do século XVIII, será lícito conjecturar até onde chegaria o cinismo e crueldade da Inquisição dois séculos antes, no momento em que ela imperava incontestada sobre o próprio clero, a nobreza e o povo.

Um mez antes de realisar-se alguma dessas procissões infernais que a história regista com o nome odioso de Autos-da-Fé, saíam garbosos a público em lustrosa cavalgada os Inquisidores, Ministros do Tribunal e mais funcionários, a anunciar por meio de pregões grandíloquos a próxima matança e queima dos hereges.

Soavam as tubas, rufavam os atabales, e a turbamulta corria de todos os lados, pressurosa e ávida de notícias e sensações, a escutar a voz ruìdosa dos pregoeiros, enquanto os cavalos dos Inquisidores caracoleavam irrequietos e soberbos dos seus arrogantes cavaleiros.

Era este o prenúncio de uma cruel hecatombe prestes a executar-se em lugar bem público, às vezes com tribuna real e palanques para os privilègiados.

Desde que, após o século IV, a Igreja renegou a sua origem *de vili plebecula* (a mais baixa ralé) de que tanto se orgulhara, para aristocratisar-se, invocando outras origens que melhor servissem ao seu engrandecimento e conhecidos fins políticos, a sua obra de fanatisação do povo de que se divorciara, foi imensa, auxiliando-o nas suas imaginativas de ódio contra tudo e todos que ela pretendia submeter ou espoliar.

Esta situação foi tão habilmente explorada durante longuissimos anos, que no século XVIII, um autor coevo, referindo-se a um projectado Auto-da-Fé, poude escrever as seguintes frases que ainda hoje se lêem com grande estranheza, embora com muita elucidação:

— «Dizem que terá muito que ver, assim pelo numeroso, como pelo extraordinário, e que haverá muitos blasfemos, apóstatas, renegados, falsários e outras figuras deste género, para cuja vista se tem feito grandes palanques e se alugam janelas a grande preço. O tablado está magnifico, com uma grande varanda para comodidade das Damas, que prometem não perder palavra de todos aqueles processos, e de se regalarem com boa água de neve, enquanto se destinam ao fogo aquelles desgraçados filhos de Adão.» [1]

Um mez depois da cavalgada dos Inquisidores, conforme acima a descrevemos, realisava-se o lúgubre saimento do Auto-da-Fé. Até lá havia no povo uma espectativa repassada de curiosidade, medo e terror. Em poucos pairaria o regosijo.

Fosse como fosse, ninguem usava em público, nem sequér entre amigos, fazer a menor referencia de censura ou de louvor ao fúnebre cortejo. Nem mesmo aos parentes dos presumidos suplìciados era lìcito dar o menor indìcio de queixume ou indignação.

[1] Mendes dos Remedios — *Memorias de José da Cunha Brochado* (1909) — pag. XXIV e XXV.

As devassas, as inquirições, as falsas e as verdadeiras denúncias, tudo impendia como terrivel ameaça sobre aqueles, que ainda estavam livres, mal sabendo se dentro de alguns instantes seriam presa dos esbirros, que os lançariam nas masmorras acanhadas insalubres e mortíferas da Inquisição, acusados de judeus, herejes ou feiticeiros!

O mez que mediava entre o pregão público, ao qual já nos referimos, e o dia da execução geral, passava-se em obras e outros preparativos.

O Cadafalso da Ribeira era em Lisboa o logar adequado, mas em outras praças públicas se fizeram tambem estas celebrações.

Havia grande faina durante esse mez com o levanda de estrados e tribunas, destinadas aos membros do Tribunal eclesiástico da Diocese, aos Juizes, Inquisidores, Fidalgos e mais pessoal integrado na celebração.

Tambem se armavam palanques para o povo, cuja presença a estes actos se considerava conveniente.

Fazia-se um docél para o Inquisidor Geral, um tablado mais pequeno para os ledôres e um púlpito para o prègador. Quando o Rei prometia assistir, preparava-se-lhe um trôno riquissimo de estofos, mas sempre menos alto do que o docél do Inquisidor.

Passava-se tudo isto quasi a sós, entre os artifices e os interessados, porque os curiosos eram poucos, com receio de serem denunciados por anònimos, visto que, durante a instrução dos processos, nunca aos supostos réus era dado conhecer os seus denunciantes nem as testemunhas acusadoras.

Com os preparativos externos coincidiam os internos.

Fidalgos, Inquisidores, Familiares, Deputados da Inquisição, todos se entregavam à tarefa de burnir e renovar os seus trajos, fardas e roupetas, enquanto os supostos condenados agonisavam em masmorras, na tenebrosa espectativa de morrer queimados ou garrotados.

E tinham de disfarçar a dôr, por não agravar a situação, visto que, noite e dia, ao lado de cada penitente permaneciam dois frades de Crucifixo erguido aos Céos e livro de Horas na mão, a ouvil-os de confessionàrio e a apontar-lhes o caminho da bemaventurança.

Chegado o dia fatal, das seis às seis e meia da manhã, levando grande Crucifixo à frente, saía da Igreja da Misericórdia o cortejo dos Grandes, entestados pelo pendão da mesma, que seis irmãos da Confraria, empunhando tochas, rodeavam a formar a abertura do séquito, onde a clerisia e muita «gente honrada» se incorporava a modos de procissão.

Atravessavam as ruas de Lisboa, entoando Salmos e dirigiam-se ao logar destinado ao Auto-da-Fé, onde os aguardavam, acaso já sentados nos logares que a pragmática lhes atribuía, os Familiares, Deputados, Inquisidores, ledôres de sentenças, escrivães, o Provisor com a Relação do Arcebispo e outras entidades, todos com as suas vestes talares, os seus distintivos, as suas togas e capas ornadas de cruzes brancas e negras bordadas a fio de ouro.

Lá bem no alto, junto ao docél onde o Inquisidor Geral tomava assento, estadiava soberbo e arrogante, desfraldado ao vento, o estandarte vermelho da Inquisição, franjado, tendo a um lado urdidos a oiro, como símbolos de força e glória, uma espada e uma corôa de loiro.

Uma centena de carvoeiros com as suas achas e piques iam entretanto serrando e partindo os toros e

dispondo-os em tantos queimadeiros, quantos os precisos para os presumidos condenados ao fogo.

Dos arredores e de todos os recantos da cidade corria o povoléu em chusma a amontoar-se nos palanques onde se alcandorava, e a encarrapitar-se no espinhaço e beirais dos telhados moiriscos ou à embocadura das vielas e betesgas circumjacentes.

Os mais curiosos de ambos os sexos, apesar do horror que o Auto-da-Fé lhes infundia, não deixavam de apressar-se, acotovelando-se rudemente para tomarem logar, antes que os penitentes chegassem.

Não se faziam estes esperar. Durante a noite anterior, à hora de estarem entregues ao mais profundo sôno ou de rezar mais fervorosamente, aterrados pelo muito que padeciam, vinha o ruidoso correr do ferrôlho sobresaltá-los.

Penetravam os carcereiros com archotes acesos e o Alcaide da prisão ia-lhes entregando, a um e um, apertadas véstias de pano preto, rajado de branco, com mangas estreitas que lhe chegavam aos pulsos e calções esticados da mesma fazenda e côr, compridos até aos calcanhares.

Obrigados a sair por alta madrugada, eram os presos conduzidos ao pátio grande da Inquisição, onde os enfileiravam para receber os fardamentos do suplício.

Então traziam-lhes em trouxa os fatos que pelo Regimento lhes eram adequados, em harmonia com os delitos que lhes imputavam.

De Diminutos se classificavam os que faziam confissão incompleta dos seus erros, e não conseguiam dar com o nome de todos os seus desconhecidos acusadores. Esperava-os a decapitação seguida do fogo.

«Negativos» chamava a Inquisição àqueles que, depois de terem sido obrigados pelo tormento a de-

nunciar parentes, amigos e conhecidos, não acertavam com o nome exacto dos que os tinham denunciado.

Se nem na hora de sofrer novos tormentos satisfaziam a torpe exigência, logo mereciam o epíteto de — negativos impenitentes.

Destinavam-nos a ser queimados vivos, salvo o caso de então adivinharem todos os seus denunciantes, pois logo a piedade do Santo Ofício comutáva-lhes a pena... em açoutes, galés, degredo ou cárcere perpétuo!

Se aqueles, uma vez acusados de um delito, reincidiam, cometendo-o segunda ou terceira vez, logo mereciam o nome de — relapsos.

Como herejes-contumazes se condenavam os que, depois de verdadeira ou caluniosamente acusados de heresia, nela teimosamente persistiam.

Assim classificados, à hora de terem de dirigir-se ao logar do suplício, a uns obrigavam a vestir Samarras, que consistiam numa opa de côr pardacenta, aberta aos lados e dependurada dos ombros. Chegava-lhes apenas um pouco acima dos joelhos. Nas costas e no peito eram salpicadas de uns símbolos em fórma de chamas, a que davam o nome de — fogo revolto.

Para outros que, perante a perspectiva do fogo, confessavam tudo quanto se lhes exigia, as Samarras eram amarelas, e, em vez dos símbolos do fogo revolto, tinham na frente e por detrás as cruzes vermelhas de Santo André, em diagonal ou aspa a toda a altura da vestimenta, feitas de largas e longas faixas vermelhas.

A'queles que a Inquisição considerava irremediávelmente perdidos, distribuiam-se enfim os Sambenitos, cujo nome era a corrupção irónica da frase — *Santo! Bemdito* seja ele! — que os judeus costumavam pronunciar em sinal de acatamento cada vez que pretendiam mencionar o nome de Jahvé ou Jehovah.[1]

Eram de feitio aproximado ao das samarras, tendo, porém, pintadas a vermelho scenas infernais, demónios, chamas e tições.

Perto da orla inferior dependuravam-lhes dísticos difamatórios, tais como: — «queimado por hereje relapso», «por convicto negativo», «por hereje contumaz» e outros semelhantes.

Como pungente sarcasmo, colocavam-lhes sobre a cabeça uma espécie de grandes mitras, feitas de papelão esbranquiçado, a que se dava o nome de — «carochas» — egualmente serapintadas de chamas e demónios.

Várias cerimónias e peripécias acompanhavam durante bastante tempo este macabro serviço de guarda-roupa, doloroso representativo doutro tanto sofrimento para os pacientes.

Por aqui não ficava, porém, a fereza dos Inquisidores, cuja intolerância os levava aos últimos desvarios da perseguição. Tomando a si a ingrata missão de vingar os excessos da Reforma, visavam a dominá-la pelas práticas do terror.

A essa longa fileira de condenados de ambos os sexos que, vestidos de penitentes e empunhando tochas amareladas, êles iam metendo na forma, para em fúnebre cortejo conduzi-los a dois e dois ou a três e três ao logar do suplicio, juntavam-se outras exteriorisações de preversidade.

Já prèviamente preparados, apresentavam-se tambem, levados à mão e aos ombros dos esbirros da Inquisição, lúgubres caixões das ossadas daqueles

[1] Alb. Bessa — *A Giria Portuguêsa* — Prefácio — XX.

que, acusados antes ou depois de falecidos, víctimas da doença ou da tortura, tinham de sancionar pela presença dos ossos a confiscação dos seus bens para melhor satisfazer aos olhos do público fanatisado o espírito megalomânico dos crueis julgadores.

Algumas vezes em tais féretros continham-se os restos de supostos réus, cujo interrogatório se tinha feito, decorridos já dez e doze mezes após o momento da prisão.

Casos houve em que os presos só eram chamados a confessar o motivo da prisão, muito tempo depois de terem morrido!

Estes caixões eram igualmente de um amarelo esbranquiçado com salpicos de fogo revolto e figurinhas apocalípticas em vermelho.

Nem os acusados, ausentes ou foragídos, escapavam à vindícta. Faziam-nos comparecer em estátua, e assim os incorporavam, como símbolo no saímento, para serem queimados no Auto e sequestrados os seus haveres.

E tudo isto se ía passando pela calada da noite até alta madrugada, a sós e a dentro do pátio da Inquisição, donde pela manhã, já tudo bem ordenado e a ponto, saía o préstito macabro a crusar as ruas e travessas até ao logar do suplicio.

Rodeava-os a clerisia das Paróquias, os Corregedores e Alcaides da Cidade, os Beneficiados, as Irmandades de S. Martinho, Santiago e outras.

A' frente, a servir de abertura à triste procissão, ia um grande Crucifixo, ao qual se seguiam outros menores a separar as várias categorias de condenados.

Como torpe pragmática, os crucifixos, quando de costas vòltadas para algum turno de pacientes, indicavam que a Igreja retirava-lhes toda a protecção do Céu, abandonando-os às Justiças Seculares que logo os rodeavam.

— Préstito magnífico! diziam os Inquisidores nos seus Relatórios.

Que triste magnificência deveria ser aquela dum acompanhamento de casúlas, estólas e sobrepelizes, hábitos de monge, Irmandades e Confrarias, soldados, cavaleiros de pique no talabarte, piões de couraça reluzente com suas alabardas e arcabuzes, tudo a fazer cêrco e guarda a essas dezenas de vítimas cabisbaixas, que em trajo grotesco e humilhante eram conduzidas ao sacrifício, como se as levassem para um festim!

E festim era, porque só se realisava por ocasião de comemorações públicas e grandes solenidades!

A chegada deste segundo cortejo ao local onde o primeiro já estava acomodado e a postos nos seus respectivos logares, constituia sempre um número importantíssimo do tremebundo espectáculo.

Certamente, nem os comparsas da fúnebre festança, nem a multidão dos populares, assistentes e ávidos de estranhas sensações, conseguiriam abafar esse rumor esquisito, simultâneamente feito de prazer e dôr, de fé e ódio, ao aproximar-se o momento das execuções.

Feitas as cerimónias preliminares e trocados os cumprimentos e mesuras que a pragmática de então impunha, a um sinal convencionado rompia em côro geral o *Veni Creator Spiritus* que todos os circunstantes, incluindo o grande público, acompanhavam contritos e convictos, enquanto os esbírros, sob a cínica inspecção dos Familiares do Santo Ofício, iam amarrando atráz das costas as mãos dos pacientes, para evitar-lhes o esbracejamento no acto da tortura.

A's vezes dizia-se também missa rezada ou cantada em altar, erguido no próprio recinto do Auto.

Na altura conveniente fazia-se um profundo silên-

cio, acaso apenas perturbado pelos involuntários gritos de dôr dos condenados, e todos aprestavam os ouvidos para escutar o prègador que subia ao púlpito a exaltar a Fé e engrandecer a terrífica obra de extermínio, que a breve trecho teria de seguir-se.

Este sermão panegírico onde havia que desenvolver grande habilidade e artifício, era sempre confiado a orador conspícuo e afamado de recursos oratórios e acuidade de espírito.

Para melhor ilucidação aqui damos um trecho ao acaso, d'entre os muitos que abundam nos velhos sermonários portuguêses.

> «Estai certos que, se ficardes na vossa incredulidade (disse o prègador, dirigindo se aos que iam morrer queimados) [1] negando ser Cristo verdadeiro Messias, negando ser verdadeiro Deus e homem, não poreis pé, nem ainda tereis vista de bemaventurança que Deus nos tem aparelhada.»
>
> «Este é o *Dixi* do Deus por David. Esta foi a última clausula do Sermão da Fé que fez aos judeus; isto é o que Deus promete aos que de verdade se não convertem: *desterro do Céu, fogos eternos, tormentos para sempre em companhia dos demonios.*
>
> «Eia, pois, irmãos meus, eia, eia, abri esses olhos, que ainda estais em tempo para

[1] Sermão prègado pelo jesuita Manuel Fagundes, no Auto-de-Fé realisado em Coimbra, na Praça de S. Bartolomeu em 4 de Maio de 1625 — *Apud* A. C. Borges de Figueiredo — *Coimbra Antiga e Moderna* — p. 31-32.

> de tudo isto poderdes escapar, e a vós, em particular, que ahi estais para serdes relaxados ao braço secular, vos declaro da parte do Todo Poderoso Deus, que antes de vinte horas esses corpos estarão feitos pó e cinza: e, se vos não convencerdes da verdade, essas almas serão *sepultadas em companhia dos demónios nos fogos do inferno por toda a eternidade.*
>
> «Aproveitai-vos, pois, desse pouco tempo que tendes, pegai de coração com Deus, chamai vossos confessores, descobri-lhes com verdadeira contrição toda a vossa consciencia, fazei verdadeira confissão de vossas culpas, nem as queirais encobrir com capa de inocencia fingida; ponde os olhos em vossos irmãos, em vossos filhos, em vossos parentes, que aqui estão, confessos e com mostras de arrependimento; confundi-vos e arrependei-vos, sendo confitentes verdadeiros de todos os vossos erros, porque d'este modo *podereis ainda escapar do fôgo do inferno que vos ameaça.*»

Seguiam-se os trabalhos pròpriamente ditos dos Autos. Os ledores tomavam os seus logares na bancada e iam lendo as sentenças dos réus ausentes e presentes, por ordem e graduação de penas.

Primeiro as referidas a ausentes que teriam de ser queimados em efígie e as dos já falecidos, que só fôra possível representar pelas ossadas.

Nêstes casos, como em todos os outros, a confiscação total dos bens era sempre obrigada, por mais benévolas que as sentenças tivessem de ser.

Também se liam as conclusões dos processos de Reconciliados de Heresia, que ali mesmo tinham de

prestar o seu juramento de abjuração, após o qual os conduziam ao cárcere perpétuo ou temporário, conforme a gravidade das heresias de que tinham sido arguidos.

Feita a absolvição dos Reconciliados, passavam a ler-se as sentenças dos dirètamente condenados a degredo, prisão temporária ou simples exílio, inculpados de judaizar nos cárceres ou fóra dêles, exercer feitiçaria, inversão de costumes, astrologia extrajudiciária e outras acusações.

Durante todo este pungentíssimo aparato de justiça e devoção, iam os esbirros aprestando-se para bem desempenhar o seu ofício, e examinando a solidez das fincas erguidas sobre os preparados queimadeiros, onde teriam de espernear os sentenciados à morte pelo fogo.

Lidas as sentenças de pena última, o Alcaide do Santo Ofício vibrava a cada um dos condenados uma pancada no peito, significando com ela o abandono da Igreja e a entrega ao Braço Secular.

Eram estes momentos os derradeiros e os mais dolorosos. Consentia-se às vítimas o último adeus aos seus parentes.

Assim se infere de um dos documentos que temos vindo a seguir para a possível reconstituição de um antigo Auto-de-Fé.

Uma carta de João de Melo para El-Rei (D. João III) dá conta do caso nos seguintes e impressionantes termos:

— «Certifiquo a Vossa Alteza que de nenhũa cousa estou tão espantado, como dar Nosso Senhor tanta paciencia em fraqueza humana, que vissem os filhos levar seus Paes a queimar e as molheres seus maridos e huns irmãos aos outros, e que não ouvesse pessoa que falasse nem chorasse, nem fizesse nenhũ outro movimento senão despedirem-se huns dos outros com suas benções como que se partissem para tornar a outro dia.» [1]

Como seria doutro modo numa atmosfera envenenada de suspeitas, numa sociedade repléta de denunciantes e na presença de todas as forças inquisitoriais então preponderantes?

Para maior tortura permitia-se, pois, que os padecentes, antes de ser queimados em vida, se despedissem de suas molheres, maridos, pais, filhos, filhas e irmãos, e pasmava-se da serenidade e aparente resignação com que se apartavam, como se fosse lícita em público a menor satisfação de dôr, que logo se interpretaria como solidariedade pecaminosa e motivo de novos encarceramentos, processos e sequestros!

Deviam ser pavorosos esses instantes em que o povo quasi se esmagaria no apertão para assistir às crueis, mudas e lancinantes despedidas dos entes mais queridos. Separação cruel, feita de amor e ódio, de paixão e revolta, tudo amargurado pela disfarçada ameaça que obrigava a beber as próprias lágrimas e a calar as naturais espansões de sentimento.

Depois de entregues ao Braço Secular, os condenados ao fogo e ao garrote, todo o pessoal maior da Santa Inquisição se retirava, ficando a apinhoar-se ao largo apenas a multidão, ávida de sangueira e carníficina.

No recinto os carvoeiros ocupavam-se em atiar os queimadeiros, e os esbirros iam-lhes por cima amarrando as víctimas aos prumos alçados.

Viam-se cruelmente a postos nos seus logares os verdugos que se destinavam a garrotar antes de quei-

[1] Torre do Tombo — Gav. 2 — Maço 2 — N.º 40.

mados, como acto de clemencia, aqueles que, interrogados pelos Juizes Seculares, declaravam querer morrer cristãos.

Então principiava essa como visão apocaliptica, mais avolumada pelo algazarrear da turba ignara e fanática, a desfazer-se em frouxos de estúpida gargalhada, de cada vez que o garrote estrangulava guela de Cristão Novo, ou quando os padecentes, presos nos postes sinistros, soltavam os derradeiros gritos de dôr ao sentir as labaredas a lamber-lhes as plantas ainda antes que o fogo lhes pegasse nas samarras e sambenitos e o fumo os matasse por asfixia.

Era o momento solene, culminante da hecatombe. Os parentes e amigos iam-se retirando cabisbaixos e horrorisados.

O povoléu, a comprimir-se nos apertões, já embriagado pelo fumegar das carnes e atordoado com o rechinar dos ossos carbonisados das vitimas, atroava os ares com as suas chufas, doestos e chascos, sugeridos pela avidez de vingança e pelos ódios que só o mais sòrdido fanatismo sabe segregar.

Lá fóra, por toda a cidade, dobravam os sinos a defuntos, e no interior dos templos abertos toda a cleresia resava em côro responsos de cinismo e piedosa barbaridade.

No dia seguinte tudo voltava à normalidade; o resto era do dominio dos escrivães e andadores, e limitava-se a enterrar os residuos, arquivar os processos e pouco mais.

O adagiário ressente-se muito da opressão que pairava sobre o povo português; não poude desenvolver-se.

— «Para ser judeu basta ser rico» — segredava-se em família por entre dentes e muito a medo, aludindo ao espírito de saque que orientava os processos do Santo Ofício.

O rei D. João III era muito guloso destas celebrações de que fôra fanático iniciador em Portugal. A's vezes assistia pessoalmente.

—«Senhor irmão, (escreveu ele ao infante D. Henrique), o auto da inquisiçam se fez mui bem louvado seja nosso Sôr, de que eu recebi um grande contentamêto favorecer este negocio.» [1]

A própria gramática era desconsiderada pelo rei nos seus encómios a esta obra horrivel de preversidade, que nem a corrente do século, nem os tantas vezes invocados costumes do tempo conseguem absolver.

---

[1] Torre do Tombo — *Corpo chronológico* — P. I — maço 73 — N.º 16 — autógrafo de D. João III — 15 de Novembro de 1542.

XIII

Judeus e Cristãos

O religioso contentamento de D. João III pelo bom êxito dos Autos-da-Fé encobria os mais sórdidos interesses de um mercenarismo abjecto e tôrpe.

Tratava-se da espoliação dos Judeus, a casta mais util, mais proveitosa e mais adeantada de Portugal naqueles tempos.

Pelos seus cabedais e trabalho, o comércio, a indústria e as rendas públicas cresciam de dia para dia, quando a perseguição veiu mirrar a seiva de prosperidade geral, sendo notória por essa ocasião e a despeito das leis em contrário, a saída de somas enormes de Portugal para Flandres, depois que a Inquisição se estabeleceu.

Só a datar do célebre Edito espanhol d'expulsão dos Judeus de Aragão e Castela (1492), novamente se iniciou na Península a perseguição, não só por motivos de doutrina que eram apenas um pretesto justificativo aos olhos do povo, mas por intuitos de ganancia que o espírito do fanatismo disfarçava.

Os Israelistas passaram então a merecer nomes despreziveis.

Os de Espanha e Portugal tornaram-se odiosos com o epitêto de «Sephardim» — donde provavelmente o apodo pejorativo de — Safardana — ainda

hoje em uso no sentido de pessoa indigna e pouco aceitavel.

Até então, o que entre nós se dera, mais fôra o ciúme e a inveja pelas suas qualidades de esfôrço e deligencia que lhes asseguravam certa preponderancia, do que ódio inveterado contra a raça.

D. Afonso III intensificara a sua protecção; D. Diniz seguiu-lhe as pisadas.

Os Bairros especiais ou Judiarias, em vez de serem opróbio, constituiam antes uma como prerogativa concedida aos Judeus, aos quais a principio era permitido terem magistratura própria — «com dois pares de Alvazis, um Arabi-maior, Arabis-menores» — e outros, adequados a julgarem dos pleitos entre Judeus e Cristãos e realisar a cobrança de impostos. [1]

Enquanto assim se procedeu, foram acatadas as disposições do Concilio de Lião e outras que reconheciam a importancia e conveniencia de tolerar e mesmo respeitar os Judeus.

Nem sempre, porém, poude o espirito de ganancia manter as disposições dos Concilios Católicos.

Como é próprio da natureza humana, os judeus, no uso das suas prerogativas e no exercicio das suas funções, abusavam dos Cristãos, que reciprocamente exerciam represálias.

Demais, os seus oficios de cobradores do fisco, executores de sentenças e outros, tornavam-nos antipáticos aos olhos do vulgo.

Até que a Inquisição fôsse um facto entre nós, a Judiaria viu-se mais ou menos protegida sempre no exercìcio dos seus mistéres, ritos, e costumes.

A despeito de algumas prescrições por méra delimitação de crenças, na generalidade os Israelistas

[1] Oliveira — *Elementos*, etc. — I — p. 230 e nota.

eram aceites e preferidos para o desempenho de certos cargos, realisação de empréstimos, etc.

As dissidencias populares contra eles não tinham aspecto religioso; eram puramente de caracter egoista, filiado em motivos de inveja.

Industriosos, trabalhadores e eruditos, entravam em todas as transações lucrativas, como arrematação de mercados, cobrança d'impostos e semelhantes.

A situação de cobradores fôra-lhes creada pelo próprio Estado que buscava explorar as populações, eximindo-se ao odiôso.

E' pelo menos o que se depreende do proceder de D. João II, quando em Côrtes de 1490 se recusou terminantemente a excluir o Judaísmo das cobranças públicas.

Foi, pois, a cobiça de riquezas e o despotismo do oiro o que mais motivou a profunda dissidencia entre os Judeus e o povo Cristão.

No século imediato, a Igreja por via da Inquisição, havia de tirar o máximo partido desta situação que, tornada insustentavel pelos estimulos do fanatismo, conduziu aos horrores ditirambicos da morte e delapidação.

Retrogradando um pouco, vê-se que já nas luctas intestinas com Leonor Teles até ao advento do Mestre de Aviz, tendo-se os Judeus tornado parciais da viúva de D. Fernando, logo ocorrera a lembrança de saquea-los, acusados de detentores da riqueza.

E o saque iniciara-se nas Judiarias, tendo-lhes valido a protecção do Mestre de Aviz e a dos Condes de Barcelos e Arraiolos que o acompanhavam.

Em verdade o seu papel politico neste momento nada oferecera de simpático. A rainha viúva, como desforço de vingança pela ira popular, entregou Portugal a D. João e D. Beatriz, reinantes de Castela,

que fizeram a sua entrada triunfal em Santarém, com grande pompa e aplauso de muita fidalguia, tendo-se encorporado no cortejo os Judeus, com as suas Touras e Tourinhas, que eram o nome dado por eles aos livros do Pentateuco de Moisés.

Não poude consequentemente ser-lhes favoravel D. João I que, ao subir ao trôno, logo entrou a fazer doações atrabiliárias dos bens dos Judeus, reservando para si os pertencentes a um certo D. David Negro, célebre argentário e politico israelita d'aquela época.

Não tardou, porém, que os interêsses da política já então orientada por sugestões externas, viessem dar nova orientação e transformar as represálias em protecção, mercê do oiro que os próprios Israelitas distribuiam a jorros.

Mas a inveja dos bens, da riqueza e ainda mais das suas faculdades produtivas, despertava a cobiça do Estado e dos particulares. As suas qualidades superiores tornavam-nos odiados, mas indispensáveis.

Obrigavam-nos a trazer como distinctivo uma estrela de pano vermelho, abocada no peito «acima do estômago», no intuito de apontá-los à execração pública.

Proíbiam-lhes tambem ter serviçais cristãos, sob penas graves que chegavam até ao confisco. Nem sequér entrar em casas de cristãos lhes era permitido, com risco de serem açoutados.

A sua capacidade administrativa, porém, era tal que o Estado via-se na contingencia de ter de confiar-lhes a administração dos seus haveres. A própria Igreja entregava-lhes a gerencia dos altares.

As faculdades scientificas e eruditas, aproveitou-as D. João II para dar impulso às navegações. Com efeito eles contavam no seu grémio, astrónomos, cosmógrafos e médicos de saber profundo.

Na côrte deste rei, distinguiram-se Mestre Moisés, mestre José e mestre Rodrigues, todos judeus e notáveis médicos portuguêses, por muitos outros não mencionar.

Na côrte de D. Manuel, entre muitos, avultou pelo seu saber o conhecido Ben-Zacuto — «estrólico d'el-Rey» — como diz a Crónica.

A penetração inicial da Imprensa em Portugal deve-se aos judeus que chegaram a criar em Lisboa uma bela Academia, a principio situada no Bairro da Pedreira, entre a Igreja do Carmo e da Trindade, tendo-se depois mudado para o Bairro da Conceição. [1] Manteve o Monarca atenções grandes para com a judiaria, quiçá instigado pelos interesses materiais. Ao tratar-se da permissão de transito e hospitalidade aos expulsos e foragidos das perseguições que Espanha lhe promovera, teve o Rei de resistir à opinião contrária manifestada em Conselho.

Que outro móvel haveria, porém, na solução deste pleito a favôr dos Judeus, senão o de atraí-los para melhor os espoliar?

Os factos subsequentes confirmam-no. Ha memória de seiscentas familias israelitas terem pago por sessenta mil cruzados o direito de residencia em terras de Portugal. [2]

Com efeito, depois de privados os judeus espanhois de tudo quanto arteiramente fôra possível extorquir-lhes, azedados já os ânimos pela supremacia daqueles, perante cujo oiro forçôso era curvar, iniciou-se uma perseguição canibalesca. O roubo, a mor-

---

[1] *Mem. da Litt. Sagrada dos Judeus no Sec. XV* — cap. IV.

[2] *Memorias Manuscritas da Ajuda* — fls. 193 — *apud* Alex. Herculano — *Origens*, etc.

te, a caça ao judeu tornou-se um espectáculo quotidiano.

Eram uns reduzidos à servidão, outros embarcados e entregues à soldadesca indisciplinada de Arzila e Tanger, e ainda outros enviados para a ilha de S. Tomé, então deserta e infestada de crocodilos.

E enquanto Dinamarca, Escócia, Espanha, França, Inglaterra, Noruega e Portugal levantavam uma guerra de morte contra os judeus, espoliando-os, perseguindo-os e expulsando-os, o Pápa que secretamente inspirava este movimento, abria-lhes os braços, admitia-os, dava-lhes guarida nos seus Estados, nas Repúblicas da Alemanha, na Boémia, na Hungria e na Italia.

O espirito de espoliação subsistiu e confirma-se em tempos de D. João III. As prolongadas e dificílimas negociações para introduzir a Inquisição em Portugal são eloquentemente reveladoras de que os motivos religiosos que se invocavam, só serviam para mascarar os intentos de rapina que o Catolicismo acobertava.

Embora em politica não se passem recibos, em verdade escaparam á voragem dos séculos documentos deveras comprometedores e comprovativos de que, então como hoje, procediamos com uma leviandade infantil na solução dos mais graves problemas sociais e administrativos que se nos deparavam.

Um dos nossos maiores erros, cujas consequencias ainda actualmente estamos sentindo, foi a perseguição sistemática aos judeus portuguêses sob o ponto de vista mesquinho da espoliação.

Verifica-se que, durante as demoradas negociações para introduzir o Tribunal da Inquisição, quando Roma propoz conceder plena liberdade para doutrinar, catequisar, perseguir, queimar e expatriar, só recusando-nos o direito de expropriação e sequestro

dos bens dos Judeus, D. João III recusou-se terminantemente a admitir a Inquisição que com tantas instancias solicitava, embora esta viesse fortalecida com todos os poderes para o bom serviço de Deus!

Nas demoradas negociações para a introdução do Tribunal da Inquisição, Braz Neto, o negociador, em carta ao mesmo monarca, mostra que em Roma considerava-se a impetração do rei como um desejo de força para espoliar as riquezas judaicas.

— «Faley a Santiquatro nisto—diz o documento—; acheyo um pouco áspero e disse-me que isto parecya que se ordenava para proveyto e aqueryr as fazendas desta gente» (os Judeus). [1]

Quem pormenorisadamente examine toda a complicada história das perseguições durante o periodo que vimos estudando, certificar-se-ha de que o Judaísmo em Portugal foi uma fonte inesgotavel de riquesas, extorquidas a pretexto de peitas, suborno, concessões e espoliações, ora pacíficas, ora com caracter violentíssimo.

Nos momentos de perseguição, as medidas tomadas eram de um rigor cuja simples recordação aflige.

Não se lhes consentia ausentarem-se do Reino, nem dispôrem dos seus haveres e riquezas, muito menos para fóra.

Fugiam uns para as Conquistas em Africa, India, Madeira e Açores, simulando que iam para lá viver, no intuito reservado de melhor poderem safar-se para onde fossem menos perseguidos.

Refugiavam-se outros em Castela e na Galiza. Se, porém, eram apanhados em flagrante de fuga, per-

[1] Torre do Tombo — *Corpo Chronologico* — Parte I — Maç. 40 — N.º 102.

diam fazenda e iam degredados para a ilha de S. Tomé, que a este facto deve muito da sua prosperidade.

Chegou a proïbir-se-lhes negociar com os Cristãos. Nem vinho lhes era lícito fornecer às tabernas, sob pena de pezadas multas, confisco e açoutes.

No século XV falava-se muito do — «Vinho christengo» — por oposição ao — «Vinho judengo», que se considerava adulterado e prejudicial à salvação das almas.

A moderna expressão pejorativa de — «Vinho bàtisado» — para significar vinho em que o taberneiro misturou água, deve ser uma sobrevivencia já inconsciente da remota tradição.

Quando presos na provincia, vinham os Cristãos Novos, de cadeia em cadeia, até Lisboa, sofrendo dos carcereiros por todo o caminho as maiores extorsões e tambem suplicios, cuja intensidade era maior ou menor, segundo as importancias de que dispunham para suborno.

A tributação especial que sobre eles incidia, era imensa. Em memória da lenda que lhes atribui a venda de Cristo por trinta dinheiros, suportavam por cabeça um imposto vexatório, conhecido pelo nome de — «Juderega» ou «Judenga».

O Rabiado ou Arabiado era um outro tributo que se viam obrigados a pagar para a Corôa, além dos impostos gerais e ainda outros cuja enumeração seria enfadonha.

Os Cristãos chegaram a tratá-los por nomes deveras injuriosos, como — cães, perros, rabudos, marranos ou marrões.

Esta última designação, significativa de «suino desmamado», certamente ligava-se com o tabú mosaista que lhes proíbia comer carne de porco.

Apoia-se um pouco a conjectura n'um antigo adágio que Antonio Delicado registou:

— «A Judeu nem a porco, não metas no horto.»

Vê-se aqui, não só a aliança pejorativa do judeu com o porco, mas ainda a ideia de pestilencia e mau contágio, então já atribuída aos suínos, que a profiláxia moderna por isso mesmo não tolera em convívio com as povoações urbanas.

D'aqui nasceu a generalisação de que os Judeus eram impuros e cheiravam mal.

Não tinhamos o exclusivo d'este preconceito. Os da Àlsacia ainda hoje tratam irònicamente os Judeus pelo nome de — «Stinker» (fedorentos).

Na Beira Baixa ainda corre uma trova popular que résa:

> «Vila Nova, Vila Nova,
> Vila Nova de Foscôa,
> Se não fossem os Judeus
> Vila Nova era bôa. [1]

Nas revoluções do princípio do século passado cantava-se — «Fóra, malhado! chiça, Judeu!» —, embora não faltasse quem, desde os velhos tempos viesse antecipadamente modificando o conceito com est'outro anexim: — «Não estavam todos os Judeus na Rua Nova» — a significar que nessa espécie de antiga Rua dos Capelistas, não só os Israelitas, mas tambem os Cristãos se entregavam à usura.

Do velho ódio artificialmente inveterado, subsistem expressões ainda hoje empregadas com esquecimento da intenção inicial, como esta: — «Judeu! Judiaria!» — no sentido de acção má ou pessoa que pratica crueldades.

---

[1] Thomaz Pires — *Cantos Populares Portuguêses* — N.º 9723 — IV — 325.

«Os judeus da Finança» é expressão vulgar, de emprêgo generalisado por toda a Europa.

Muitas reminiscencias da velha Judiaria existem no anexirismo português. Mas reconhece-se que se fixaram a medo, só subsistindo as de espirito pejorativo, embora não tivesse faltado quem, durante os ominosos tempos da perseguição, as encarasse com maus olhos e surdamente se insurgisse.

Bom exemplo encontramos, por muitos outros não citar, no caso de um bispo do Funchal — D. Diogo Pinheiro — e de um outro do Algarve, que, conhecedores da verdadeira origem das perseguições aos Judeus, protegiam-nos quanto possivel e sem compromisso dentro do meio em que viviam, mandando repetidas vezes em paz os acusados, cujos processos lhes corriam pelas mãos.[1]

Na tremebunda esgrima do Estado para a espoliação de uma classe social, tambem os Judeus tinham criado os seus preceitos de defeza, entre eles passados em provérbio que só a condição de vencidos impediu de se generalisarem.

As lutas continuavam tremendas, e a deshonestidade era já tanta, que o próprio Pápa Clemente VII se sentiu cair das nuvens e publicou a célebre bula — «*Nos autem qui non sine gravi mentis nostra perturbatione accepimus quod...* etc.» — em que, como represália e cheio de indignação, proclamou para os Cristãos-Novos um perdão geral, não hesitando em assumir pessoalmente a responsabilidade do que pudesse advir.[2]

Tudo, porém, baldado! O Tribunal do Santo Ofício que fez noventa mil processos em Portugal, condenando trinta e duas mil pessoas e matando só pelo fogo mais de mil, não foi obra exclusiva de D. João III. Tanto êste como D. Manuel serviram, também inconscientemente, os interesses sugeridos pelas deploráveis lutas entre Francisco I e Carlos V.

[1] Alex. Herculano — *Hist. das Origens*, etc. — Parte III.
[2] Torre do Tombo — *Bullas*— Gav. 22—Maço 2 — N.º 11.

Eles e os Pápas Clemente VII e Paulo III procederam e houveram-se no decurso das negociações para a expoliação dos Judeus e introdução do pavoroso Tribunal, não de «motu» próprio, mas impelidos pelas influencias e sugestões dos dois grandes imperadores, que então eram os árbitros dos destinos da Europa.

A ambição do sonhado Quinto Império, de que D. Manuel I aspirava fazer-se proclamar Imperador, tirou-lhe todas as energias para proceder. A D. João III, por menos atilado, venceram-no pelo fanatismo.

Póde com segurança afirmar-se que o negócio da Inquisição e da Judiaria foi um terrivel sindicato, como modernamente sóe dizer se, em que Portugal e Roma, ou fossem D. João III e Paulo III, embora accionados, ora consciente, ora inconcientemente, pelos dois grandes árbitros, buscavam tirar as máximas vantagens da perseguição sistemática aos Judeus.

Já nesse tempo não eramos tão independentes como em geral se pensa. Até mesmo em relação à visinha Espanha, os nossos destinos andavam dependentes do capricho dos Reis, nessas vergonhosas lutas palacianas para a escolha de noivas, com cujos dotes e heranças se tornasse possivel o ambicionado Quinto Império.

A insistencia de D. João III para que se apressasse a introdução do Tribunal maldito, obedecia às sugestões arteiramente provocadas por Carlos V, interessado em desencadear em Portugal a mais furiosa perseguição aos Judeus.

Por outro lado auxiliava-lhes quanto possível o

exodo para o norte; a fim de que, com sua inexcedivel actividade e sabedoria, fossem fomentar a riqueza e prosperidade dos Países Baixos, em cujo engrandecimento se achava muito empenhado.

Com efeito, a preço da nossa maior decadência prosperaram e desenvolveram-se os paízes do Centro e Norte da Europa.

Spinoza, grande filósofo, fundador d'Escola e propugnador de princípios libérrimos em obras que ficaram e se lêem, nasceu em Amsterdão, filho de pais Israelitas portuguêses, que daqui fugiram às perseguições.

Por toda a Belgica, Alemanha, Dinamarca, Holanda, Escandinavia e Rússia ainda abundam nomes portuguêses de homens notáveis na sciência, no comércio e na indústria, representantes da velha Judiaria, que de Portugal conseguiu escapar às fogueiras.

Por mais friamente que se deseje comentar a história dêste nefasto período, sentimo-nos invadir pelo pavôr, ao considerar toda a extensão dos prejuízos que nos advieram do espantoso erro, gerado no conluio da Igreja com o Estado para arrancar ao paíz o melhor da sua seiva, o mais vigoroso des seus braços, o substractum das suas energias morais e materiais, em proveito de outras nações, que bem souberam aproveitar-se dos nossos desperdicios.

O influxo terrorista comunicado pela Inquisição à sociedade portuguêsa com a desvairada perseguição aos judeus, imprimiu à literatura nacional, já nos fins do século, um caracter de misticismo doentio, que só muito tarde e dificilmente veiu a desfazer-se e não de todo. Ainda hoje ele se faz sentir entre nós, subsistindo nas fórmulas lamuriosas da melopeia do Fado, que o povo muito sentimentalmente continúa a apelidar — o Choradinho!

A brecha aberta na sociedade portuguêsa pelo terrorismo das espoliações e expulsão dos Judeus pode e deve considerar-se irreparavel.

Este monstruoso crime nacional cimentou para sempre a miséria de que não mais conseguiremos libertar-nos.

Com a perda dos Judeus desapareceu de entre nós toda a actividade comercial e industrial de que eles eram detentores.

Naquela época os braços da agricultura, já dizimados para tripulação das Armadas e guarnição das Fortalezas de além-mar, mais escassearam, e os impostos tiveram de ser aumentados e repartidos pela população remanescente, assim determinando gravissimas perturbações em consequencia dos judeus espoliados, mortos ou fugidos, serem muito naturalmente os que d'antes maiores contribuições pagavam.

O contacto com o Oriente, pondo-nos na posse de riquezas quasi gratuítas, e o tráfico dos escravos, trazendo-nos serviçais rendosos, conseguiram tornar entre nós o trabalho cousa desprezivel, só exercida por pessoas de menor categoria:

— «Homem folgazão, no trabalho sonorento.»

Tambem na bôca do povo corria como cousa certa: — «Moço de quinze anos tem papo e não tem mãos.»

Entre as mulheres dizia se:

— «Quando não tenho vontade de trabalhar, deito o fuso a nadar.»

Num autor coevo [1] um dos interlocutores do diálogo comenta:

[1] Martim Affonso de Miranda — *Tempo de Agora* (ed. 1621) — Dial. I *seg.*

— «Há a origem d'este mal (difamação) não aver quem se dê ao bem do trabalho, sendo infinitos os que se casão em fatiota com o descanço e ócio.»

O mesmo, referindo-se aos costumes, diz:

— «Tal está o nosso tempo de agora (século XVI) que tudo a ociosidade acaba; & *o trabalho já de si empoado* ninguem o conhece.» [1].

Ali se queixa uma mulher casada:

— «E eu fuy tão mofina que me ajuntei a hum filho de hum corrieiro sem hum vintém.» [2]

Tambem Faustino, soldado, um dos interlocutores da obra que vamos citando, exclama indignado:

— «Porque quẽ vedes em todo ele (Portugal) que se aplique ao trabalho, & qual que de todo não se entregue á Ociosidade & de maneyra (tal) está introduzido este mal que ainda aqueles que tẽ por obrigação trabalhar, o regeitão & sacodem de sy, abraçando-se com a preguiça» [3].

Tambem entre as condições indispensaveis para se poder ser irmão da Confraria da Misericordia, que então era uma das maiores honrarias de que um homem podia gabar-se, estava a de — «ser izento de trabalhar por suas mãos».

A ociosidade entrara nos nossos costumes. O povo traduzia o espirito da época n'este ditado:

— «Já passou o dia que eu trabalhava e cozia.»

O trabalho continuava a considerar-se entre nós como Castigo de Deus pela transgressão dá primeira mulher da Bíblia, comendo da árvore — tabú.

Só se dedicavam a ele os que não achavam outro meio de provêr às suas necessidades: — «Obreiro pago, braço quebrado.»

---

[1] *Ibid. — Diál. I — 72.*
[2] *Idem — 69.*
[3] *Idem — 73.*

E o povo, notando que os que menos ou nada trabalhavam eram, precisamente como hoje, os que viviam mais prósperos e mais respeitados, lá ia fazendo correr de bôca em bôca o seu anexim de bem simulado protesto:

— «Afanar, afanar e nunca medrar.»

Este espírito de amor pela ociosidade transuda de um outro anexim tambem muito em voga a mostrar a velha vaidade cavaleiresca, que a ninguem permitia descer a trabalhar por suas proprias mãos:

— «Manda o amo ao moço, e o moço ao gato, e o gato ao rato.»

Bem tristonha deveria ser a sociedade de então, onde só era permitido medrar pela preponderancia dos privilégios realengos ou clericais. Fóra d'eles nada mais se tolerava que não fosse a humilhação e a cega obediencia.

Já que nem pelo salário, nem pelo acordo, nem por tácita convenção se podiam garantir meios de subsistencia dentro de relativo bem-estar, isento de subserviencias humilhantes, queria o instinto geral de conservação que se recorresse a processos mais violentos que não foram invento moderno.

Um autor dos fins do século XVI revela-nos a existencia de — «ladrões & corta-bolças & algũs já com gazuhas nas algibeiras para roubar casas». [1]

Os ociosos, constituidos pelos frades, pelas classes privilegiadas, negreiros da escravaria e oficiaes de justiça e administração, mais cuidavam da espoliação do que dos interesses públicos, descurando o aceio e limpeza, agravando as condições gerais de vida com as longas e infectas carceragens, com a protelação dos processos e violencia das confiscações.

---

[1] Duarte Nunes de Leão—*Descripção de Portugal* (ed. 1610) — cap. 84.

Tambem os que ficavam pelos mares ou sucumbiam nas fortalezas de além-mar e os muitos que de noite caíam pelas vielas nas arrancadas traiçoeiras dos fidalgos noctivagos por ocasiões em que acontecia os Alcaides com seus homens de chuça passarem adeante e afastar-se, mais vinham agravar a mortalidade dentro do país, mórmente na Capital.

Como seria pavoroso o aspecto da antiga Lisboa, intransitavel, sem canalização nem lugares de despejo, de noite mais iluminada por cavacos e tições do que pelas lanternas bruxuleantes dos nichos do fanatismo!

Com uma numerosa população de escravos pretos, malaios e mulatos, acotovelavam se homens e mulheres do povo em grande número, trajando muitas de luto pela perda dos seus pais, maridos, irmãos e filhos, desaparecidos uns, encarcerados outros, alguns queimados e quantos mais ausentes e foragidos.

De noite passeavam pelas ruas muitos fidalgos em cortejo, empunhando lanternas de furta-fogo e resando a Via-Sacra com voz roufenha, ao mesmo tempo que de instante a instante se ouvia o toque soturno da campainha, sem que todo este aparato de devoção os impedisse de arrancar do espadim e investir em arruaça e espancamento contra transeuntes inofensivos que amiúde assassinavam.

XIV

Como se dizia adeus ao mundo

Com os espectáculos nada edificantes que deixamos descritos, outros concorriam, não menos aterradôres.

Entre as obras de caridade exercidas pela Casa da Misericórdia, algumas assumiam um caracter lúgubre e deveras confrangente.

A chamada Tumba da Misericórdia destinava-se a enterrar os mortos da Cidade. Aindà os Cemitérios não funcionavam como modernamente. Os cadáveres sepultavam-se dentro das Igrejas ou nos respectivos adros.

Tambem na escolha de sepultura havia uma pragmática complexa. Nem todos mereciam lápide; alguns eram empilhados num só coval e o clero dispensava-os de longos responsos.

Tudo dependia dos pergaminhos do falecido e das disposições testamentárias.

Se o defunto era pessoa de cotação, Duque, Marquez ou Conde, com testamento e largas doações à Igreja, promovia-lhe esta um enterro sumptuoso, embora lúgubre e obcecante.

Os Párocos, Clérigos, Religiosos e mais Confrarias que tinham de tomar parte no cortejo, reuniam-se na Igreja mais próxima, aguardando a hora do saimento.

pressões como estas: — «negregada hora», «vida negregada».

— «Levar uma vida negra» — no sentido de difícil e trabalhosa, é frase vulgarissima.

Ainda hoje o povo, referindo-se às suas máguas e supostos maus pressentimentos, costuma dizer: — «poz-se-me uma nuvem negra no coração.»

Para acusar vergonha, fracasso, desgosto, tortura moral, é frequente ouvir-se por entre explosões de cólera ou de pundonôr: — «Tinjo-me de preto», «Cubro-me de negro» ou «negro seja eu».

E Antonio Delicado já no seu século registou a superstíção da côr preta em vários anexins:

— «Melhor he rosto vermelho que coração negro.»

— «Negra he a ceia em casa alheia.»

A superstição inerente ao preto estende-se aos gatos desta côr por motivos de longa tradição que nos veiu dos confins do Oriente, da India Védica, da Caldêa, e tambem do velho Egito, onde o gato era um «*totem*», não sendo portanto lícito comê-lo nem exportá-lo, e formavam-se expedições a resgatar gatos roubados.

Este animal é tambem o companheiro inseparavel das que se inculcam feiticeiras.

Até hoje ainda se encontram pelas ruas mais escuras das cidades, certas mulheres que dedicam um cuidado especial aos gatos, agasalhando-os e recolhendo-os, mórmente quando são pretos.

E' que na terapeutica supersticiosa, ou seja nos remédios fundados nas supostas virtudes animistas de certas cousas, plantas e animais, o gato preto tem uma particular virtude.

Por não alongar daremos um único exemplo, entre os muitos que nos afluem à memória. Em Bragança,

quando os filhos do povo pretendem fazer falar uma pessoa que, por ter um espírito mau no corpo, não fala, metem-lhe um gato preto na mão e perguntam ao *espritado*, como lá é uso dizer, tudo que se pretende saber e que logo obtém resposta pronta!

Considerando, pois, o gato preto como prenúncio de mau agoiro no intender da superstição, facilmente se descobre a relação metafórica que fez chamar gatos-pingados aos que só por ocasião dos Autos-da-Fé, procissões de Defuntos e saídas da Tumba e do Esquife apareciam em público.

Deixemo-nos, porém, de gatos-pingados, que os novos costumes tudo isso vão cobrindo com o esquecimento e sigamos o préstito da Tumba que se dirigia processionalmente ao lugar donde o defunto, depois da respectiva encomendação, teria de ser levado à Igreja, sob cujas lages ficaria sepultado, para sempre esquècido ou com lápide comemorativa da vaidade humana.

No coice do cortejo encorporavam-se os Mordomos da Vara, tres capelães e um andador, encarregado do peditório para as obras da Misericordia.

E lá iam acompanhados da chusma popular de ambos os sexos que, com seus capuzes e carapuças de dó, repassados de terror e contrição dos seus pecados, rezavam compungidos pelas almas do Purgatório.

A' porta da casa do defunto, a procissão avolumava com os Párocos, Clérigos e Religiosos, conhecidos, amigos do falecido e muito mais povoléu, guloso destes tristonhos espectáculos.

No caminho para a Igreja, o Pároco da freguesia designava o itinerário a seguir e mandava observar uma complicada pragmática de logares e precedencias.

Na profusão de cruzes que faziam parte do fúnebre cortejo, a da Freguezia tinha o seu logar adeante de todas, excepto da da Sé Catedral, quer o respectivo Cabido comparecesse, quer não.

Tambem à Irmandade da Misericórdia era dada preferência à frente de todas as outras, que se íam encorporando por ordem de antiguidade.

A' Bandeira já descrita concedia-se logar de honra à testa de toda a procissão.

As mesmas cerimónias se observavam para a designação dos logares que as pessoas eclesiásticas deviam observar no fúnebre saímento, conforme as suas categorias.

Quando a imensa mole de gente principiava a mover-se em acompanhamento à Tumba, a scena revelava se mais aterradora, com as suas longas alas de Clérigos de tristonho aspecto, cobertos com barretes de canto, feitos de pano preto ou sarja, vestidos negros, assertoados até ao artelho e meias de seda ou de lã da mesma côr.

Empunhando tochas de luz bruxuleante, lá seguiam entoando em voz roufenha as Vésperas, Nocturnos e Laudes dos defuntos, a que o povo respondia com lágrimas e gritos plangentes.

E fôsse noite ou dia, por onde o triste saimento passava, os da rua ajoelhavam, benziam-se e rezavam, enquanto às gelozias de rótulas entreabertas assomavam as filhas de Eva com suas velas de castiçal que depunham nos peitoris, para de joelhos e cabisbaixas melhor fazerem as suas orações e enxugarem as lágrimas de compunção.

Este saímento da Tumba, embora deveras obcecante pelo cerimonial de que se revestia, ainda nos casos de maior sumptuosidade, sempre o era muito menos do que a miserável saída do Esquife.

E' que as lutas hierárquicas para a supremacia

real ou eclesiástica, a loucura da selecção aristocrática, a soberba e o desdém pelos povos avassalados e mais uma infinidade de preconceitos faziam distinções odiosissimas ainda além da morte.

Tal diferenciação até nós chegou e continua a existir, baseada, porém, nuns convencionalismos deveras atenuados, em que a supremacia já só está dependente dos meios e posses dos que falecem.

Não era assim então. Ao preconceito do ouro juntavam-se outros, baseados nas condições de casta, categoria, raça e conduta religiosa.

A Tumba desempenhava, pois, o principal papel nos enterramentos, visto que só deixavam de entrar nela os pseudo réprobos da sociedade de então.

Por isso o grande público generalisou:

— «O que o Berço dá, a Tumba o leva».

Este antigo ditado a par da expressão — «Filho de Algo» — já no século XVI abreviada em Fidalgo, revela-nos a importancia em que os velhos Nobiliários eram tidos, e mostra-nos como a Tumba, com todos os exageros que temos vindo a descrever, era a fórma genérica de enterrar os que a ela tinham direito.

E' que nem a todos cabia a desastrosa honra da Tumba e acompanhamento.

A Igreja impedia que, depois de mortos, os rebeldes aos seus preceitos fossem sepultados, para que debaixo do chão não podesse haver ajuntamento nem comunicação dos seus corpos com os dos fieis! [1]

Ciosa dos seus interesses, não consentia em deixar os créditos por mãos alheias, donde provinha a negação de sepultura àqueles mesmos que, embora morressem arrependidos e confessados, não a indem-

[1] *Constituição de Lisboa* — Liv. IV — Tit. 16 — Dec. II.

nisassem de prejuízos autenticos ou fantásticos, cuja responsabilidade lhes fosse imputada.

Tal era o caso com os roubadores e violadores de Igrejas. E não só estes.

Os usurários manifestos, tidos e havidos por tais, não obtinham sepultura, se antes da morte não restituissem as «onzenas» (juros excessivos).

Desta perseguição *post mortem* nem os Frades Religiosos professos escapavam quando faleciam com bens próprios, contra a Regra, e se recusavam a renunciar a eles.

Ainda por aqui não ficava a perniciosa intolerancia. Aos blasfemos de Deus, da Virgem, dos Santos, conforme rezavam as Constituições, aos suicidas e aos que entrassem em desafio público (duelistas) e seus padrinhos, proíbia a Igreja enterramento em sagrado.

Os herejes, apóstatas schismáticos, seus fautores e defensores, os excomungados de excomunhão maior, os percursores de Clérigos, os interditos, infieis, pagãos não bátisados e até mesmo as crianças em igual circunstancia, ainda que fossem filhos de Cristãos, não podiam nem deviam, no entender da Igreja, merecer as honras de enterramento em sagrado.

Para todos esses, cujo número era muito grande, votados ao ostracismo pela intolerancia do fanatismo, não cedia a Misericordia o seu Pendão, nem a sua Cruz, nem a Tumba fidalga que os veludos revestiam.

Se se tratava de negros ou moiros, como já vimos, houve algumas vezes o recurso dos póços de entulho e a praia onde serviam de suculento pasto aos corvos, aos lobos famintos e cães vàdios, sempre gulosos da podridão, quando a piedade popular não lhes abria por aqui e por ali a esmo algumas covas onde os cadáveres malditos coubessem e ficassem

Para os outros que eram muitos, incluindo escravos, cativos e pobres da porta, caídos pelas ruas ao abandono, ainda a caridade ia até dar-lhes mortalha, quando não a tinham, e a Misericordia mandava sair o Esquife, caixote repugnante e lúgubre, acompanhado apenas de um Capelão e quatro Gatos-pingados.

Dia e noite, principalmente em ocasião de peste, andava o Esquife, espécie de padiola apocalitica, a sós e à calada, a acarretar este lixo humano que promanava dos escorrimentos da intolerancia.

Quando o lúgubre espectáculo, acaso de passagem, se deparava àqueles que pertenciam à casta dos privilegiados, logo eles sacavam das Contas e rezavam-nas todas com o respectivo «Gloria Patriae».

Os desprotegidos, porém, homens ou mulheres do povo, pedintes, cativos e negros, todos de joelhos pelas ruas ou pelas frestas e gelozias, faziam clamor plangente, chorando e carpindo a sorte dos tristes defundos que iam empilhados dentro do pobre Esquife, triste antevisão do que para o futuro a cada um deles estava reservado.

XV

A degenerescencia dos costumes

O período de que temos vindo a ocupar-nos revela que entre nós, ao mesmo tempo que se tornava inconscientemente prolífico o grande movimento da Reforma que, a não serem os descobrimentos marítimos, teria sido abafado, tambem com esses mesmos descobrimentos démos força à Igreja perseguida, tornando-nos assim factores simultâneos da liberdade e da opressão, do progresso e do obscurantismo.

As desastrosas aventuras da India, por exemplo, poderam tomar maior calôr pelo patrocinio que a Igreja Católica lhes dispensou, por lá pretender achar novos campos de actividade e exploração, e alcançar a força de preponderancia que na Europa lhe ia faltando.

Isto sente-se na leitura de Cronistas, poetas e prosadores coevos, que o deixam transparecer em frases soltas.

Já Mariz nos fala daquele «Oriental Império em que parece que a perda da Igreja Catholica da Allemanha & Frãça se vay recuperando.» [1]

---

[1] *Dial. de Varia Historia* — Dial. V — c. IV.

Tambem é curioso que no século XVI o nosso maior apogeu de grandeza só nos tenha deparado o mais profundo abismo de miséria.

Assim como iamos com os quasi ininterruptos descobrimentos de novas terras dando mundos ao Mundo, tambem de mais para mais se nos iam acentuando os sintomas de uma decadencia fisiológica, implicando a depressão de carácter em que hoje tanto entre nós se fala.

Numa obra coeva já citada [1], Teodósio, um dos interlocutores, exclamava:

— «O' intemperança, largueza & devacidão, mãy de todos os vícios & estrada coimbram para o inferno...

«Deus nos acuda, que já as demasias de trajos, modos de iguarias, copia de coches, número de escudeiros de (tal) modo vam em crecimento que afogão as virtudes, condenão as almas, destróem as casas, empenhão os morgados, arrendão as comendas de antemão & por muito menos & em resolução degradam os bons costumes & não gastão as horas como convem & por isso não ha quem senão queixe de injustiças; o (aquele) que merece está encantoado [2], o que adula tem officio (emprego), o que peita (tem) comendas & não ha quem faça bem.»

Um pouco mais adeante exclama-se na mesma obra:

—«...a intemperança do tempo de agora (fins do seculo XVI) gasta as fazendas, estraga as consciencias, faz mil deformidades.»

[1] Martim Afonso de Miranda — *Tempo de Agora* — Dial. III.

[2] Posto de parte, metido no canto.

Os maus hábitos da cobiça do alheio, étnicamente gerada pelas nossas componentes ancestrais, popularizaram-se com a legislação gananciosa de além-mar e fizeram-se mau sestro que até hoje perdura.

Já no seu tempo Antonio Delicado registou alguns anexins que ainda não perderam a oportunidade. Entre tantos, ocorre-nos este: — «Miguel, Miguel, não tens abelhas e vendes mel» — mais de uma vez aqui já citado, por ser frequente no século de que nos estamos ocupando.

Tambem hoje se diz: — «tão bom é o ladrão como o consentidor» — mera variante do antigo: — «não ha ladrão sem encobridor».

Nem a lealdade, nem a lisura do comercio era superior à que modernamente tornou possiveis os novos-ricos:

— «Ou me darás o potro ou te matarei a égua.»

E tambem àquele tempo se dizia: — «Mostrais ourelo & fugis com o panno.»

O século que, com a revolta liberal de Zwinglius na Suissa, a publicação das noventa e cinco teses de Lutero contra as indulgencias, e a queima da sua bula de excomunhão e decretais do Pápa em Wittemberg, conseguira proclamar o Livre Exame, provocando e apressando a grande renovação das Sociedades humanas, veiu a ser em Portugal a determinante da maior depressão moral e decadencia económica.

Toda essa nevrose epopaica que nos fizera aparentemente grandes aos olhos do mundo inteiro, depois da desastrosa catástrofe de Alcacer-Kibir que a educação cavaleiresca de um povo determinara, conduziu nos à pusilanimidade em tempos do Cardeal D. Henrique, e liquidou na última das vilanías: — a submissão de Portugal ao Demónio do Meio Dia, com aquiescencia e sórdida cumplicidade de D. Cristovam

de Moura e outros funcionários e fidalgos portuguêses!

Ao contacto das riquezas e da malícia de além-mar, os velhos tempos com os seus bons usos e costumes tinham-nos desaparecido.

Os jogos de armas, o desafio da brida e do ginete, a corrida, o arremesso da barra, o jogo da lança, o salto «& outras desenvolturas de pé & de cavallo», como diz o Cronista, iam esquècidos.

O mau contágio, influindo-nos profundamente nos hábitos e costumes, acabara tambem por deformar-nos o carácter.

Desde as primeiras navegações costeiras ao longo da Africa Ocidental, criára-se entre nós o luxo e a ostentação de possuír numerosos escravos.

Com isso mais afrouxámos no trabalho próprio, que passámos, fidalgamente grotescos, a confiar às récuas da escravaria.

Não cometeremos grande erro avaliando em mais de milhão e meio o número dos negros e malaios que durante o século XVI importámos para servir-nos em tudo e para tudo, além do tráfico vergonhoso que com eles faziamos em terras mesmo de Porgal.

Em Braga, diz-nos um viajante alemão que entre 1465 e 1467 nos visitou [1], vendiam-se os negros «à maneira dos carneiros».

O viajante acrescenta na sua narrativa que o Rei possuía três cidades em Africa, «para a qual região costuma mandar anualmente um exército, e nenhuma expedição, por pequena que seja, volta tão leve

[1] *Itineris a Leone de Rozmital, nobili Bohemo annis*, 1465-1467 *per Germaniam, Angliam, Franciam, Hispaniam, Portugaliam atque Italiam confecti* — Stuttgart 1844 (impressão).

que não traga *perto de cem mil pretos ou mais* de toda a idade e sexo».

Estava em costume reunirem-se homens de outros paizes e virem comprá-los a Braga «em cuja venda o rei colhe maiores lucros do que em todos os tributos do seu reino, pois o mais pequeno preto é vendido por doze ou treze moedas de oiro (*aureis nummis*) [1].

Esse acrisolado patriotismo nacional que aos poetas continua dando elementos para primorosos alexandrinos, onde a heroicidade dos nossos pioneiros do mar se canta em todos os diapasões, veiu no final do século a rematar na mais abjecta humilhação das classes privilègiadas e dirigentes — o clero e a nobreza — que, em torpe conluio com Cristovam de Moura, com os bispos de Leiria e Portalgre, o marquez de Vila Real e tantos outros traidores, prepararam a entrada triunfal do rei intruso, sem maior resistencia do que a do pobre Prior do Crato, e com manifestações da mais deprimente cobardia.

Francisco Manuel de Melo, o infeliz perseguido cuja memoria ilustre o incansavel investigador Edgar Prestage modernamente rehabilitou, tambem nos deixa ver o afrouxar do nacionalismo em expressões como estas:

— «Não ha terra mais nossa que onde melhor nos vay. E segundo esta regra, por Deus, meu fidalgo, que mais de quatro homens honrados são de por hi além» [2].

Este afroixamento moral confirma-se pelo velho ditado:

[1] *Ibid.* Tradução de Manuel Bernardes Branco *apud* Portugal e os Estrangeiros — II — 180.
[2] Centuria I — Carta LXXXV — (ed. 1649).

— «Ao bom varão terras alheias sua patria são.»

Modernamente em uma parafrase de acordo com o velho ditado, dizem os filhos do povo com desdém e desprendimento: — «A minha terra é onde se ganha dinheiro.»

Foi esta situação geral de abatimento o que fez que aos legítimos pretendentes à Corôa, vaga pela morte do Cardeal D. Henrique, faltasse a coragem para auxiliar D. Antonio, Prior do Crato, ou para dirètamente contestar a D. Filipe de Espanha os falsos motivos que invocava.

Os Inquisidores, tanto como os Lentes de Prima e Sesta, e outros das Universidades de Evora e de Coimbra fizeram ostentação da sua baixesa em mensagens indecorosas que a História regista com repugnancia.

Só o Braço Popular tentara resistir. Malogrado empenho por falta de direcção e estímulo!

Ainda em Côrtes propoz medidas de resistencia e saneamento moral, procurando impedir os subornos que os agentes de Filipe com facilidade conseguiam sobre as maleaveis e degeneradas consciencias dos portuguêses.

O hábito de genuflexão, porém, adquirido nas rezas e nas devoções religiosas, estendera-se à vida política e generalisara-se no espaço e no tempo, chegando até à actualidade, onde o elogio e a humilhação mascaram muito amiude a sordidez de ânimo e a corrupção política.

O rei Filipe, antes de entrar em Portugal, tratara com traidores portuguêses de todas as categorias, aos quais com facilidade subornou, comprando-lhes os Castelos e peitando-lhes as tropas.

— «As virtudes robustas dos nossos avós, os sacrificios e a abnegação dos pais, o culto da honra e o respeito das obrigações sagradas, diz Rebelo da

Silva,[1] eram nobres excepções nesta sociedade corrompida. A regra consistia em cada um olhar para si e estender a mão.

«Poucas foram as portas a que bateram as seduções, que não as patenteasse logo a venalidade.»

No final do século a vida portuguesa assumira aspectos deveras pavorosos de humilhação e despotismo.

Interpretando um mau costume, a lei veiu a impedir a entrada de Ciganos, Arménios, Arábios, Persas e Mouros de Granada em Portugal.[2]

Os fogos de vista por ocasião de procissões foram em 1610 proíbidos, tanto como «bailos, nem tangeres, nem ajuntamentos de escravos», como dizia a Lei.[3]

O estado geral de abatimento, a depressão de caracter, a preversão dos costumes, o espírito miseràvelmente ganancioso, tudo agravado pelos horrores da peste de 1578, que em 1580 ainda durava, dizimando vidas em todo o Reino, são factores que vieram facilitar a marcha incontestada dos exércitos do Duque de Alva.

Quasi sem resistencias, por assim dizer, foram-se-lhe rendendo sucessivamente Estremoz, Montemór, Alcacer, as fortalezas do Algarve, Setubal, Cascais e outras praças fortes, incluindo Lisboa, que resignadamente se viu assolada e saqueada pela soldadesca da pátria do Cid Campeador.

O século XVI, fonte inesgotável para as investigações, fôra no mundo moderno o mais convulso e o

---

[1] Rebelo da Silva — *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII* — Vol. II-238.
[2] *Ordenações Filipinas* — V — Tit. 69.
[3] *Ibid.* — V — Tit. 70 e Alvará de 9 de Julho de 1610.

mais movimentado de todos os que se lhe teem seguido.

Com as maiores venturas coincidiram as maiores desditas. Os descobrimentos iniciados pelo Infante D. Henrique, fruto opíparo de um cruzamento feliz, seguiram ininterruptos e sem contestação, apenas secundados pela visinha Espanha com o seu Colombo, o seu Cortez e outros.

A' obra gigante dos incontestados navegadores só à Igreja foi dado superintender, demarcando pelas bulas de Alexandre VI os limites de posse das regiões descobertas entre Portugal e Espanha.

Os dois países usaram e abusaram da sua obra grandiosa, enodoando-a para sempre.

A história não esquece os horrores que vincularam o nome de Fernão Cortez ao México, onde investiu cruel e bárbaramente com o império do faustoso Montezuma, que por último aprisionou e poz a ferros, ao mesmo tempo que por 1521 mandava queimar vivo o cabecilha mexicano Qualpopoca e outros.

Dez anos depois, era ainda o castelhano Pizarro quem iniciava a conquista do Perú e a submissão dos Incas, cuja civilisação arrasou até aos mais fundos alicerces.

Ainda antes mesmo da nefasta obra concluida, porém, já procurava inutilisá-la por meio de intrigas repugnantes com o seu competidor Almagro, o denodado mas denegrido descobridor do Chili.

Tal qual a nós nos sucedia nas Indias, conforme os relatos de Gaspar Correia, Diogo do Couto, João de Barros e tantos outros, coevos ou pouco posteriores aos sucessos ocorridos e por eles descritos.

A nosso respeito bem pode aplicar-se a exclamação do poeta: — «E se mais mundos houvera, mais mundos houvéramos descoberto».

Só para a India, desde a expedição de Vasco da Gama até ao ano de 1600, despachámos cento e vinte e sete armadas com setecentas e trinta e cinco velas, na sua maioria naus e galiões que conduziam tropas de combate, guarnições de fortalezas, clérigos, frades e funcionalismo civil, além das respectivas tripulações.[1]

Primeiro costa a costa, depois mais ao largo, cruzámos os Oceanos, descobrimos novos Continentes, Revelámos a existencia de novos Arquipélagos até então desconhecidos.

As terras da China e do Japão, todo o extremo Oriente patenteámos à civilisação que desabrochava pela Europa, com excepção da Península Ibérica, onde durante esse século nos entregámos de preferencia à conquista e saque das terras descobertas, cujas portas fomos franqueando á reacção católica.

A meado do século, porém, o exclusivo da descoberta e da conquista principiou a fugir-nos. Tambem a Europa despertava para as navegações longínquas.

Já por 1553 o inglês Ricardo Chancelor achara o caminho marítimo para Arkangel.

Os franceses em 1567, saquearam-nos a ilha de S. Tomé, façanha que no final do século os Holandeses repetiram, quando, ao sentirem-nos debilitados e submetidos, nos invadiram e ocuparam Angola e outros territórios.

Tanta glória capitulou, pois, numa impotencia desoladora.

A submissão ao jugo da ainda então poderosa Espanha foi para nós o início da mais deploravel decadencia naval. Os segredos do nosso astrolábio esta-

[1] *O Panorama* (ano 1840) — IV — 171-172.

vam desvendados; a demonstração da nossa fraquesa fôra feita.

Por 1584 os Ingleses alongaram-se até à America do Norte, onde se fixaram. Poucos anos depois investiam com o Brazil, saqueando-nos Santos, São Vicente, Espirito Santo e outras provincias.

Não tardou muito que de Londres saísse uma nova expedição naval de mercadores, capitaneados por um Lencastre (1595), a saquear Pernambuco, onde nos aprisionaram um comboio de mar, com cujas mercadorias abarrotaram os porões.

A viagem de circumnavegação, empreendida por Fernão de Magalhães, fôra o início da expansão mundial que, embora à nossa custa, garantia a vitória definitiva do livre-exame e veiu completar a obra da Renascença, ampliando-a com a contemplação e estudo de novos climas, novas terras, novas floras e novas faunas, novos usos e novas línguas.

Essa celebérrima viagem, além de ter sortido os seus efeitos no mundo da navegação e da astronomia, despertou o interesse de muitos outros esclarecimentos necessários á sciencia, que desabrochava em novos moldes de orientação.

Já a caminho do fim do século, Ingleses e Holandeses, numa fúria de investigação e pesquisa, arremessaram-se aos mares, vinculando para sempre em viagens arrojadas de circumnavegação, os nomes de Drake, Candish, Hoort, Huppon e outros que, seguindo na esteira de Magalhães, precederam os modernos Dampier, Anson, Bougainville, Cook, para não falar nos mais recentes.

Fôra-se-nos o sceptro da opressão, dissipara-se nos o sonho do Quinto Império; mas, embora com sacrifício da nossa própria existência, salvara-se uma civilisação que despontara com a Renascença e se desenvolvera com as vitórias da Reforma.

XVI

O desmoronar do sonhado Quinto Império

Esse belo despertar da cultura estética pela contemplação da arte antiga e da literatura greco-romana, permitiu que entre nós e lá por fóra os novos prelos gemessem na reprodução das viagens do veneziano Marco Polo, das obras de Aristóteles e Platão, Demóstenes e Hipócrates, Cícero, Machiavel, Tasso e Ariosto.

Por 1572 publicavam-se os *Lusiadas* de Luiz de Camões, dezesete anos mais tarde ignominiosamente parodiados no *Poema Bacchanal* por uns estudantes da Universidade de Evora, valentões pedantes, cujos nomes a História regista com vergonha, para escarmento tradicional e atestado autêntico de quanto entre nós a consciencia de autonomia chegára a estar perdida.[1]

A decadencia principiára a revelar-se no período mesmo da nossa maior prosperidade aparente.

Sá de Miranda, que regressava do estrangeiro já

[1] Dr. Manuel do Valle, Bartholomeu Varella, Luiz Mendes de Vasconcellos e licenciado Manuel Luiz.

influenciado pelas novas idéas, numa elegia ao falecido príncipe D. João, filho de D. João III, diz amargamente:

«Edade pouco ha de ouro, hoje de ferro,
O grande e rico reino Lusitano
Em tão pequeno espaço hoje tão pobre».

Entre os muitos escritores venerandos com que a Renascença entre nós se afirmou, figura o sempre glorioso mas esquecido nome de Aloysia Sygêa, natural de Toledo.

Esta mulher por todos os motivos ilustre, conhecedora de latim, grego, hebraico, árabe e siríaco, além do espanhol, italiano e francês, mereceu das Universidades estrangeiras o epíteto de «Minerva» do seu século.

Pelas suas virtudes, austeridade de princípios e muito saber, aos treze anos foi preceptora da Infanta D. Maria, filha de D. Manuel e de D. Leonor de Austria, irmã de Carlos V.

Nenhum dêstes títulos, porém, impediu que lhe fosse ignominiosa e falsamente atribuída uma poesia de nome — «Satyra Sotadica» — de género obsceno e bestial, escrita em diálogo, onde cínicamente se expunham os mistérios da mais repugnante lubricidade[1].

França e Alemanha indignaram-se com tão abjecta insinuação; mas a crápula chegára entre nós à última degradação, e Aloysia Sigêa, deshonrada e perdida pela calúnia, caíra na miséria e no abandono,

[1] A obra chamava-se — *Aloysiae Sigeae Toletanae Satyra Sotadica.* Teve muitas edições e indignou a Europa ilustrada. Pode a questão seguir-se na obra intitulada — *Aloysia Sygea et Nicholas Chorier par M. P. Allut* — Lyon — 1862 — existente na B. N. L.

tão pobre que nem já poderia regressar a Burgos, do que ela própria muito se lastimava.

A identica desgraça deixámos chegar o Vate português, cantor dos *Lusíadas*, e a visinha Espanha, eivada dos mesmos males que nos corroíam, tambem não soube acudir a Miguel de Cervantes Saavedra que, preso por dívidas e perseguido, morreu mergulhado na mais profunda miséria, depois de ter feito a gloria da sua patria ao vibrar o golpe decisivo na Cavalaria Andante com o famoso, nunca esquecido *D. Quijote de la Mancha.*

A mais de meio do século seguinte escrevia o Padre Antonio Vieira, em carta a D. Rodrigo de Menezes, palavras de amarga realidade, a que a vertigem do século anterior nos conduzira:

— «Portugal, senhor, está no mais miseravel estado em que nunca o conheci nem considerei, e a maior miséria é o nosso engano e a maior guerra a nossa mal entendida paz. Já me contentára que fôramos a segunda Galiza em segurança.»

Na mesma carta revela-nos a triste situação a que nos vimos reduzidos após o chamado apogeu de glória, em frases que, embora escritas no século XVII, são inteiramente aplicaveis ao actual momento politico:

— «Não quero que sejamos ricos, dizia o Bossuet português, quero sòmente que conheçâmos a nossa fraqueza e o nosso evidente perigo, e que tratemos de prevenir o precisamente necessário para conservar a liberdade, o reino e as conquistas (colónias), e, suposto que estamos conhecendo e padecendo com tantos descréditos a impossibilidade dos quatro palmos de terra que Deus nos deu na Europa, porque nos não havemos de valer da nossa situação, dos nossos portos, dos nossos mares e dos nossos comércios em que Deus nos melhorou e avantajou às nações do mundo?»

Toda esta carta é preciosa de revelações àcerca dos usos e costumes depravados a que nos tinham conduzido os desvarios anteriores, ao mesmo tempo que nos mostra que no século XVII houve quem com sobeja autoridade nos aconselhasse em relação ao domínio ultramarino, o que, decorridos trezentos anos, parece não estar ainda convenientemente compreendido.

«Torna Vossa Senhoria a me dizer — pondera o mesmo Antonio Vieira — que não ha cabedal, e eu torno a dizer a Vossa Senhoria que sim, ha, porque o pode haver, e, deixados os meios que estão de portas a dentro e queremos deitar fóra, tudo o que vier das conquistas (colónias) gaste-se nelas, e faça Sua Alteza conta que não vieram naus da India nem frotas, ou que se perderam, como tantas vezes se teem perdido, e se gritarem os interessados, trate-os Sua Alteza como loucos, pois não entendem que se lhes tira um interesse menor para se lhes dar outro maior e lh'o conservar para sempre.

«Não é vergonha que se diga pelo mundo que, para El-Rei de Portugal pagar um correio, é necessário que se vá pedir emprestado à Rua Nova?» — pergunta ele, irónico e indignado.

Em carta ao padre Gaspar Ribeiro, o mesmo Vieira informa, tomado de amargôr:

— «Entram e saem muitos navios (no Tejo), mas nenhum com as nossas bandeiras; vemos rebentar os cachopos sem medo, porque já em logar das náus da India, não temos mais do que barcos de pescadores que andam por cima d'eles.»

Contudo e a despeito de grandes desastres que a História regista com amargôr, é inegavel que as notaveis navegações iniciadas pelos portuguêses fôram a determinante do aproveitamento de toda a obra estética do século anterior, depois extensiva à sciencia pelo critério experimental, que só os nossos empreendimentos marítimos tornaram possivel e eficaz.

Ainda mesmo quando fizémos obra reacionária, servimos inconscientemente a sciencia. A filologia, por exemplo, despontou no século XVI. Deram-lhe princípio os nossos Missionários Jesuítas que estudaram as línguas dos indígenas, em que iam traduzindo o Padre Nosso e Ave Maria com meros intuitos de catequese e proselitismo.

O facto da circundução do mundo por Magalhães, ao mesmo tempo que gerava uma revolução espiritual nas concepções astronómicas, veiu determinar o espírito crítico por que o seu século se assinalou nos aspectos teológicos e humanistas, assim desbravando os matagais da mais crassa ignorancia e desvendando novos horisontes à arte, à indústria e à sciencia, que são as componentes do progresso material dos povos.

Se o movimento grandioso da Reforma conseguiu proclamar a chamada liberdade de Consciencia, deve-o à obra inesquecivel de Portugal nos mares, sem a qual nunca teria aberto aos progressos sociais novos filões de aspiração, que já de quando a quando tornam viaveis por esse mundo fóra as manifestações colectivas à busca das novas fórmulas do futuro.

A nossa derrota moral e material nos fins do século XVI deverá, pois, representar no tribunal da História o preço glorioso por que pagámos a victoria da Civilisação e do Progresso nas lutas da Liberdade e do Livre-Exame contra o espírito retrógrado da Opressão e do Obscurantismo.

ADÁGIOS, APODOS

E

ANEXINS DE DITOS [1]

1) Abreviaturas usadas nesta resenha: — *anex.*, anexins de ditos; — *ap.* apodo; — *irón.*, irónico; — *m. ant.*, muito antigo; — *mod.*, moderno; — *Sec.*, século; — *vulg.*, vulgar, ordinario

2) Registada uma variante com o número 3 na *Historia Geral dos Adágios Portuguêses*, do autor.

1) Já registado com o número 89, na *Hist. Ger. dos Addg. Port.*, do autor.

1) Já registado com o n.º 269, na *Hist. Ger. dos Adág. Port.*, do autor.

REPERTÓRIO ALFABÉTICO

INDICE

OBRAS DO AUTOR

A Instrução oficial. Carta a Antonio Rodrigues Sampaio. (Esg.) Folheto.

A nova Inquisição ou **O Direito Republicano e os seus actos perante a opinião pública.** (Esg) Folheto.

Conseqüencias de um sim. Comedia em 1 acto. (Esg.)

Mistérios da Loucura. Romance original. (Esg.) 4 volumes.

Misérias de Lisboa. Romance social. (Esg.) 9 volumes.

Angola. Ensaio de corografia. 1 volume.

Costumes angolenses. 1 volume.

Lingua d'Angola. Tentativa gramatical. 1 volume.

Linguas d'Africa. Ensaio filológico. 1 volume.

O Continente Negro. Estudo histórico. 1 volume.

O que é ser socialista. Folheto. (Esg.)

A Burla Capitalista. Crítica da sociedade contemporânea. 1 volume. (Esg.)

Astronomia Social. (Lições de coisas) com fototipia e rúbrica do autor. 2 volumes. (Esg.)

Patria e conversão. Folheto.

A Inglaterra perante a civilisação. (Conferencia pública). Folheto.

O Inglês Comercial. 1 volume. (1.ª e 2.ª edição)

O Inglês em oito mezes. Prática e segredos da lingua inglêsa. (Estão publicados dez fasciculos, já raros)

Atravez do Reino Unido. (Notas de viagem). 1 volume. (Esg.)

O Japão por dentro. (Com prefácio do professor Teófilo Braga). 1 volume. (1.ª e 2.ª edição. Esg.)

A Russia por dentro. (Com prefácio do professor Consiglieri Pedroso). 1 volume.

O negativismo. (Viagem aventurosa nas regiões do Ideal) com uma apreciação sintética do professor Miguel Bombarda. 1 volume.

O Socialismo no Parlamento. (Excerptos, fragmentos e discursos). 1 volume.

História Geral dos Adágios Portuguêses. Com um estudo preambular do professor Agostinho Fortes. 1 volume.

Memórias e aventuras. Reminiscencias autobiográficas. 1 volume.

Florencio. Romance patológico. 1 volume.

Pronto a entrar no prelo:

A SOCIEDADE DE ÁMANHÃ

Antevisão do futuro, deduzida das tendencias que se estão manifestando por toda a parte.